



Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo

**Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)**



Atena
Editora
Ano 2021



Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abráao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Demandas sociais do Brasil Contemporâneo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D371 Demandas sociais do Brasil contemporâneo / Organizadora
Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-757-4

DOI 10.22533/at.ed.574212701

1. Organização social e política. 2. Demandas sociais.
3. Brasil. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de (Organizadora). II.
Título.

CDD 320.40981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, a coletânea “Demandas Sociais no Brasil Contemporâneo” reúne uma pluralidade de discussões presentes na atual conjuntura brasileira. O exemplar aborda os seguintes temas centrais: a pandemia COVID19, desigualdade ambiental fruto dos resíduos sólidos, as vulnerabilidades das pessoas em situação de rua, a irrigação que não alcançou regionalmente a todos, as experiências de uma comunidade baixa renda, a discussão sobre a violência, a análise da masculinidade no contexto escolar e ainda temos a possibilidade conhecer a supervisão acadêmica no Serviço Social (na Argentina).

O livro foi estruturado em nove capítulos, com abordagens que suscitam a importância de considerarmos as diferentes e complexas problemáticas enfrentadas pelo Brasil na contemporaneidade.

O capítulo 1 apresenta a discussão acerca da proteção social emergencial diante da pandemia COVID19 e foi elucidado a partir do Estado do Amazonas. Este texto é extremamente atual e sua discussão é pertinente para o cenário brasileiro e mundial.

O capítulo 2 expõe um estudo de caso sobre os resíduos sólidos e a situação de Belém do Pará. O autor refere os resíduos como um problema social, bem como aumento da desigualdade ambiental e a deterioração das condições da vida urbana regional.

O capítulo 3 discorre sobre a vulnerabilidade e a bioética, sobretudo refletindo o conceito de vulnerabilidade acerca das pessoas em situação de rua.

O capítulo 4 exhibe a discussão sobre o esvaziamento das áreas de sequeiro no município de Petrolina, em Pernambuco. A análise tem como recorte temporal a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação, sendo identificada a distância das comunidades sequeiras para os locais com irrigação, esvaziamento da comunidade e posterior mudança (local) no estrato social.

O capítulo 5 priorizou a discussão sobre a promoção da saúde direcionada às pessoas em situação de rua. Em especial a discussão acerca dos direitos garantidos, ou melhor, o direito a ter direito. Experiência com lócus na cidade de Manaus.

O capítulo 6 oferece elementos sociohistóricos sobre a comunidade baixa renda em Aracajú, Sergipe. Apresenta a história local da cidade a partir da reflexão sobre os determinantes históricos e culturais presentes. Trata-se de estudo a partir da memória dos próprios moradores e tem como metodologia a análise do discurso.

O capítulo 7 abordou a violência como tema central. Os autores apontam a violência como grave problema em saúde pública, sobretudo com abordagem para as crianças devido à compreensível vulnerabilidade. O estudo de caso foi realizado no Espírito Santo e priorizou uma das tipificações da violência, a tortura.

O capítulo 8 aborda o combate à masculinidade tóxica no espaço escolar. É um texto que trabalha com a pluralidade do espaço escolar e pondera a necessidade da discussão

da diversidade. O trabalho é resultado de um estudo local realizado no Mato Grosso, que visa abordar discussões contemporâneas e ratificar a importância do espaço escolar como enfrentamento a violência.

O capítulo 9 proporciona a discussão sobre supervisão acadêmica em Serviço Social. O estudo apresenta a análise realizada durante uma das disciplinas (teórico prática) oferecidas pelo curso de Serviço Social, a partir da experiência em uma universidade (na Argentina).

Como foi possível perceber, existe uma gama variada presente neste livro. Tanto no que se refere aos tipos de discussões realizadas pelos autores, como ainda das diferentes experiências locais, de diferentes regiões do Brasil. Logo, trata-se de uma leitura primordial, que certamente contribui efetivamente como referencial teórico contemporâneo.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PROTEÇÃO SOCIAL EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ESTADO DO AMAZONAS

Dayana Cury Rolim

DOI 10.22533/at.ed.5742127011

CAPÍTULO 2..... 13

SOCIEDADE, MOVIMENTO SOCIAL E A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

Suelen Reis da Conceição

Fabrcio Tavares de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.5742127012

CAPÍTULO 3..... 26

VULNERABILIDADE E BIOÉTICA

Jorge Tarachuque

DOI 10.22533/at.ed.5742127013

CAPÍTULO 4..... 32

CURRAL QUEIMADO UM RETRATO DO ESVAZIAMENTO DAS ÁREAS DE SEQUEIRO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE)

Elijalma Augusto Beserra

Maria Helena Maia e Souza

Maria Augusta Maia e Souza Beserra

DOI 10.22533/at.ed.5742127014

CAPÍTULO 5..... 46

ENTRE O DIREITO A TER DIREITOS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE Á POPULAÇÃO DE RUA

Rosiane Pinheiro Palheta

Jacqueline Cavalcanti Lima

Raquel Lira de Oliveira Targino

Maria de Nazaré Feitosa

Hudson André Arouca Cauper

Lúcia Helena de Araújo Jorge

Samuel Monteiro do Nascimento Barbosa

Cassiano Alencar de Vasconcelos Dias Jimenez

Alex Araújo Rodrigues

Evelyn Fernanda de Oliveira, Santoro

Lucélia Regina Pacheco de Araújo

Larissa Carvalho Dahmer

DOI 10.22533/at.ed.5742127015

CAPÍTULO 6..... 65

ESTUDO HISTÓRICO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR A PARTIR DAS

MEMÓRIAS DOS MORADORES

Elza Francisca Corrêa Cunha
Neilson Santos Meneses
Carmelita Rikelly Santos de Souza
Isabela dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5742127016

CAPÍTULO 7..... 78

TORTURA NA INFÂNCIA: ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Letícia Peisino Buleriano
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Fábio Lúcio Tavares
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Odelle Mourão Alves

DOI 10.22533/at.ed.5742127017

CAPÍTULO 8..... 90

CAMINHOS PARA COMBATER A MASCULINIDADE TÓXICA NO ESPAÇO ESCOLAR

Kaique Alves de Sousa
Evilen Godoi
Maria Aparecida da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5742127018

CAPÍTULO 9..... 99

NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL

Mariana Hasen

DOI 10.22533/at.ed.5742127019

SOBRE A ORGANIZADORA..... 110

ÍNDICE REMISSIVO..... 111

CAPÍTULO 1

PROTEÇÃO SOCIAL EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ESTADO DO AMAZONAS

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 01/11/2020

Dayana Cury Rolim

Sociedade e Cultura na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas
Manaus, Amazonas
<https://orcid.org/0000-00001-7485-8956>

RESUMO: Discute-se neste texto a proteção social emergencial no cenário da pandemia da covid-19 voltada à população em situação de vulnerabilidade social, no estado do Amazonas. A pandemia da covid-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2 tem impactado a população em escala global e os que vivenciam a vulnerabilidade são atingidos mais fortemente, sobretudo em países como o Brasil onde se intensificaram as desigualdades sociais. Adotou-se o levantamento de dados em jornais do Amazonas, site da Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas (SEAS), Secretaria de Estado da Saúde (SES) e órgãos oficiais como IBGE e MDS. O Amazonas ocupa o sexto lugar no ranking da extrema pobreza, sendo de grande importância a proteção social emergencial no momento de pandemia, porém ações efetivas e continuadas de políticas públicas intersetoriais precisam ser fortalecidas e garantidas seu orçamento pós-pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social Emergencial, Pandemia da covid-19, vulnerabilidade social.

EMERGENCY SOCIAL PROTECTION IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC IN THE STATE OS AMAZONAS

ABSTRACT: This text discusses the emergency social protection in the scenario of the covid-19 pandemic aimed at the population in a situation of social vulnerability, in the state of Amazonas. The covid-19 pandemic caused by the SARS-CoV-2 virus has impacted the population on a global scale and those who experience vulnerability are hit the hardest, especially in countries like Brazil where social inequalities have intensified. Data collection was adopted in newspapers in Amazonas, the website of the State Secretariat for Social Assistance of Amazonas (SEAS), the Secretary of State for Health (SES) and official bodies such as IBGE and MDS. Amazonas occupies the sixth place in the ranking of extreme poverty, with emergency social protection at the time of the pandemic being of great importance, however effective and continuous actions of intersectoral public policies need to be strengthened and its post-pandemic budget guaranteed.

KEYWORDS: Emergency Social Protection, Covid-19 pandemic, social vulnerability.

1 | INTRODUÇÃO

O novo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, tem gerado a doença respiratória conhecida como covid-19. Esta doença foi identificada primeiramente em Wuhan, Hubei, China, em 1 dezembro de 2019, porém apenas

em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Pandemia por covid-19.

Esta pandemia, de ordem planetária e simultânea, tem afetado de forma desigual os mais pobres, idosos, negros, indígenas e demais grupos tradicionais, reforçando a desigualdade da população mais vulnerável. São pessoas que apresentam dificuldades de manter o isolamento social devido ao trabalho informal na busca pela renda, assim como não possuem acesso ao saneamento básico, pouco ou nenhum acesso à rede pública de saúde e infraestrutura. Enfim, são vários os fatores que tornam a população de baixa renda mais expostas à contaminação pelo novo Coronavírus.

No Brasil, a desigualdade e a pobreza impõem sérios desafios em prover proteção social à população impactada pela retração econômica e que tem dificuldades de acesso às políticas sociais essenciais.

Nesse sentido, este artigo discute a proteção social emergencial no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social no contexto da Pandemia da Covid-19 na realidade do estado do Amazonas. Para tanto, teve como procedimento metodológico o levantamento de dados em jornais do estado do Amazonas, site da Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas (SEAS) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES), além de órgãos oficiais como IBGE e MDS.

No Amazonas, a curva de contaminação da covid-19 apontou no mês de abril de 2020, uma quantidade atípica de óbitos por causas respiratórias que não foram oficialmente contabilizados como covid-19, indicando uma subnotificação de casos e óbitos do novo Coronavírus (LIMA, et. All, 2020).

Os impactos da pandemia são muitos, além da contaminação e dos óbitos, o desemprego tem deixado muitos cidadãos em situações desafiadoras. O Brasil tem atualmente mais pessoas desocupadas do que trabalhando.

De acordo com o IBGE (2020), o desemprego na pandemia bateu recorde, chegando a atingir 14 milhões de trabalhadores no Brasil, na última semana do mês de setembro. Os impactos da pandemia no mercado de trabalho têm sido enormes em todo o país, tendo o estado do Amazonas cerca de 301 mil novos desempregados até setembro de 2020.

Diante do cenário de intensas desigualdades sociais em tempos de pandemia, tende-se a um aumento da demanda por ações de proteção social, necessitando de respostas concretas do poder público, não só de auxílios emergenciais ou benefícios eventuais, mas de políticas sociais contínuas que assegure o direito de sobrevivência do cidadão.

2 | A ESSENCIALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DOS EFEITOS DA PANDEMIADA COVID-19 À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO AMAZONAS

Diante do cenário de pandemia as desigualdades sociais ficaram mais visíveis no cenário brasileiro, apontando a necessidade de um maior investimento nas políticas de proteção social. O país vive uma conjuntura de cortes no orçamento das políticas públicas, centralização dos gastos sociais públicos, impedindo a continuidade de muitas ações voltadas à população vulnerável, sinalizando um sistema de proteção social brasileiro frágil.

O Estado em determinadas ações tem suas funções diminuídas, tendo em vista a própria lógica do ideário neoliberal que minimiza o Estado e retira direitos importantes para o desenvolvimento das famílias e indivíduos vulneráveis. A equipe econômica do governo Bolsonaro atua com políticas neoliberais que desconsideram as políticas sociais, reduz recursos para a área social e atua com mínima interferência governamental.

Esse retrocesso social unido ao cenário de agravos que a pandemia tem colocado em diversas áreas, impacta diretamente às condições de vulnerabilidades sociais da população e territórios, além de aprofundar as desigualdades sociais, com incidência no campo das seguranças e provisões do SUAS.

A crise sanitária do novo Coronavírus exige iniciativas governamentais para o atendimento dos grupos mais vulneráveis e medidas de proteção social que possam reduzir os impactos da pandemia. Em 20 de março de 2020 o Decreto Presidencial nº. 10.282, elencou as atividades e serviços essenciais, dentre as quais estão os serviços da assistência social no atendimento à população em estado de vulnerabilidade.

Reafirma-se a natureza essencial da política de proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) considerada uma proteção pública imprescindível que tem mudado a vida de muitos brasileiros, sobretudo diante do cenário de crise, desmonte de direitos e em tempos de pandemia que agrava as vulnerabilidades da população desprotegida.

Apesar do conceito chave da Assistência Social ser a Proteção Social, o que se observa em muitos municípios brasileiros é o descaso com a execução dos serviços de proteção social onde se destaca, principalmente a falta de infraestrutura, de pessoal e de recursos para o atendimento e acompanhamentos dos usuários do SUAS.

Nos municípios amazônicos em que a proteção social tem que abranger “etnias e agrupamentos culturais e ocupacionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, etc) como coletivos sujeitos de direitos e suas culturas como protagonistas da história de resistência da Amazônia” (TEIXEIRA, 2013, p.190), o desafio em fazer acontecer os serviços de proteção social, é maior.

A falta do poder público em áreas de difícil acesso implica na intensificação de vulnerabilidades e desproteção, colocando em risco a vida de populações específicas, ainda mais, durante a pandemia, momento em que muitos ribeirinhos e demais populações

amazônidas, sem apoio, deslocam-se em busca de alimentos e acessos que viabilizem atendimentos e ao retornarem às suas localidades há a possibilidade de levarem o vírus também.

Em tempos de pandemia a Política de Assistência Social é requisitada a intensificar suas ações. Esta política sempre foi necessária aos seus usuários, principalmente na garantia da sobrevivência de vários segmentos de trabalhadores e grupos sociais deste país, como os desempregados, a população de rua, os indígenas, os quilombolas, ribeirinhos, agricultores, dentre outros sujeitos que têm a assistência social como uma via de acesso à serviços, programas, benefícios e demais políticas setoriais.

Em relação ao grupo dos desempregados, desde março de 2020, com a divulgação da pandemia da covid-19, o Brasil tem perdido postos de trabalho, lançando muitos trabalhadores, sobretudo os precarizados em situações de vulnerabilidades.

Castel (1998), ao interpretar a vulnerabilidade sob a perspectiva da precarização do trabalho, afirma que ao ocorrer a perda de hegemonia do contrato formal de trabalho, o trabalhador é encaminhado a uma situação de vulnerabilidade social que alimenta o desemprego e a desfiliação.

Nesse sentido, o desemprego tem mudado o perfil de muitos trabalhadores, que sem ter como pagar o aluguel e sem conseguir trabalho durante a pandemia vivenciam o drama em se tornarem moradores de rua. Assim como a pandemia tem intensificado o grau de vulnerabilidade e risco da população que já vive a mais tempo na rua.

A população em situação de rua chegou a quase 222 mil brasileiros em março de 2020, e tende a aumentar com a crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19. Entre as pessoas sem moradia estão os desempregados e trabalhadores informais, como guardadores de carros e vendedores ambulantes (NATALINO, 2020).

De acordo com os dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social, referente ao Bolsa Família e Cadastro Único, o estado do Amazonas apresentou até agosto de 2020 o total de 794 famílias em situação de rua cadastradas no Banco de Dados do Cadastro Único e 587 beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Assim como os moradores de rua, outros grupos populacionais específicos e tradicionais no Amazonas tiveram fortes impactos sociais e econômicos com a pandemia e tem como alternativa de renda, o Programa Bolsa Família que possui uma agenda de integração com o Sistema Único de Assistência Social.

Os indígenas somavam 43.853 no Cadastro Único e 34.860 no Bolsa Família; os agricultores eram 75.133 no Cadastro Único e 56.503 no Programa Bolsa Família; os ribeirinhos representavam 15.439 cadastrados e 12.482 no Bolsa Família; já os pescadores somam 15.439 cadastrados e 12.482 beneficiários do Bolsa Família, no estado do Amazonas, até o mês de agosto de 2020 (MDS, RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2020).

Esses dados revelam o quanto é necessário o Programa Bolsa Família às famílias vulneráveis do interior do estado. A vida na floresta traz desafios aos seus moradores que ainda enfrentam a omissão do poder público e a fragilidade do sistema de proteção social, comprometendo os direitos de cidadania da população.

Diante do grave contexto da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, aliado à estagnação econômica, ao desmonte dos sistemas de saúde e da proteção social aos mais vulneráveis, a população interiorana vem sofrendo fortemente os impactos da nova realidade com a aceleração da pobreza e intensificação das desigualdades sociais.

Destaca-se também, dentre os grupos mais vulneráveis, os catadores de materiais recicláveis que no Cadastro Único até agosto somavam 8.446 e no Bolsa Família eram 6.880 beneficiários no Amazonas (MDS, RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2020).

Durante a pandemia da covid-19 muitos catadores de materiais recicláveis suspenderam as atividades por receio de contrair a doença, principalmente as que têm idade mais avançada, sendo pertencentes ao grupo de risco. Assim, tanto os catadores pertencentes às cooperativas, como os que atuam de forma independente, têm sofrido impactos financeiros diante do fechamento das cooperativas e das normas de isolamento social adotadas como medida de contenção da circulação do vírus.

Sem renda e sem auxílio, os catadores se deparam com a falta de assistência governamental, intensificando seu grau de vulnerabilidade. Para os que têm Bolsa Família, ela se torna a principal fonte de renda, já os que não estão no Programa se mantêm a partir de doações quando estas existem por meio de campanhas solidárias ou ações emergenciais.

Desassistidos pelo Estado e diante da retirada de muitos direitos importantes para o desenvolvimento das famílias e indivíduos, estas vivem em um contexto de fragilidade social que se intensifica nas famílias extensas.

Diante da maior crise sanitária mundial da nossa época, é preciso também assegurar que a proteção social de mulheres e homens em situação de vulnerabilidade social estejam no centro da resposta dos governos frente à urgência vital dos efeitos sociais da pandemia. Não podemos esquecer que as consequências da Covid-19 são agravadas de acordo com a renda, a localização, o gênero, e a raça/cor das pessoas (CAMPOS, 2020, p.68).

As famílias, pobres e vulneráveis, necessitam de uma efetiva rede de proteção social, pois a pobreza e as vulnerabilidades destas se agravam quando a provisão dos serviços públicos se apresenta de forma precária e não podem se quer contar com uma rede de proteção pública que viabilize o seu acesso aos serviços sociais básicos e de infraestrutura (YAZBEK, 2008).

Compreender o cotidiano das famílias Catadores de Material Reciclável, significa retratar a necessidade de sobrevivência, são trabalhadores que buscam na coleta de material reciclável a superação das adversidades apresentadas em seu contexto de vida, resultante de uma conjuntura de desigualdade e pobreza.

A pandemia do novo Coronavírus revelou a intensidade das dimensões da desigualdade no Brasil, indicando as injustiças sociais, deixando claro a problemática do acesso à saúde, ao alimento, às tecnologias, à educação, à renda, à informação, ao saneamento básico, entre outras dimensões importantes diante da crise sanitária.

O alimento que é uma necessidade essencial de sobrevivência, fez com que muitos indivíduos deixassem o isolamento social para obtê-lo, pois conforme Marx e Engels (2007, p.33), “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisam-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”.

A alimentação, a moradia, a saúde, são inerentes à essencialidade humana, durante a pandemia muitas famílias e indivíduos se deparam com a falta desses direitos sociais básicos que compõem o artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Apesar da alimentação ser um elemento de sobrevivência, os dados do IBGE (2020), apontam a insegurança alimentar existente nos domicílios brasileiros no período de 2017 a 2018, apresentando a sua manifestação mais intensa, de forma grave, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste.

No Brasil há 10 milhões de pessoas que vivenciam a insegurança alimentar, a Região Norte alcançou uma média de 10,2, tendo seu número cinco vezes maior que a Região Sul que apresentou a média de 2,2 da insegurança alimentar grave. No Nordeste a média foi de 7,1 ficando em segundo lugar na média nacional, no Centro-Oeste a média foi de 4,4 e no Sudeste a média ficou em 2,9 (IBGE, PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018, 2020).

Diante da insegurança alimentar crescente, o auxílio emergencial do Governo Federal se faz de grande importância para essa parcela da população que vivencia altos níveis de vulnerabilidades. Para Natalino e Pinheiro (2020) é possível suprir as necessidades básicas de um núcleo familiar com o auxílio emergencial. Mas ele não é suficiente para cobrir outras vulnerabilidades, como o desabrigo, doenças crônicas dos grupos de risco, entre outras. “O acesso a cuidados contínuos de saúde e condições de vida adequadas são um desafio diário para as populações pobres e vulneráveis” (p.10).

Diante da pandemia da covid-19 as desigualdades se mostram ainda mais claras, os efeitos da pandemia são sentidos de forma intensa pelos mais pobres e vulneráveis, sendo necessária ações adequadas que possam garantir-lhes proteção.

3 | AÇÕES SOCIAIS EMERGENCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

As desproteções têm se tornado notórias em tempos de pandemia da covid-19, gerando desafios ao sistema de proteção social brasileiro em um cenário de aumento da insegurança alimentar grave (fome) e do desemprego que atingiu 14 milhões de trabalhadores até a quarta semana de setembro de 2020.

Desse modo, a proteção social na perspectiva de proteger o cidadão contra os efeitos da pandemia, deve dar condições de acesso, efetivar os direitos garantidos em lei, desburocratizar os serviços públicos, para que vulnerabilidades já existentes não se intensifiquem.

No Amazonas, a Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas), a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc) e o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS), têm conduzido ações de proteção aos mais vulneráveis.

A partir do Decreto N.º 42.176, de 08 de abril de 2020, o Governo do Estado do Amazonas autorizou a concessão de benefício eventual – para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, considerando a pandemia do novo Coronavírus, de caráter provisório – às famílias em situação de extrema vulnerabilidade social inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, enquadrado nos critérios de população de extrema pobreza, com renda per capita mensal de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais).

Desse modo, durante o período de três meses (abril a junho), foi concedido às famílias identificadas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza o benefício eventual que faz parte do programa “Apoio Cidadão” no Amazonas, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, de caráter provisório, o valor de R\$200,00 (duzentos reais) mensais, mediante a concessão de cartão.

Este benefício eventual atingiu 50 mil famílias, sendo 25 mil em Manaus e 25 mil nos demais 61 municípios do Amazonas. Os três depósitos somaram \$600 reais e possibilitou o acesso à produtos da cesta básica, além desse benefício a Seas disponibilizou kits de higiene para idosos de diversos municípios do estado (SEAS, 2020).

O Benefício Eventual (BE) é um direito de cidadania inscrito na Lei Orgânica de Assistência Social, destinada também às situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

São responsabilidades do poder público garantir que sua oferta seja continuada e ser capaz de lidar com agilidade e presteza nas situações de vulnerabilidade temporária. Conforme a sua regulamentação, novos BEs podem ser criados para o enfrentamento de riscos sociais e eventos inesperados, como desastres e calamidades públicas. Além disso, os BEs por vulnerabilidade temporária devem cobrir, no mínimo, situações de: i) insegurança alimentar; ii) falta de documentação; e iii) falta de domicílio. (SILVA, NATALINO, PINHEIRO, 2020, p.12).

Não existe um benefício eventual específico para situações de calamidades e emergências. A questão alimentícia, o pagamento de aluguel e demais concessões podem ocorrer conforme necessidades e demandas dos requerentes, a partir da realidade local. É um benefício complementar e provisório para atender às necessidades específicas.

A crise sanitária apontou a importância dos benefícios eventuais para a sociedade, são direitos que precisam ser defendidos diante das intensas regressões sociais da conjuntura de avanço neoliberal.

Diante do desenvolvimento do capitalismo, sob a hegemonia neoliberal, há um número cada vez maior de pessoas excluídas dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança e outros, e até mesmo dos direitos humanos, como é o caso da população em situação de rua, relegados à invisibilidade (PAIVA et al, 2016).

A população em situação de rua se viu em um abismo social diante das medidas sanitárias de isolamento, distanciamento social e higiene, para contenção da Covid-19, necessitando de uma rede de apoio tanto governamental, como não governamental.

Desde o momento em que foi decretado o estado de calamidade pública no Amazonas devido à pandemia do novo Coronavírus, foi criada em Manaus uma base emergencial de acolhimento provisório na Arena Amadeu Teixeira para atendimento à população em situação de rua com acolhimento e a oferta de alimentação, sendo disponibilizadas três refeições (café, almoço e janta) e higienização (banhos com trocas de roupas). Além da Arena, mais três bases serviram de acolhimento como estratégia de prevenção da covid-19, que também disponibilizaram atendimento psicológico, psicossocial e médico (JORNAL ACRÍTICA, 2020).

Os espaços públicos adaptados como a Arena e escolas para atender à população em situação de rua, com oferta de serviços e alimentação, estão sendo essenciais para o enfrentamento da covid-19. Contudo, há outras dificuldades que precisam de intervenção da rede de apoio e de ações que promovam a emancipação e inclusão social desse segmento populacional.

A população em situação de rua sofre em seu cotidiano com as dificuldades de acesso às políticas públicas devido a falta de documentação, endereço, desconhecimento da rede, ou até mesmo o preconceito. Esses obstáculos podem ser agravados em um contexto de pandemia, momento em que há a redução da oferta de serviços públicos ou a realização apenas de atendimento remoto, o que requer ações e medidas específicas a esse segmento populacional.

Para Pinheiro e Possas (2018), o desafio das políticas públicas para 'pessoas em situação de rua' é ultrapassar estigmas, discriminações e preconceitos dos discursos que naturalizam e legitimam ações violentas ainda que simbolicamente, contra elas.

De acordo com a diretora do Departamento de Proteção Social da SEAS em entrevista para o Jornal Acrítica (2020), até julho de 2020 foram disponibilizados 802 acolhimentos à população em situação de rua e um total de 139.370 refeições. A segurança alimentar foi fundamental para garantir a proteção desse público vulnerável diante da pandemia.

Os registros da SEAS, ainda apontam que não foi notificado nenhum caso de covid-19 nas bases emergenciais de acolhimento provisório, além de 16 pessoas saírem empregadas das bases de acolhimento e cerca de 20% já retornaram aos trabalhos formais ou informais, garantindo renda a essa população que se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade social.

Esse dado da empregabilidade por intermédio da SEAS, indica que a inclusão produtiva pode ser considerada um caminho para emancipação às pessoas em situação de rua, como uma forma de resgatar o pertencimento na sociedade contemporânea. Os serviços ofertados a esse segmento populacional devem trabalhar as suas singularidades e despertar a sua capacidade de agente histórico que tem potencial, e se tiver oportunidades das políticas públicas, poderá aperfeiçoar as habilidades existentes e aproveitar as possibilidades que poderão se apresentar.

As pessoas que vivem em situação de rua, geralmente sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, a necessidade de viver nas ruas faz com que sejam criadas alternativas de sobrevivência e de transformação da realidade que se apresenta a cada dia, haja vista que poucas alternativas produtivas restam para a população que sobrevive das ruas (COSTA, 2005).

Outro canal importante de viabilização de direitos é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) da prefeitura municipal, que oferta café da manhã e almoço, com capacidade para atendimento a 80 pessoas.

Esse centro de amparo e proteção social tem o objetivo de reverter o quadro de vulnerabilidades da população de rua com o regate da autoestima e reinserção social, além de encaminhamentos a rede socioassistencial e intersetorial. Porém, “mesmo com todo o esforço no sentido de ofertar serviços e equipamentos socioassistenciais o estado ainda não conseguiu ajustar suas ações para a população de pessoas em situação de rua” (PINHEIRO E POSSAS, 2018, p.42).

Os serviços assistências durante o período da pandemia prevaleceram tanto com ações do estado, como da prefeitura de Manaus. A prefeitura manteve em funcionamento seis cozinhas comunitárias que no momento da pandemia passaram a utilizar o sistema de ‘quentinhas’ (marmitas), ampliando de 1.000 para 1.800 refeições por dia para pessoas em vulnerabilidade social ou em situação de rua. Outro equipamento de segurança alimentar municipal é o Restaurante Popular, onde são servidas 500 refeições diárias, de segunda a sexta-feira, no valor de \$1,00.

Estas ações sociais emergenciais e as transferências de renda aos mais vulneráveis têm contribuído para minimizar os impactos do novo Coronavírus, porém a realidade exige também de forma urgente ações de políticas públicas eficazes e efetivas.

O tratamento das políticas sociais, no atual cenário, tem revelado a redução do papel do Estado na área social e sua ampliação para o atendimento das demandas do capital, colocando em risco a sobrevivência, principalmente dos mais vulneráveis.

A garantia de acesso a benefícios essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros, torna-se vital diante do agravamento das vulnerabilidades sociais, todavia, a população desprotegida socialmente também precisa ser fortalecida enquanto sujeito de direitos, e não somente de carências.

Possibilitar oportunidades e o acesso às políticas e serviços públicos, com certeza permitirá melhorias na qualidade de vida da população e superação de determinadas vulnerabilidades. A pandemia apontou a essencialidade dos serviços públicos, gratuitos e universais, assinalando a reflexão para o período pós-pandemia com a garantia de acesso aos direitos sociais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas e sociais em curso impulsionadas pelo impacto da mundialização do capital e aliada à crise sanitária do novo Coronavírus, têm promovido o desemprego em massa, a intensificação da precarização do trabalho em escala global e a intensificação das desigualdades sociais.

Com o avanço do capitalismo financeiro e a subsunção real do trabalho ao capital, as mazelas sociais somam-se de diferentes formas e situação, seja na fome que se generalizou, na falta de água potável, no desemprego, na pobreza e outras situações sociais que passaram a ser tratadas de certa forma como algo “natural”.

A reprodução da vida sob o capitalismo tensiona mudanças na esfera da vida social, apresentando um cenário em que muitos nem se quer tem a possibilidade de escolher, mas de se submeter diante de qualquer oferta seja de trabalho ou de atendimento de alguma necessidade, principalmente neste momento de pandemia.

Diante da propagação do novo Coronavírus a Organização Mundial da Saúde recomendou o isolamento social para quem não estivesse na linha de frente no combate ao vírus, algumas empresas não essenciais não obedeceram à orientação e seguiram a lógica da extrema direita de desconsiderar os riscos sanitários e garantir a manutenção da atividade econômica, expondo seus funcionários ao risco de contaminação da covid-19.

Além da negação das recomendações da Organização Mundial da Saúde para o enfrentamento da pandemia por alguns setores da sociedade brasileira, o governo federal não criou condições em tempo hábil de ações governamentais de proteção que possibilitassem a manutenção da condição de vida da população diante da pandemia. A medida do auxílio emergencial iniciou de forma tardia e cheia de polêmicas.

A pandemia colocou uma lente de aumento nas desigualdades já existentes, tornando mais evidentes os graves problemas estruturais do Brasil. Muitos brasileiros não tiveram acesso ao auxílio emergencial do governo federal por não terem acesso às tecnologias, internet ou por não terem os documentos civis exigidos. Do mesmo modo ocorreu no campo da educação, em que muitos estudantes não tiveram acesso à internet e instrumentos tecnológicos para as aulas remotas, além da desigualdade em outros aspectos.

Desse modo, as medidas emergenciais adotadas pelo governo estadual e municipal fizeram uma grande diferença na vida das pessoas e famílias mais vulneráveis no estado do Amazonas. O benefício eventual oferecido às famílias vulneráveis, os restaurantes

populares, o acolhimento às pessoas em situação de rua, estão sendo fundamentais para a manutenção da vida, contudo, compreende-se que a área social necessitará de investimentos pós-pandemia para atender às necessidades da população, haja vista a possível demora na recuperação da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Editora Cortez, versão oficial, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CAMPOS, Daniel de Souza. **O Cadastro Único na Pandemia do Coronavírus**: Panorama da (des) proteção social. In: Em tempos de pandemia, proposta para defesa da vida e de direitos sociais. Elaine Moreira, Raquel Gouveia, et. all (ORG.), Rio de Janeiro UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social, 2020.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

DECRETO N.º 42.176, de 08 de abril de 2020. In: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, quarta-feira, 08 de abril de 2020 | Poder Executivo - Seção I | Pág 3.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**/ Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-conceitos-e-metodos>. Acesso em: agosto de 2020.

IBGE/PNAD COVID19. **Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro**. In: agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em 28 de outubro de 2020.

Jornal Acrítica Online. **Abrigos para pessoas em situação de rua viabilizam empregos, moradia e reabilitação**. Manaus, 15 de julho de 20. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/abrigos-para-pessoas-em-situacao-de-rua-viabilizam-empregos-moradia-e-reabilitacao>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

LIMA, Max; LEÃO, Jeremias Celso Cabral; DIAS, Silvia; SILVA, STEINMETZ, Diego da; W. Alexander; COSTA, José Mir; BITAR, Sandro; DUCZMAL, Luiz H; ALMEIDA Alexandre Celestino L. **Curva de Contaminação COVID-19 Estado do Amazonas**. In: Relatório Técnico: Resposta ao OFÍCIO N.º 0174/2020-GP/FAPEAM. UFAM: Manaus, 14 de maio de 2020.

MDS. **Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e Cadastro Único**. In: aplicacoes.mds.gov.br/sagi/geral. Acesso em 02 de outubro de 2020.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo, 2007.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. In: Ipea, nº73, junho de 2020.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de; LIRA, Cindy Damaris Gomes; JUSTINO, Jéssica Micaele Rebouças; MIRANDA, Moêmia Gomes de Oliveira; SARAIVA, Ana Karinne de Moura. **Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática**. In: Ciência e Saúde Coletiva, 2016.

PINHEIRO, Zuleika de Andrade; POSSAS, Lídia Maria Vianna Câmara. **CENTRO POP**: quando uma política pública incomoda. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, v.4, n.1, p. 35-54, Jan./Jun., 2018.

SEAS. **Carta de Serviços da Secretaria de Estado de Assistência Social**. Governo do Estado do Amazonas, 2020.

SES. <http://www.coronavirus.amazonas.am.gov.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. In: Ipea, nº74, junho de 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A Amazônia e a interface com o SUAS**. Coletânea de Artigos Comemorativos dos vinte anos da Lei Orgânica da Assistência Social/Organizadores: José Ferreira da Crus... [et al].-Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-1ªed- Brasília: MDS. 2013.

YAZBEK, **Estado, Políticas Sociais e implementação do SUAS**. In: Brasil, Capacitasuas, 2008.

CAPÍTULO 2

SOCIEDADE, MOVIMENTO SOCIAL E A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 06/01/2021

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

Universidade Federal do Pará
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9872938064820413>

Suelen Reis da Conceição

Universidade Federal do Pará
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9607118806507903>

Fabrcio Tavares de Moraes

Universidade Federal do Pará
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/8380349520681030> <https://orcid.org/0000-0003-0973-3027>

RESUMO: Um movimento popular no município de Marituba, na Região Metropolitana de Belém (PA), reivindica a retirada de um aterro sanitário que funciona nos moldes de um lixão. Diante disso, o tema dos resíduos sólidos torna-se um problema social, porque não efetiva a coleta, tratamento e destinação ambientalmente viável. Este trabalho faz uma análise do movimento Fórum Permanente Fora Lixão. O estudo faz uso de uma abordagem qualitativa seguindo os procedimentos de entrevista, documental e pesquisa bibliográfica. O resultado é o aumento da desigualdade ambiental e a deterioração das condições da vida urbana regional. Nessa lógica, as populações urbanas, dos lugares de

moradia popular, são relegados ao abandono e a marginalização.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Coletiva, Marituba, Movimentos Sociais, Lugar.

SOCIETY, SOCIAL MOVEMENT AND THE ISSUE OF SOLID WASTE

ABSTRACT: A popular movement in the municipality of Marituba, in the Metropolitan Region of Belém (PA), claims the removal of a sanitary landfill that functions like a dump. Therefore, the theme of solid waste becomes a social problem, because it does not effectively collect, treat and dispose of it in an environmentally viable manner. This paper analyzes the movement of the Permanent Forum Fora Lixão. The study uses a qualitative approach following the interview, documentary and bibliographic research procedures. The result is an increase in environmental inequality and a deterioration in the conditions of regional urban life. In this logic, urban populations, from places of popular housing, are relegated to abandonment and marginalization.

KEYWORDS: Collective Action, Marituba, Social Movements, Place.

1 | INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais urbanos emergem em um quadro cultural, político e econômico marcado pelo neoliberalismo, que impõe aos serviços e espaços públicos a lógica da mercantilização e do lucro, anulando aquilo

que em outro momento foi construído enquanto direitos de cidadania. Durante as décadas de 1960 e 1990, foi expressiva a mobilização contra a ausência de ações que garantissem o acesso a direitos básicos – como moradia, transporte e educação, expressividade esta que culminou na institucionalização da questão urbana, viabilizada pelo Estatuto da Cidade em 2001¹. Em Marituba, no entanto, a precarização das condições de vida vai além da ausência desses direitos básicos, dado que o mau cheiro e as doenças provenientes do lixo tornam o ar irrespirável e a vida insustentável, situação que desumaniza a população desta cidade-dormitório da Região Metropolitana de Belém, onde 77,2% da população habita aglomerados subnormais, a maior proporção do país, segundo o Censo 2010 do IBGE. Atuando nessa “zona do não-ser”, de que pontua Frantz Fanon (1968), o Fórum Permanente Fora Lixo (FPFL) luta pelos direitos da população desprezada nesse contexto urbano. Como salienta Cardoso (2008), a precariedade nas cidades brasileiras é uma questão relacionada a políticas excludentes que os movimentos sociais buscam denunciar.

Analicamente, os estudos sobre movimentos sociais no Brasil priorizaram, até o final da década de 1980, a abordagem determinista-economicista, estritamente material, e, posteriormente, uma abordagem centrada no conceito de identidade coletiva, dependente esta do sentido que a coletividade atribuiu à ação. Ambas as abordagens foram reestruturadas no debate internacional, a partir da década de 1990, evidenciando-se as dimensões cultural e subjetiva. Segundo alguns autores, nesse momento no Brasil o debate sobre movimentos sociais deu lugar aos desdobramentos acerca da participação social e da organização da sociedade civil, tendo pouco acompanhado, portanto, as possibilidades de considerar as transformações dos movimentos sociais urbanos e suas interpretações segundo uma dimensão simbólico-cultural. (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2015). Seguindo os autores, interessa-nos estabelecer sentido simbólico-cultural do movimento, bem como enquadrar envolvimento subjetivos e interesses políticos dos agentes que compartilham a ação coletiva.

A partir dessa abordagem interpretativa, o foco da análise é a atribuição de sentido, o que por sua vez relaciona-se com o campo discursivo, posto que os atores envolvidos procuram enquadrar a situação e conformar a realidade de acordo com suas ideologias, percepções, interesses e emoções. E, não obstante as subjetividades, há um fato objetivo: o sofrimento é real, assim como a revolta da população.

2 | ENQUADRANDO O LIXÃO DE MARITUBA

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, referenciada na Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, deveria ser marco fundamental para orientar a instalação e a operação de projetos de aterros sanitários para o tratamento de resíduos sólidos. O Licenciamento Ambiental para empreendimentos desse tipo, por sua vez, é um instrumento da Política

1. Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001.

Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida humana. Contudo, o chamado “Aterro Sanitário de Marituba”, licenciado em 2015, não segue estes preceitos legais e opera hoje exibindo evidentes irregularidades ambientais e sociais. O FPFL tem denunciado a forma irregular pela qual as empresas vêm gerenciando o tratamento dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém- RMB e exercido importante pressão popular.

De fato, pelo menos duas questões carecem de esclarecimento quando da autorização da licença operacional para o empreendimento: (i) a área escolhida: “o empreendimento está em local errado, não tem onde lançar os efluentes”, afirma um militante do FPFL; “não pode haver um aterro sanitário, ou lixão, a menos de 3 quilômetros de uma unidade de conservação”, diz outro militante; (ii) a incapacidade estrutural da empresa para lidar com o montante de resíduos a ser tratado, da ordem de 2.000 toneladas diárias. “A empresa não tem condições de tratar o volume de chorume produzido, que ultrapassa 200.000 metros cúbicos diários”, estima uma solitária vereadora do município de Marituba, crítica do empreendimento: “Se não fosse nossa grita eles estariam jogando no rio Guamá, e ainda querem”.

O aterro sanitário foi implantado em 2015 para tratar os resíduos sólidos de Belém, Ananindeua, Marituba e demais municípios da Região Metropolitana de Belém, e é operado pela Guamá Tratamento de Resíduos Ltda². Todavia, em função das irregularidades, denunciadas principalmente pelo FPFL, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS do Estado do Pará notificou, em março de 2017, a empresa em 25 itens em desacordo com as normas ambientais. À essa notificação seguiu-se uma série de outros relatórios questionando as condições do empreendimento. Contudo, medidas realmente efetivas para solucionar o problema não são tomadas pelos poderes municipais e estaduais responsáveis, de modo que o drama da população que vive nas redondezas do lixão, sofrendo com o forte odor e a poluição de cursos de água, persiste.

Situada na Região Metropolitana de Belém (RMB), conurbada à capital do estado e atravessada pela BR 316, onde ocorrem frequentes acidentes fatais, Marituba é uma localidade muito desfavorecida. Oferece poucos empregos e funciona como município-dormitório de Belém. Com alta densidade demográfica, Marituba, tem 77,2% da sua população concentrada em aglomerados subnormais, a mais alta proporção do país, segundo o IBGE³. Não bastassem esses problemas, em 2015 autoridades do governo estadual e dos municípios decidiram depositar ali o lixo da RMB, numa área situada entre o centro urbano do município, hoje com 120 mil habitantes, e a unidade de conservação Refúgio da Vida Selvagem, em virtude da desativação do lixão do Aurá, fechado em 2014 para cumprir a Lei Nacional de Resíduos Sólidos.

2. Empresa pertence à Solvi Participações S/A, acionista majoritária da Revita Engenharia e da Vega.

3. Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Uma das formas da luta é a denúncia, que segue perguntas sem respostas por parte dos governos estadual e municipais. O empreendimento foi localizado em local errado? Por que a anunciada central de processamento e tratamento de resíduos de Marituba na verdade se efetivou como um lixão? E os 2.000 ex-catadores do Aurá, aos quais foi prometida uma central de triagem dentro do antigo lixão, por que foram abandonados à própria sorte, literalmente passando fome? E qual a razão do desprezo dedicado aos mais de 500 quilombolas do Abacatal, criminosamente prejudicados pela poluição do igarapé Uriboça, contaminado de chorume. Além disso, a população de Marituba, que sente cotidianamente os efeitos de um lixão em plena decomposição, outras comunidades são afetadas, sendo obrigadas a alterar radicalmente os modos como interagem com o meio ambiente. Diante desse cenário de perdas e violações, o FPFL organizou-se como enfrentamento diante do lixão. Sua mobilização tem centrado esforços sobre o direito de permanência digna e manutenção de laços sociais criados a partir da vivência com o lugar, a sobrevivência dos rios e áreas de convivência comum. Tudo isso está relacionado à discussão sobre a desinstalação do lixão. A mobilização social é a principal fonte dos avanços nesses sentidos.

3 | UMA AÇÃO COLETIVA CONTRA O LIXÃO E EM FAVOR DO LUGAR

Aliteratura sobre movimentos sociais, sobretudo a partir da década de 1990, reafirmou, também no Brasil, a importância da ação coletiva como instrumento de insurgência, ante as violações do interesse público. O debate que se abriu realocou a dimensão subjetiva na construção da retórica sobre a ação coletiva, subjetividade até então renegada na tradição materialista. Tratou-se de uma tentativa de superar a dicotomia materialidade/subjetividade nas apreensões feitas em torno da ação coletiva

Sociedades pós-materialistas, pós-industriais, pós-afluentas, baseadas na informação, constituem arranjos estruturais que criam, exatamente nessa ordem, novas formas de estratificação, novos grupos de conflito, novos padrões de dominação e novas percepções dos objetivos e interesses (ALEXANDER, 1997, p. 9).

Os métodos interpretativos de que fala Alexander (1997) pressupõem uma ampliação da análise epistemológica, social e política das ações coletivas. Numa sociedade que tende a regular a exclusão social como forma de reduzir as possibilidades de emancipação social, as interpretações necessitam considerar aspectos subjetivos que resistem ao domínio capitalista. Trata-se de considerar os aspectos subjetivos essenciais para o reconhecimento das especificidades dos lugares e dos modos de vida.

4. Considerando que a região abriga O Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), área de proteção integral, composta por ecossistemas aquáticos (6,5%), de terra firme (25, 7%) e várzeas (67,8%); o Rio Uriboça, elemento aquático de suma importância para a população de Marituba, que recorta parte significativa do município, percorrendo também adjacências, como a Comunidade Quilombola de Abacatal, localizada no município de Ananindeua, que, anteriormente à contaminação do rio pelo chorume advindo do lixão, fazia intenso uso das águas do rio para fins de abastecimento das casas.

Mais do que reivindicar uma redistribuição, os movimentos contemporâneos de protesto concentram-se nos códigos, no conhecimento e na linguagem. O conflito baseado na opressão torna-se simbólico, e sua análise requer métodos interpretativos, não somente modelos explicativos (ALEXANDER, 1997, p. 9).

Os movimentos sociais urbanos têm dedicado suas ações às denúncias da precarização das condições de vida na cidade, e, igualmente, à defesa do lugar onde estão fortalecidas as relações sociais de reprodução da vida ampliada. A luta contra o lixão é uma luta pelo lugar. Os moradores de Marituba se engajam nas manifestações porque se sentem diretamente ofendidos no seu elementar direito de respirar, de beber uma água não contaminada e de comer alimentos que produzem nos seus sítios, posto que também contaminados. Para estes moradores, não se trata de encaminhar interesses políticos indiretos ou de combater contra o sistema maior que produz iniquidades. Os moradores lutam para humanizar o cotidiano no lugar onde vivem. Esse é um dos ângulos de visão sobre o movimento contra o lixão entre outros que compõem as possibilidades de emoldurar essa ação coletiva:

[...] a interpretação sociológica das interações sociais proposta por Goffman leva em consideração o envolvimento subjetivo do ator nas situações que conformam sua “realidade” cotidiana como os princípios de organização que governam os acontecimentos e condicionam os envoltimentos subjetivos individuais. Supõe, portanto, uma abordagem indissociável de indivíduo e sociedade (SILVA; CONTANDA; PEREIRA, 2015, p. 147).

Essa é uma das perspectivas que fundamentam o FPFL: a defesa do lugar pelos moradores que perderam seu cotidiano. Em outras palavras e formulando essa realidade de outra maneira, os moradores se mobilizam contra a injustiça ambiental a que estão submetidos, e denunciam a “ambientalização da exclusão” (ACSERALD, 2013).

Ao longo do tempo, a oposição à instalação do aterro sanitário, que já dura 5 anos, dado que o processo começou em 2013, foi atraindo e arrastando outros atores individuais e institucionais. No começo, houve manifestações contrárias de um empresário que mantém um restaurante rural nas imediações e anteviu o problema, que hoje prejudica seu negócio. Na medida em que o péssimo odor foi se instalando em Marituba e imediações, em função do acúmulo de chorume – também chamado “percolato”, líquido altamente poluente proveniente da matéria orgânica em decomposição – que atualmente integrantes do FPFL estimam entre 200.000 e 300.000 metros cúbicos, o movimento contrário ganhou a adesão popular e, em virtude das manifestações, foi ganhando corpo e desenvolvendo. De fato, o FPFL iniciou articulações mobilizadoras a partir de 2017, de acordo com militantes entrevistados⁵.

5. Entrevistas realizadas em janeiro, fevereiro e março de 2018, no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, com integrantes do FPFL.

Começamos a organizar mais os meios de divulgação, as reuniões começaram a ter como finalidade os bairros mais afetados em torno do lixão [...]. Outras pessoas já tinham participado de movimentos sociais em Marituba, e aí a gente começou a organizar melhor as ideias, as ações, e aí o movimento foi criando uma identidade, foi criando corpo [...]. (ENTREVISTA, 2018)

A Universidade Federal do Pará (UFPA), por sua vez, se integrou ao movimento apenas em 2018, mediante a promoção de um seminário que teve grande afluência de público. Presentemente, a Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental, que se propõe a avaliar tecnicamente as dimensões do problema e eventualmente propor soluções, e o Curso de Jornalismo da UFPA, que se propõe a trabalhar a comunicação social do FPFL, expressam disposição para compor a ação coletiva, com foco principalmente em “o que fazer?”. O papel da universidade nessa ação compartilhada será retomado mais adiante nesse artigo.

Os impactos causados pelo lixão passaram a se fazer sentir dramaticamente no meio ambiente e na saúde humana, ao ponto de o município de Marituba declarar Estado de Calamidade Pública⁶. Esse quadro já calamitoso tem potencial de agravamento, em razão da possibilidade de transbordamento das bacias de chorume. Essa situação e as mobilizações realizadas pelo FPFL trouxeram o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) para o centro do problema. Contudo, a atuação do MPPA e da Justiça de maneira geral é também motivo de controvérsias. Recentemente, um jornal local veiculou a acusação de prevaricação feita por uma juíza da Vara Criminal de Marituba à promotora de justiça que determinou a prisão de dois diretores e um funcionário da empresa responsável pelo aterro sanitário – formalmente: Central de Processamento e Tratamento de Resíduos (CPTR). O MPPA emitiu nota de esclarecimento, mas de toda maneira instalou-se um tumulto processual e a população não entende por que, até agora, apenas a empresa foi responsabilizada, enquanto os grupos políticos que governam os municípios e o estado se mantêm isentos de responsabilização criminal. Militantes do FPFL desconfiam que o objetivo destes grupos é o engavetamento do processo.

A população de Marituba associa os governantes às irregularidades do aterro sanitário. Em 22 de março de 2017, Dia Mundial da Água, mobilizados através de chamadas pelos bairros, com a ajuda da Igreja Católica, especificamente a paróquia Menino Deus, além de outros canais de divulgação, o movimento reuniu cerca de 50 mil pessoas nas proximidades da BR 316, Km 17.

6. Decreto Nº 508, de 20 de março de 2017. Disponível em: <http://www.marituba.pa.gov.br/site/wp-content/uploads/2017/03/Decreto-508-17-Calamidade-P%C3%BAblica.pdf>



Foto 1: 1ª Manifestação Pública FÓRUM PERMANENTE FORA LIXÃO

Foto: Ricardo Amanajás/Diário do Pará, 2017.

O movimento ganhou repercussão com essa manifestação, e reforçou ainda mais sua agenda de reivindicações e exigências de penalizações aos responsáveis, empresa e governantes. Os principais processos judiciais ajuizados contra a empresa Revita são acionados pelo Ministério Público Estadual, e o posicionamento dos órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis pela questão ambiental é exigido nesse momento. Essa mobilização determinou ainda a necessidade da produção, por parte do FPFL, de provas capazes de atestar a concretude dos problemas causados pelo lixão à população, para, então, adentrar o embate jurídico, bem como de um trabalho de base nas comunidades para discutir a problemática do lixão para além daquela que estava posta e se fazia emergencial, qual seja, o forte odor e os evidentes prejuízos à saúde em muitas pessoas que habitam nas redondezas. Nesse contexto, o enfoque de caráter ambiental do problema tornou-se elemento fundamental para os encaminhamentos, posteriores.

O FPFL agrega então, de forma significativa, a pauta ambiental nas suas mobilizações, e, no dia 21 de abril de 2017, feriado nacional de Tiradentes, o segundo grande ato do movimento acontece com algumas interferências⁷.

7. A tentativa de ocupação da rodovia BR 316 nos perímetros que recortam o município de Marituba, o FPFL foi notificado por liminar expedida pela 5ª Vara de Justiça Federal de Belém, no dia 20 de abril de 2017, das penalidades acarretadas caso a via fosse obstruída ou ocupada de modo a dificultar a passagem. A manifestação seguiu, então, pelo acostamento da via federal em direção ao lixão.



Foto 2: 2ª Manifestação Pública FÓRUM PERMANENTE FORA LIXÃO

Foto: Ricardo Amanajás/Diário do Pará, 2017.

Embora a segunda manifestação tenha reverberado nos noticiários locais, a denúncia contra o lixão reforçada pela mobilização, o FPFL sentia o enfraquecimento provocado, segundo os entrevistados, pela marginalização, ameaças e monitoramento ostensivo das atividades do movimento:

[...] E aí a polícia passou a monitorar todo mundo, queriam saber quem era os principais cabeças. Quando você participar de movimentos sociais e tem essas atitudes, você precisa ter um pouco de cuidado, a gente passou a ser grampeado pela polícia, todas as pessoas do movimento, e tivemos que mudar nossa forma de nos organizar (ENTREVISTA, 2018).

Os funcionários da prefeitura e do governo estadual são constrangidos a não participarem do movimento. Um integrante do FPFL afirma:

“Muita gente foi marginalizada no seu trabalho por ter relação com movimento contra o lixão, e tinham medo de serem demitidas. E por isso foram saindo, não tinham tempo para participar das reuniões, só ficou quem tinha tempo, e a gente entende quem as pessoas tem família, é difícil se manter no movimento, tem que se dedicar” (ENTREVISTA, 2018).

As ações promovidas pelo FPFL imediatamente priorizaram a manifestação em vias públicas. Além da repercussão que esse tipo de ação produz, é importante destacar a função sociopolítica que esses movimentos sociais urbanos cumprem nos espaços públicos, ou seja, a tomada do lugar como meio contestador. A luta pelo lugar tem a perspectiva política do direito à cidade (SANTOS, 2013).

4 | DESDOBRAMENTOS E ALCANCES: PERCURSOS DA AÇÃO COLETIVA

A manutenção do FPFL e o diálogo com outros atores da sociedade incidiram diretamente nos desdobramentos de outras ações necessárias para o fortalecimento, reconhecimento e das questões em voga. Essa cooperação com outros agentes é indispensável no momento político que o país atravessa, em que as forças contrárias aos movimentos sociais ganham cada vez mais força, bem como os instrumentos para a criminalização e punição. Nesse contexto, a atuação dos movimentos sociais é limitada por obstruções institucionalizadas, que impedem o engajamento de funcionários públicos, por exemplo. O movimento necessita, portanto, de estratégias para sua sobrevivência e ampliação.

A gente depende da força, da solidariedade, da humanidade dos acadêmicos, da população, dos movimentos sociais que lutam em defesa da vida e da dignidade humana por que a verdade é que Marituba vai se tornar uma cidade-fantasma por que as pessoas estão indo embora, mas nem todas podem ir. (ENTREVISTA, 2018).

Nesse sentido, os esforços do FPFL passaram a concentrar-se na interface com outros agentes mobilizadores, a partir de quatro eixos, conforme quadro abaixo:

Eixos	Meios	Resultados
Defesa da vida e do lugar	Retórica que converge para a noção de pertença, de direito a dignidade humana, e estratégias de reprodução social elaboradas a partir da vivência com o lugar.	Exigência, por parte do FPFL, não apenas da desativação do lixão, e indenizações cabíveis, mas ainda de uma discussão sobre como determinados empreendimentos conseguem instalar-se sem cumprir com padrões mínimos de segurança, com eminente ameaça a vida de populações.
Educação Ambiental	Bairros, escolas, paróquias, movimentações culturais; informativos e material de comunicação visual.	Conscientização ambiental por parte das comunidades de Marituba, e exigência de soluções sobre o lixão que estejam de acordo com as normas legais de proteção ambiental.
Parcerias	Rádios comunitárias; Igreja; grupos científicos da Universidade Federal do Pará; mídia alternativa (blogs e jornais impressos)	Ampla divulgação da situação do lixão, e da problemática ambiental como uma questão da Região Metropolitana de Belém. ⁸
Ações criminais ajuizadas	Quatro Processos Judiciais em Trâmite	Prisões Preventivas decretadas, dezembro de 2017, por crime ambiental: Lucas Rodrigo Feltre, Lucas Dantas Pinheiro e Diego Nicoletti (Diretores da Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.)

Quadro 1: Eixos trabalhados pelo Fórum Permanente Fora Lixão

Fonte: elaboração dos autores com base nas entrevistas, 2018.

8. Os entrevistados ressaltam que essa tentativa ainda esbarra em muitos obstáculos. De maneira geral, o problema do lixão ainda é tratado pela mídia como uma questão localizada ao município de Marituba. Embora a cidade de Belém, e sua região metropolitana, seja palco de diversas lutas sobre as condições de vida, os movimentos atuam a partir de suas demandas específicas, sem considerar as contradições urbanas numa cadeia de ações excludentes programadas.

Essas frentes de atuação preconizam, sobretudo, a intercomunicação do movimento e a participação da sociedade civil na esfera pública, de modo que a discussão e as tomadas de decisões sobre o crime ambiental cometido com a instalação do lixão sejam dialogadas com a comunidade. O FPFL busca forçar o diálogo entre poder público e sociedade civil. As audiências públicas, por exemplo, são, segundo o FPFL, essenciais e de reconhecida importância para o movimento, justamente por permitir a manifestação das subjetividades, posto que nesses eventos as pessoas extravasam sentimentos e falam de si, do seu cotidiano prejudicado pelo desastre que o lixão representa. Nesses espaços de fala e extravasamento popular, o movimento ganha emoção e reforça seu valor moral. As pessoas que participam se aproximam uma das outras, a luta ganha conteúdos afetivos e a ação coletiva se fortalece. Esse contato direto entre as pessoas leva a um auto reconhecimento. Segundo um dos integrantes do FPFL, “lutamos pelo direito de ser gente, pelo direito de respirar”.

A busca por apoios e visibilidade levou o FPFL a promover, em 29 de março de 2018, em cooperação com a Universidade Federal do Pará, através do Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, o seminário “Lixão de Marituba: o que fazer?”. O seminário envolveu entre seus participantes, professores, técnicos e alunos da graduação e da pós-graduação de diversas áreas, da Engenharia Sanitária às Ciências Jurídicas e Sociais. Também participaram dos debates vereadoras de Marituba, Ananindeua e Belém, representantes do Fórum, da Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio da Vida Silvestre, do Quilombo do Abacatal, de partidos políticos, da Cooperativa de Catadores do Aurá, além de muitos moradores dos municípios limítrofes. Com grande afluxo de pessoas interessadas e significativa representatividade, o seminário debateu o grave problema e concluiu pelo encaminhamento de uma carta aberta à sociedade, na qual estavam incluídas as seguintes propostas:

- a) Dar cumprimento à Lei 12.305/10, colocando em prática a política de Resíduos Sólidos;
- b) Celebrar Consórcio Metropolitano de Gestão de Resíduos Sólidos, buscando integração entre municípios da RMB;
- c) Elaborar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos;
- d) Cuidar de reutilizar e reciclar os Resíduos. Só rejeitos iriam para o aterro;
- e) Lançar licitação em modelo de PPP (Parceria Público Privada);
- f) Fazer inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável e reutilizável;
- g) Efetivar implantação de coleta seletiva do lixo nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Castanhal;
- h) Providenciar implantação da logística reversa;
- i) Criar mecanismos para educação ambiental da população, incentivando coleta

seletiva;

- j) Encerrar e remediar os impactos do Lixão do Aurá, indenizando população por seus efeitos e respeitando a dignidade e vida das pessoas;
- k) Abrir o Lixão para visitas técnicas com autoridades públicas;
- l) Estreitar parceria UFPA e Fórum Permanente Fora Lixão, envolvendo novos setores da Universidade;
- m) Agendar calendário de encontros, debates, troca de experiências, orientação na luta;
- n) Elaborar relatórios técnicos de impactos ambientais e colocar a serviço da OAB e MPs;
- o) Executar Políticas Públicas corretamente, envolvendo Saúde, Educação, Saneamento e Segurança;
- p) Cuidar para que novos projetos não contaminem nossas nascentes, rios e igarapés;
- q) Incluir na Revisão do Plano Diretor dos municípios da RMB o planejamento da Gestão de Resíduos Sólidos;
- r) Coletar dados sobre saúde nos municípios afetados pelo Lixão;
- s) Organizar um próximo seminário a ser realizado em Marituba;
- t) Incluir a realidade do Lixão de Marituba nos estudos da Faculdade de Engenharia Sanitária e dos Núcleos de Pós-Graduação envolvidos com a questão ambiental como NUMA e NAEA;
- u) Pensar na política de Gestão de Resíduos Sólidos também como uma política econômica, capaz de gerar riqueza;
- v) Articular mais intensamente redes de instituições, divulgando calendários de debates, estudos e lutas;
- w) Divulgar articuladamente pelo WhatsApp campanha para população de Belém entender que tem responsabilidade no que está acontecendo em Marituba e que pode ser também vitimada;
- x) Denunciar o Lixão de Marituba como um atentado sócio-ambiental à mídia nacional e a organizações internacionais;
- y) Manter mobilizado o grupo criado com o seminário no sentido de buscar soluções para o desastre presente e impedir que ele se agrave.

Algumas destas propostas já foram encaminhadas e o movimento continua com a seguinte determinação:

“Quem vai nos dizer as características dos nossos resíduos e de que forma devemos fazer à disposição final dos mesmos é o plano de gestão de resíduos sólidos. Então é primordial que esse plano seja elaborado apresentado, para

que possamos avançar e sair da condição de reféns dessa crise promovida pelos poderes públicos municipais e estaduais”.

Diante disso, há necessidade da elaboração e a efetivação do plano de gestão de resíduos sólidos, para assim, a população de Marituba recupere a sua qualidade vida e dignidade humana. Por conta disso, o movimento reivindica e luta contra essa situação calamitosa, que afeta os moradores de Marituba.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi analisar a ação coletiva liderada pelo Fórum Permanente Fora Lixão (FPFL), um movimento popular que tem logrado conseguir adesões importantes. O problema do aterro sanitário, que funciona de fato como um lixão, e o movimento que luta pela sua retirada e pela solução do problema, revelam de forma exemplar a forma colonial e iníqua pela qual empreendimentos econômicos operam na periferia das cidades amazônicas, com a complacência dos poderes públicos, que “flexibilizam” a aplicação da lei.

A atuação do FPFL tem sido decisiva para dar visibilidade ao problema e tem conseguido agregar apoios. Uma vez que o chamado aterro sanitário afeta dramaticamente o cotidiano dos moradores de Marituba, que se sentem desumanizados até mesmo no elementar direito de respirar sem sentir o fétido cheiro que emana do lixão, procuramos atribuir o sentido fanoniano de pessoas vivendo abaixo da linha do humano. As manifestações populares nos espaços públicos, na interdição da rodovia que atravessa o município, nas audiências e nas concentrações na praça principal da cidade mostram um sentimento de indignação para com a empresa que opera o lixão e os poderes públicos que permitem esse desrespeito.

Os moradores do município sentem-se estigmatizados. O sentimento dos moradores é o de condenados ao sofrimento. Não é para menos: Marituba é uma periferia de Belém, com altos índices de desemprego e violência, com 77,2% da população habitando aglomerados subnormais, a nomenclatura utilizada pelo IBGE para denominar favelas, vários cemitérios e um lixão de onde provem doenças e mau cheiro. “Tudo de ruim é jogado em Marituba”, essa é a percepção da realidade que os moradores têm.

A luta pelo lugar, através do grito “Fora Lixão”, é outro sentido que se pode atribuir ao movimento. Os moradores tem percepção de que a responsabilidade do problema que afeta o lugar onde vivem é das autoridades, que, ao que tudo indica, procuram “engavetar” a questão. Dois diretores da empresa que opera o aterro sanitário foram presos, mas nenhum processo ainda foi aberto contra os governantes. Por isso a luta do movimento é também por visibilidade, e por alianças que permitam chamar a atenção para um sofrimento que, se não ganhar repercussão, tende a ser desconsiderado. Construir alianças em torno de um objetivo comum é o sentido da ação coletiva.

O FPFL surgiu para lutar contra uma situação desumana que afeta os moradores de Marituba. “Fora lixão” é um grito de desespero. Como a ação coletiva pode produzir alguma esperança para essa população? “O que fazer” foi o tema do seminário que o movimento promoveu em cooperação com a Universidade Federal do Pará. O seminário gerou um elenco de propostas que precisam ser encaminhadas. Encontrar soluções para o problema do lixão pode significar um divisor de águas entre uma situação de barbárie e um processo humanizador em Marituba. Em ano eleitoral, o tema do lixão estará na ordem do dia. Soluções técnicas requerem encaminhamentos políticos.

REFERÊNCIAS

ACSERLALD, H. Cidade – Espaço Público? A economia política do consumismo nas e das cidades. **Rev. UFMG**, belo horizonte, v. 20, n.1, p.234-247, jan. /jun. 2013.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil**: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Tema discutido pelo autor na Conferência “A sociedade civil entre a diferença e a solidariedade”, proferida no XXI Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, outubro de 1997.

CARDOSO, R. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. In: Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 313-350, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANTOS, R. C. B. A reconquista do lugar como espaço de rebeldia e as alternativas emancipatórias. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 21-36, 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 25, n. 61, p. 143-164, mar. 2017.

CAPÍTULO 3

VULNERABILIDADE E BIOÉTICA

Data de aceite: 01/02/2021

Jorge Tarachuque

PPGT PUCPR, Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (2012), Licenciatura em Filosofia - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso - atual UCDB (1987), Cultura e Meios de Comunicação pelo SEPAC/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (2009), Sociedade Brasileira de Bioética – SBB e Grupo de Pesquisa Bioética, Humanização e Cuidados em Saúde PUCPR.

RESUMO: Este texto traz à reflexão bioética essa realidade na qual busca averiguar a situação de vulnerabilidade deste grupo humano, agravado pela ausência de uma adequada política pública em relação a vida destas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade, Bioética, População em Situação de Rua.

ABSTRACT: This text brings to light a bioethical reflection to prove the vulnerability situation of this human group which is aggravated by the lack of an adequate Government Politics in relation to the life of this human persons.

KEYWORDS: Vulnerability, Bioethics, Population in situation of street.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo do presente capítulo é buscar construir uma epigênese e elucidar o conceito de vulnerabilidade, que muitas vezes parece claro e inequívoco, porém contém aspectos importantes a serem considerados quando ligados à Bioética, e explorar a peculiar interface desses dois conceitos envolvendo o tema vida, em relação às pessoas em situação de rua.

2 | DISCUSSÃO

O conceito de vulnerabilidade está totalmente ligado à Bioética, uma vez que esta trata da dignidade humana, do ser humano e da biodiversidade. O termo vulnerabilidade vem sendo utilizado tanto no campo da Bioética Médica quanto no Campo Social, e “tem se apresentado frequentemente em bioética como um desafio para a ação do sujeito autônomo diante de sujeitos vulneráveis” (ANJOS, 2006, p. 174). O ser humano passível de ser ferido traz ao debate bioético uma necessidade de ampliar a visão exclusivamente bioética para uma visão social dos grupos em extrema vulnerabilidade.

Neves (2007, p. 29) faz a seguinte relação entre vulnerabilidade e bioética:

Vulnerabilidade é um termo comum na linguagem corrente, que principalmente na última década, se tem vindo a tornar cada vez mais freqüente no discurso bioético. Esse

processo culminou com a enunciação do respeito pela vulnerabilidade humana como princípio ético na Declaração Universal de Bioética e Direitos do Homem, da UNESCO, aprovada em Outubro de 2005.

Hammes (2006, p. 71) apresenta o conceito de vulnerabilidade em bioética da seguinte maneira: “O conceito de fragilidade, mais conhecido como vulnerabilidade, aparece na bioética associado à experiência de passagem e finitude, a ponto de se afirmar que a essência da humanidade é a vulnerabilidade.”

Ferrer e Álvarez (2005, p. 45) também ressaltam a importância da proteção das vulnerabilidades do sujeito humano na concepção histórica da bioética moderna:

Quando examinarmos as origens históricas da moderna bioética veremos que um dos fatores que contribuíram para o seu nascimento foi precisamente a necessidade de proteger as vulnerabilidades dos sujeitos humanos na pesquisa científica e dos pacientes nos contextos clínicos.

Macklin (2003, p. 473) afirma que a vulnerabilidade é uma preocupação em Bioética porque “os grupos vulneráveis estão sujeitos à exploração e esta é moralmente errada”. Como se pode observar, a ligação dessas teorias com a realidade da população em situação de rua está em um mesmo patamar ao estar na condição de extrema vulnerabilidade e passível de ser explorada.

Zuben (2007, p. 62) elucida o conceito de vulnerabilidade sob o entendimento da Bioética: “Pela vulnerabilidade pode-se entender, o montante, na origem da Bioética, as reações diante de denúncias de abusos contra a dignidade da pessoa humana [...]”. De acordo com Kemp (2004, p. 33), os princípios de vulnerabilidade, autonomia, integridade e dignidade são interdependentes e se complementam auxiliando na prática da Bioética. Considerando o conceito de vulnerabilidade ligado à Bioética, Neves (2007, p. 30) se reporta ao primeiro texto relacionado à bioética que apresentou o conceito de vulnerabilidade como significação ética:

[...] foi o Belmont Report: ethical principles and guidelines for the protection of human subjects of research. Este documento, finalizado em 1978, corresponde ao trabalho desenvolvido durante quatro anos pela *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research*, estabelecida pelo Congresso Norte – Americano para formular os princípios éticos básicos a respeitar em toda a investigação envolvendo seres humanos. A noção de vulnerabilidade é introduzida no Relatório Belmont para classificar, de forma particular (apenas alguns são ditos vulneráveis) e em termos relativos (comparativamente aos ditos não vulneráveis), tanto pessoas singulares, na secção acerca da voluntariedade, como populações, na secção dedicada à avaliação sistemática de risco e benefícios, que se encontrem numa situação de exposição agravada a serem feridas, isto é, no âmbito da investigação biomédica, e, mais especificamente, no da experimentação humana.

Em relação à vulnerabilidade enunciada na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, apresentada acima por Neves (2007), faz-se interessante transcrever o artigo que fala sobre o respeito pela Vulnerabilidade Humana e pela Integridade Individual:

Artigo 8 – Respeito pela Vulnerabilidade Humana e pela Integridade Individual. A vulnerabilidade humana deve ser levada em consideração na aplicação e no avanço do conhecimento científico, das práticas médicas e de tecnologias associadas. Indivíduos e grupos de vulnerabilidade específica devem ser protegidos e a integridade individual de cada um deve ser respeitada.

Nessa perspectiva colocada por Neves (2007), inclui-se a população em situação de rua, que vivencia a falta de proteção no seu cotidiano, capitaneada pela ausência de uma efetiva política pública. Nesse caso a vulnerabilidade é criada e muitas vezes justificada, pois a não maleficência, ou aquilo que é possível evitar, pode ser diferente ou trazer um resultado ao não causar prejuízos à vida das pessoas em situação de vulnerabilidade induzida.

Kemp (2004, p. 36) diz que os princípios de vulnerabilidade, autonomia, integridade e dignidade são interdependentes e se complementam auxiliando na prática da Bioética. Desse modo, a afirmação dos direitos elementares da dignidade humana, acompanhados de uma opção fundamental pela vida, tende a ser transformadora dessa mesma realidade.

Garrafa e Prado (2002, p. 80) também falam sobre a importância do termo vulnerabilidade para o entendimento de certas questões bioéticas:

[...] Os problemas sociais, por mais cruciais que se mostrem são reduzidos às suas dimensões biológicas. O indivíduo-cidadão passa a ser desconsiderado e criam-se “categorias de indivíduos” ou “sub-indivíduos”, que merecerão abordagens especiais, “cientificamente” definidas e “diplomaticamente” determinadas em um novo contexto “humanitário” mundial. Neste sentido, para que se analise detalhadamente toda essa questão, é indispensável que seja discutido, à luz da bioética, o significado de vulnerabilidade dos sujeitos sociais (individual e coletivamente considerados) [...].

A vulnerabilidade colocada por Garrafa e Prado (2002) remete às constantes violações de direitos a que estão sujeitas as pessoas que vivem nas ruas ou mesmo trabalham nas ruas e lixões de nossas cidades, que vêm já há algum tempo gerando debates acerca da falta de mecanismos específicos de apoio na sua defesa e promoção.

Os homicídios, as remoções arbitrárias, a falta de acesso às políticas públicas, a discriminação e o preconceito fizeram com que movimentos organizados pela população em situação de rua e de catadores de materiais recicláveis, juntamente a instituições parceiras como a Pastoral do Povo da Rua, formulassem a proposta de criação de um Centro capaz de responder a esses desafios.

Kottow (2004, p. 71) faz importante consideração em relação à preocupação da bioética com a vulnerabilidade do ser humano: “A bioética tem particular preocupação com essa vulnerabilidade secundária e circunstancial por causa dos riscos que correm as pessoas vulneráveis de serem prejudicadas pela exploração advindas das ações biomédicas”.

Porém, para além das ações biomédicas, no Brasil a implantação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da população em situação de rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis vem atender a um dos objetivos da Política Nacional para a população em situação de rua, previsto no Decreto Presidencial 7.053/2009.

Nas pesquisas realizadas relacionadas à Bioética e à vulnerabilidade surge a seguinte questão: o que esperar da bioética em relação às pessoas vulneráveis? A resposta para esse questionamento foi encontrada nas ideias de Kottow (2004, p. 73):

[...] deve-se poder esperar que a reflexão bioética detecte e condene tudo o que maltrate pessoas vulneráveis ou predispostas. A predisposição dos destituídos a sofrer danos ou serem vítimas de ações malévolas é uma preocupação direta e essencial da bioética, o que nos leva a discutir a exploração.

Tendo em vista essa reflexão e fazendo uma breve síntese dessa pesquisa, a população em situação de rua é constituída por pessoas ou famílias que tiveram praticamente todos os seus direitos humanos negados ou violados, em razão de uma série de ações ou omissões da família, comunidade, sociedade e do Poder Público, que resultaram na perda dos laços sociais. Outra categoria irmã da população em situação de rua são os catadores de materiais recicláveis, que em sua maioria possuem trajetória de rua e, por meio do trabalho árduo, em condições insalubres, têm resistido a inúmeras privações para assegurar a sua sobrevivência.

Garrafa e Prado (2002, p. 80) também estabelecem a seguinte relação entre Bioética e vulnerabilidade:

O surgimento e consolidação da Bioética aparecem ligados às conquistas referentes aos direitos humanos e também aos conflitos morais decorrentes dos rápidos e constantes avanços tecnológicos e científicos. E essa preocupação mundial com a retomada da reflexão ética tem a eticidade das pesquisas com sujeitos humanos como um de seus principais focos de atenção, pela situação de vulnerabilidade dessas pessoas e a evidente necessidade de serem protegidas.

Importante assinalar que o sair das ruas constitui-se um processo que acontece com a superação do mero assistencialismo e aponta para a emancipação do sujeito em situação de rua, como afirmação dos direitos elementares para assegurar a vida.

Nesse sentido, no caso da área biomédica, Kottow (2004, p. 71) afirma que a bioética “[...] tem particular preocupação com essa vulnerabilidade secundária e circunstancial por causa dos riscos que correm as pessoas vulneráveis de ser prejudicadas pela exploração advinda de ações biomédicas.”

No campo da saúde, em relação à população em situação de rua, nas políticas públicas assumidas pelo Governo Federal está a garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua e adequações das ações e serviços existentes, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do Sistema Único de Saúde, com dispositivos de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de tentar esgotar o assunto, a relação entre os conceitos de vulnerabilidade e Bioética, retratada neste capítulo, buscou trazer ao leitor a importância de se debater caminhos para amenizar os danos sofridos pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Para isso, o viés da Bioética tem papel fundamental na discussão, uma vez que coloca em evidência a dignidade humana, algo tão escasso para essa população que, apesar de teoricamente ter seus direitos garantidos pela Constituição Federal e por documentos oficiais, na prática o que se vê é completamente o oposto: indiferença, negligência e descaso por parte do Poder Público.

É necessário trazer essa reflexão à consciência da população em geral, para que deixe de olhar para essas pessoas que vivem em vulnerabilidade, em condições sub-humanas, como inferiores, e passe a enxergá-las com a ética que muitas vezes falta às políticas públicas, ou seja, a ética da vida.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Marcio Fabri. Bioética e Teologia: janelas e interpretações. *In*: PESSINI, Leocir; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul. **Bioética e longevidade humana**. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 174-186.
- FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. **Para fundamentar a bioética**: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea. São Paulo: Loyola, 2005.
- HAMMES, Érico. Ética, ciência e tecnologia: ensaio em perspectiva teológica. *In*: SOUZA, Ricardo Timm *et al.* (org.). **Ciência e ética**: os grandes desafios. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- KEMP, Peter (org.). **Le discours bioétique**. Paris: Cerf, 2004.
- KOTTOW, Michael. Comentários sobre Bioética, vulnerabilidade e proteção. *In*: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética**: Poder e Injustiça. São Paulo: Loyola, 2004.
- MACKLIN, Ruth. Bioethics, Vulnerability, and Protection. **Bioethics**, Brasília, v. 17, n. 5, p. 472-486, out. 2003.
- NEVES, Maria do Céu Patrão. Sentidos da Vulnerabilidade: característica, condição e princípio. *In*: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; ZOBOLI, Elma Lourdes; PAVONE, Campos (org.). **Bioética Vulnerabilidade e Saúde**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007.
- PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. *In*: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética**: Pode e Injustiça. São Paulo: Loyola, 2004.
- TARACHUQUE, JORGE. **Bioética e Vulnerabilidade da População em Situação de Rua**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2012.

ZUBEN, Newton Aquiles Von. Vulnerabilidade e Decisão: tensão no pacto médico. *In*: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone (org.). **Bioética Vulnerabilidade e Saúde**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007.

CAPÍTULO 4

CURRAL QUEIMADO UM RETRATO DO ESVAZIAMENTO DAS ÁREAS DE SEQUEIRO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE)

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 20/12/2020

Elijalma Augusto Beserra

Universidade Federal do Vale do São Francisco
– UNIVASF
Petrolina – Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0001-6445-347X>

Maria Helena Maia e Souza

Universidade Federal do Vale do São Francisco
– UNIVASF
Petrolina – Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0003-0050-2783>

Maria Augusta Maia e Souza Beserra

Universidade Federal do Vale do São Francisco
– UNIVASF
Petrolina – Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0003-0087-099X>

RESUMO: Após a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) na região de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, esses municípios passaram a destacar-se no cenário agrícola nacional. A fruticultura irrigada trouxe riqueza para a região, tendo provocado grande progresso nas comunidades rurais destes municípios. Com a melhora nas condições econômicas dos moradores das comunidades camponesas, ocorreu um acentuado crescimento demográfico na Zona Rural da região. Todavia, apesar destes avanços, o mesmo processo não foi observado nas comunidades da área de sequeiro que ficam localizadas longe das áreas irrigadas. Este

estudo tem como objetivo analisar como ocorreu o esvaziamento das comunidades de sequeiro, tomando como referência o Distrito de Curral Queimado, localizado na Zona Rural de Petrolina/PE. No estudo foi realizada uma investigação exploratória em documentos, arquivos e literatura, bem como, a realização de entrevistas não estruturadas com moradores da comunidade. Os dados foram trabalhados mediante processo qualitativo e procurou identificar os processos ocorridos na história da comunidade que levaram ao movimento de migrações internas de grande parte de sua população. Este processo de busca de melhores condições de vida e trabalho acabou levando ao envelhecimento da comunidade, seu esvaziamento e posterior ocupação pela nova classe média urbana de Petrolina, criando novas estruturas sociais na comunidade que acabaram refletindo na forma dos agricultores se observarem como camponeses e como grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Irrigação, Sequeiro, Esvaziamento Rural.

THE CURRAL QUEIMADO DISTRICT A PORTRAIT OF THE EMPTYINGS OF THE DROUGHT AREAS OF THE MUNICIPALITY OF PETROLINA (PE)

ABSTRACT: After the implementation of the Public Irrigation Projects (PPI) in the Petrolina/PE and Juazeiro/BA regions, these municipalities started to stand out in the national agricultural market. Irrigated fruit farming has brought wealth to the region, causing great progress in the rural communities of these municipalities. With the improvement in the economic conditions of the inhabitants of the peasant communities, there

was a marked demographic increase in the Rural Zone of the region. However, despite these advances, the same process was not observed in the dryland communities that are located far from the irrigated areas. This study aims to analyze how the emptying of the dryland communities occurred, taking as reference the District of Curral Queimado, located in the Rural Area of Petrolina/PE. In the study, an exploratory investigation was carried out in documents, archives and literature, as well as unstructured interviews with residents of the community. The data were worked through a qualitative process and sought to identify the processes that occurred in the history of the community that led to the movement of internal migrations of a large part of its population. This process of searching for better living and working conditions led to the aging of the community, its emptying and subsequent occupation by the new urban middle class of Petrolina, creating new community structures in the community that ended up reflecting in the form of the farmers themselves as peasants and as group.

KEYWORDS: Irrigation, Dryland, Rural Emptying.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, após a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) no final da década de 1960, passou a ser laboratório para vários estudos sociais. Nestes primeiros anos do século XXI, a região ganhou notoriedade econômica em decorrência da fruticultura irrigada que aproveitando um momento econômico positivo do Estado brasileiro, possibilitou o surgimento de uma nova classe média urbana, ao mesmo tempo que possibilitou acentuadas mudanças na economia e geopolítica das comunidades rurais.

Nos primeiros dez anos deste período, o município registrou um acentuado crescimento populacional. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atribui um crescimento de 3,64% da população da Zona Rural, índice até maior que o registrado na Zona Urbana (2,80%) no período de 2000 a 2010, segundo dados do censo IBGE/2010 (CONDEPE/FIDEM, 2015).

A questão que necessita ser respondida é como estão as comunidades localizadas nas áreas de sequeiro do município, qual é a realidade de comunidades distantes como Almas, Cristália, Simpatia, Aranzel, que vivem fora da área de influência dos grandes projetos de irrigação, e quais problemas básicos de saneamento, saúde e educação são relegados ao anonimato de uma história que prefere registrar os índices de produtividade de manga, uva, goiaba e acerola.

No desejo de identificar quais os motivos do processo de esvaziamento que vem passando algumas comunidades localizadas nas áreas de sequeiro do município de Petrolina/PE, que veem a irrigação do outro lado da cerca, sem poder dispor de água sequer para tomar banho, é que se desenvolveu este trabalho de pesquisa científica que tomou como referência a comunidade de Curral Queimado. Não apenas por esta comunidade está passando por esse processo de esvaziamento, mas também pelo fato de Curral Queimado ser um dos quatro distritos do município de Petrolina.

Na mesma pesquisa procurou-se identificar os fatores que vêm modificando a forma de organização das comunidades campesinas, como o avanço sobre os Núcleos Habitacionais (NH) dos PPI e as periferias da sede do município tem influenciado a forma do campesino se perceber neste processo. Considerando principalmente o papel que o grupo social produz nos indivíduos, como os conceitos sociais (estruturas sociais) deste grupo estão sendo modificados por esse contato mais íntimo do rural com o urbano.

Tendo como ponto de partida a chegada destes novos seres sociais na comunidade de Curral Queimado, procurou-se identificar como, as estruturas existentes naquela comunidade rural ao longo de vários anos foram sendo mudadas, como a ida de pessoas do grupo para cidade influenciou os demais membros, que já possuía suas estruturas consolidadas num vínculo de parentesco, e após determinado tempo, tiveram que estruturar seu convívio com grupos distintos.

Para entender este processo foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, na qual foram realizados levantamentos dos tipos bibliográficos, documentais, visitas de campo e coleta de dados sobre os fatos ocorridos durante a história do distrito de Curral Queimado em livros, teses, dissertações, relatórios de órgão públicos, jornais, periódicos, revistas e blogs da região.

Durante as visitas que foram realizadas na comunidade, os moradores permitiram que se fosse realizada coletas de dados e realizada entrevistas do tipo não estruturadas (SILVA, 2005, p. 33; GIL, 2008, p. 101, RICHARDSON, 2015, p. 209) tanto com moradores da comunidade como com pessoas de outras localidades que trabalham nas residências construídas no distrito. O objetivo destas entrevistas foi promover um aprofundamento das questões identificadas durante a realização das pesquisas bibliográficas e documentais (GIL, 2008).

Como consequência dos trabalhos de pesquisa realizados, foram confirmadas as percepções obtidas durante as várias visitas técnicas realizadas as comunidades de sequeiro da Zona Rural de Petrolina/PE, durante as quais foi percebido um esvaziamento dos sítios, roças, fazendas e pequenas comunidades, e que este esvaziamento era inversamente proporcional a distância destas localidades com as áreas irrigadas, as principais rodovias e a sede do município, e que muito destes abandonos laboral do campo refletia a falta de atenção governamental com o fornecimento e manutenção de estruturas de saneamento, saúde, educação e lazer nas pequenas comunidades rurais das áreas de sequeiro.

Para um adequado entendimento das questões relacionadas com o processo de esvaziamento que vem passando as comunidades campesinas situadas na área de sequeiro do município de Petrolina/PE, em especial em Curral Queimado, o presente estudo foi dividido em três momentos. Inicialmente foram apresentados os parâmetros doutrinários que forneceram as bases teóricas da pesquisa. Posteriormente foi descrito o processo de surgimento da cidade de Petrolina/PE e o próprio distrito, para finalmente descrever como ocorreram os êxodos que provocaram o esvaziamento da comunidade.

2 | MÉTODOS

Durante a realização destas visitas observou-se que ao mesmo tempo em que as comunidades localizadas nas áreas ribeirinhas e irrigadas do município apresentavam taxas de crescimento populacionais acentuadas, compatíveis com crescimento na ordem de 3,64 % - apresentados pelo Censo IBGE/2010 para o período 2000 a 2010 (CONDEPE/FIDEM, 2015) –, às áreas de sequeiro aparentemente estavam perdendo um contingente considerado de moradores.

Este suposto esvaziamento de determinadas comunidades campesinas de Petrolina/PE, foi especialmente observado na comunidade de Curral Queimado, no qual foi identificada a existência de um conjunto de edificações públicas, que a algum tempo encontram-se abandonadas, testemunhando e, ao mesmo tempo, denunciando um passado áureo vivenciado pela localidade, que ao passar dos anos foi sendo suplantado por outras comunidades mais estruturadas e de maior proximidade com as áreas irrigadas ou ribeirinhas.

As divergências detectadas entre as formas de ocupação e desenvolvimento das comunidades dos três setores geopolítico e econômico em que está dividida a área rural do município de Petrolina, despertaram o questionamento quanto a necessidade de se estudar sobre quais fatores ou fenômenos sociais, poderiam ter ocorrendo nas comunidades da área de sequeiro, e como estes elementos contribuíram com a progressiva diminuição das populações locais.

Identificar as razões que levaram comunidades rurais, que outrora eram destacadas, a tomarem caminhos tão diferentes foi o grande desafio dos estudos realizados na comunidade de Curral Queimado e áreas vizinhas. Trabalhos estes que, de forma intensa, desenvolveram-se entre os meses de agosto a outubro de 2018.

Neste período, em meio a uma completa incerteza em relação aos acontecimentos históricos que poderiam ter levado o distrito a seu atual estado de esvaziamento, e na perspectiva de que, tais fatores poderiam estar se repetindo em outras comunidades da área de sequeiro, fundaram-se as bases da realização deste trabalho de construção de conhecimento científico, durante o qual, foi adotada uma abordagem qualitativa dos dados pesquisados. Tendo em vista, o elevado grau de subjetividade que norteiam estes processos de mudança, que, via de regra, envolve perda e ganho de status e evidência social, pois como bem ensina a professora Dra. Edna Lúcia:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significado são básicos no processo de pesquisa quantitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (SILVA, 2005, p. 20).

No tocante a metodologia de produção da pesquisa, optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória, a qual, no entendimento de alguns especialistas, tem “como

objetivo conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das causas e consequências do dito fenômeno” (RICHARDSON, 2015, p. 326).

Para subsidiar, e mesmo fundamentar os trabalhos, foram realizados levantamentos dos tipos bibliográficos e documentais, com vista a coletar dados sobre os fatos ocorridos durante a história do distrito de Curral Queimado, para tanto foram pesquisados livros, teses, dissertações, relatórios de órgão públicos, jornais, periódicos, revistas e blogs da região que abordassem questões relacionado com o objeto de pesquisa.

No decorrer dos três meses de verificações, foram promovidas visitas a Comunidade de Curral Queimado para a realização de estudo de campo, objetivando, promover um aprofundamento dos entendimentos construído acerca das questões identificadas durante a realização das pesquisas bibliográficas e documentais (GIL, 2008). Durante a consumação das visitas foram produzidas entrevistas do tipo “não estruturadas” (SILVA, 2005, p. 33; GIL, 2008, p. 101, RICHARDSON, 2015, p. 209) com agricultores e moradores da comunidade.

A opção pela realização de entrevista do tipo não estruturada deveu-se a incerteza quanto ao nível de receptividade dos entrevistados, bem como, pela necessidade de procurar extrair o máximo de informações dos personagens em um menor espaço de tempo. Tendo em vista que Curral Queimado tornou-se uma comunidade típica de final de semana, de sorte que, só oito pessoas puderam ser entrevistadas. Daí porque a importância de “não se exige rigidez de roteiro, podendo-se explorar mais amplamente algumas questões” (SILVA, 2005, p. 33), fato que permitiu realizar as observações sobre os entrevistados e sua relação com a localidade, mesmo não dispondo de muitos indivíduos para se consultar.

Com respeito ao anonimato e a liberdade de expressão, durante a entrevista, foi assegurado colaboradores que o nome dos entrevistados não seria indicado, quando da reprodução das falas seria indicado apenas sua abreviação, razão porque os entrevistados poderiam ficar mais à vontade (SILVA, 2005) para falar sobre suas experiências na comunidade. Foi apenas solicitado, de início, que falassem sobre a história do distrito, permitindo criar o ambiente para inserção das questões chaves durante a conversa.

Também contribuiu para o sucesso do método escolhido, o fato das entrevistas terem ocorrido no habitat dos personagens. Este clima familiar criado pelo fato de os entrevistados estarem em suas casas ou local de trabalho, e, supostamente, dirigindo os caminhos da entrevista, propiciou resultados que possivelmente não seriam alcançados com o uso de um questionário.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ser a quinta maior cidade pernambucana, com uma população estimada de 343,865 habitantes (IBGE, 2018), Petrolina/PE possui algumas particularidades que chamam a atenção do pesquisador. Dentre estas idiossincrasias pode-se citar a taxa de crescimento populacional da Zona Rural (3,64%), que em um país tipicamente urbano,

foi maior que a Urbana (2,80%), no período de 2000 a 2010, segundo dados do censo IBGE/2010 (CONDEPE/FIDEM, 2015).

Outra peculiaridade deste município sertanejo, é que devido sua considerada extensão territorial, sua da Zona Rural foi dividida em três áreas geopolíticas bastante distintas, a saber: Área Irrigada, de Sequeiro e Ribeirinha.

O extenso espaço rural do município de Petrolina pode ser dividido em três grandes áreas, com suas diferentes características edafoclimáticas e econômicas: área de sequeiro, com predomínio da caatinga e com uma agricultura rudimentar e de baixa produtividade; a área ribeirinha, que acompanha a margem do Rio São Francisco e a área irrigada com a presença dos projetos de irrigação, que contam com a agricultura moderna e de alta tecnologia (CRUZ, 2013, p. 54).

Na zona periférica da sede da cidade, onde ocorre a transição do rural para o urbano, é possível encontrar “o tradicional padrão periférico de cidade (em crescimento), caracterizado, de uma maneira geral, por loteamentos populares, ocupações habitacionais irregulares e/ou loteamentos clandestinos e por um maior déficit em infraestrutura básica” (CRUZ, 2013, p. 70). Esses bairros são ocupados, em sua maioria, por migrantes da Zona Rural, o que lhes atribui um aspecto heterogêneo, marcado por paisagens, hábitos e culturas que misturam o urbano com o rural no mesmo ambiente.

Estes hibridismos identificados no cinturão periférico de Petrolina/PE, não obstante possíveis gradações nas características culturais que se apresentam em cada um dos locais, também podem ser identificadas em outras cidades semelhantes. Advém daí a dificuldade de se definir com exatidão o que vem a ser rural e urbano nestas localidades, mas, por outro lado, permite generalizar para outros municípios sertanejos, alguns dos marcadores identificados em Petrolina/PE.

Acrescido a estas observações, merece destaque a teoria que critica a forma como a definição de urbano é atualmente conduzida pelos municípios. Tendo em vista que essa definição, mais que um conceito socioeconômico, vem sendo tratada como uma concepção política legislativa. Não é de se estranhar ser bastante comum a existência de zonas de transição nos municípios nacionais. Todas estas imprecisões ontológicas possibilitam que em muitas cidades brasileiras, e em especial nas áreas menos industrializadas, exista um verdadeiro sincretismo entre o urbano e o rural, chegando, em muitos casos, ao definido como urbano ter todos os aspectos culturais do que era para ser rural.

Mais do que uma área “residual do urbano” (BLUME, 2014, p. 200) o rural vem passando por diferentes processos de ocupação de acordo com características idiossincráticas da região ou parte desta região. No caso de Petrolina/PE, ao mesmo tempo em que se identificam áreas densamente povoadas, como é o caso dos Núcleos Habitacionais (NH) dos perímetros irrigados, existe um processo de envelhecimento e esvaziamento de determinadas das áreas de sequeiro. Neste mesmo contexto, é possível

observar que determinados setores das margens do Rio São Francisco vêm passando por um processo de urbanização do rural, promovido por uma nova classe média que redescobriu o rural como sinônimo de qualidade de vida e uma forma de lazer.

No que tange a área de sequeiro também há uma variação do processo ocupacional, isso porque, em certa medida, a miscelânea de limites geográficos, permitiu que o processo de esvaziamento de algumas áreas de sequeiro fosse mitigado, em especial as mais próximas da Sede do Município e das áreas irrigadas. Nessas, o aumento da renda com a fruticultura, a popularização das comunicações e o desenvolvimento dos meios de locomoção possibilitou que o campesino passasse a frequentar o urbano com muita desenvoltura, mesmo considerando que suas características corporais ainda sejam um indicativo de sua origem, pois “as técnicas corporais constituem verdadeiros sistemas, solidários a todo um contexto cultura” (BOURDIEU, 2006, p. 85), eles não mais se sentem “*offsides*”.

Outro processo que se vê amplamente difundido em comunidades campesinas de Petrolina/PE é a busca dos espaços rurais como fonte de lazer e divertimento. Esta tendência que iniciou nas comunidades ribeirinhas, já se estende para as áreas de sequeiro, e permitiu o surgimento de uma pluriatividade (GRAZIANO, 1997, p.46) ou multiatividade das práticas agrícolas nas comunidades atingidas por este fenômeno.

Nestas localidades a produção de atividades não agrícolas vêm difundindo-se, pois, sem condição de plantar, os agricultores das áreas de sequeiro passaram a usar o tempo disponível, ou mesmo, destinaram um dos membros da família para atender as demandas da “população rural não agrícola [...] como áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.)” (GRAZIANO, 1998, p.169). Esse novo nicho passou a ser importante fonte de renda em meio a estiagem que perdura a mais de seis anos.

Ocorre que este sincretismo entre o urbano e o rural não só tem causado impacto na economia, a oportunidade de convívio de culturas distintas, mas de raízes próximas, tem propiciado que muitos dos conceitos sociais viessem a ser moldados pela coexistência dos grupos. De forma até mesmo inconsciente a relação direta do rural como o urbano “exigem a adoção de novas atitudes corporais, demandam uma verdadeira mudança de “natureza”, dado que o *habitus* corporal consiste naquilo que se vive como mais natural, aquilo sobre o que a ação consciente não tem controle” (BOURDIEU, 2006, p. 85).

Todavia se este contato pode ter “desnaturalizado” o rural e criado o desejo de ser urbano, dentro de uma perspectiva de busca por evolução econômica, cultural e social, que passava a ser acessível diante do surgimento de novas fontes de renda. Estas novas perspectivas de produção de renda, em uma região onde o fator climático era um limitar das práticas agrícolas, tornava acessível o que para os mais velhos era impossível.

Se o campo havia mudado com as receitas “provenientes das aposentadorias, pensões” (BLUME, 2014, p.196) e os programas de renda mínima que foram implantados pelos governos progressistas após os anos 2003. Agora com a construção de uma renda digna para os agricultores rurais, os quais, mesmo em períodos de longa estiagem, como o registrado entre 2012 e 2018, não produziram movimentos migratórios tão comuns no passado, conforme identificado nos estudos do professor Graziano.

Isso nos permite levantar a hipótese de que uma parte importante do crescimento da população rural residente de 10 anos e mais seja de pessoas não remuneradas mas ocupadas parcialmente em atividades agrícolas combinadas com atividades não agrícolas do tipo “parttime” a que nos referimos anteriormente. A importância desse fato pode ser vista ainda na tabela 9 que mostra um quase estancamento do êxodo rural a nível agregado para o país; e um pequeno crescimento da população rural com 10 anos e mais (GRAZIANO, 1997, p.61).

Neste novo cenário os jovens agricultores das áreas mais áridas passaram a migrar não mais para fugir da seca, a busca do urbano passou a ser um fetiche criado pelo conhecimento do urbano e pela possibilidade de tornar-se urbano sem ser discriminado.

Outro grande contraste neste processo de esvaziamento das áreas de sequeiro é o fato dele ocorrer em meio a um momento histórico especial, quando ocorre a valorização do trabalho campesino, em especial a partir da Lei Federal nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), propiciando “a constituição do projeto de consolidação de uma agricultura familiar se legitima pela construção de novas posições sociais, genericamente qualificadas pelo termo político agricultor familiar” (NEVES, 2002, p. 137).

Segundo registros históricos catalogados durante trabalho de pesquisa produzido Hélio de Araújo, da Secretaria de Educação do Município de Petrolina/PE, objetivando fornecer subsídios para registro da história de Petrolina, os primeiros moradores da comunidade rural de Curral Queimado “foram o casal João José de Araújo Sobrinho, vulgo, Janjão, (1888-1977) e Maria Francisca de Araújo e seus filhos” (ARAÚJO, 2018, p. 1), que chamavam a região de furna grande, devido à existência de uma suposta onça nas serras, próximo a comunidade.

Os autores da pesquisa anterior (ARAÚJO, 2018) informaram em seu trabalho que a família Araújo chegou à região de Curral Queimado em 1936, eram egressos do povoado de Riacho do Sobrado, pertencente ao município de Casa Nova/BA e vinham em busca de melhores condições de vida após a grande seca de 1932.

Com o crescimento populacional Curral Queimado passou a chamar a atenção dos políticos da época, fato que permitiu que viesse a ser o primeiro distrito de Petrolina. De acordo com o relato histórico apresentado no escopo do Projeto de Lei nº 109/18 (NETO, 2018) apresentado à Câmara Municipal de Petrolina/PE, em 1963 o povoado de Curral

Queimado foi elevado à categoria de distrito e anexado ao município de Petrolina/PE mediante aprovação da Lei Municipal n.º 10, de 06 de setembro de 1963.

Na medida em que se destaca economicamente, a comunidade de Curral Queimado também começava a ganhar destaque junto aos políticos das oligarquias petrolinense, tanto é que em 1958, devido incentivo da paróquia de Petrolina ao prefeito municipal da época, foi construído o prédio da igreja católica. Segundo Araújo (ARAÚJO, 2018). Quando 1962, vendo que era considerado o número de crianças necessitando de escola, a Paróquia de Petrolina “passou a usar o espaço religioso como uma sala de aula, com o altar separado por uma cortina” (ARAÚJO, 2018, p. 5). Finalmente em 1964 foi inaugurada a primeira escola da comunidade.

Com o tempo, a história do distrito passou apresentar vários sinais de declínio da sua relevância. Dentre estes indicativos destacam-se os vários processos de migração que passaram à comunidade. Conforme dados apresentados por Araújo (ARAÚJO, 2018), o primeiro movimento migratório registrado foi no ano de 1951 quando, durante um longo período de estiagem na região, não tendo como dá continuidades às atividades agrícolas na região, uma parte das famílias fixadas em Curral Queimado decidiram partir para ao Sul.

Em 1951, a estiagem prolongada estimulou a migração de membros da família da moradora Aurora para o Sul, onde já morava um dos seus irmãos, Manoel Pedro, trabalhando como cuidador de animais de uma fazenda. Marcada pela condição de pobreza, aquela família necessitava de iniciativas que resultassem na melhoria da qualidade de vida e o estado do Paraná realizava um movimento de expansão agrícola. Inicialmente, viajaram os filhos Elena e João, acompanhados de Augusto, Colotário, Pereira e mais cinco pessoas (ARAÚJO, 2018, p. 3).

A busca pelo urbano pode ser explicada por vários motivos, alguns até subjetivo, como o encantamento que o urbano exerce sobre o campesino, “é normal que a jovem camponesa associe à vida urbana certos tipos de roupas e de penteados, signos manifestos, a seus olhos, de libertação. Em resumo, ela não vê senão, como se diz, o lado bom da cidade” (BOURDIEU, 2006, p. 89). Mesmo sendo compreensível o fascínio que a cidade exerce sobre os jovens campesinos, no caso específico de Curral Queimado, o que movia os indivíduos era a busca por melhor qualidade de vida.

Segundo um morador da comunidade, um fator que pode ser atribuído como causa do processo de abandono da Vila é a falta de atrativos da localidade quando comparado com as cidades e o encantamento que estas facilidades exercem sobre parte da população rural. Como pode ser visto, muitos dos moradores migraram para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida.

Segundo um agricultor do distrito, e que atualmente trabalha como caseiro de várias residências construídas na comunidade, a grande mudança ocorreu no final da década de 1990, período em que a escola da comunidade foi fechada durante um processo de nucleação do ensino público municipal, no entender do agricultor “as crianças dava mais

alegria para a região, hoje às 6h passa um ônibus e leva as crianças para Ponta da Serra, agora a escola fica lá, e a vila fica desta forma que o Senhor tá vendo, sem ninguém” (entrevista concedida em 28 de setembro de 2018).

Os vários depoimentos colhidos durante visita ao Curral Queimado apresentam um ponto em comum, a identificação da falta de infraestrutura nas comunidades rurais que possam oferecer o mínimo de conforto aos moradores, como sendo o principal motivo de abandono da vida no campo. Diferente do que ocorrem em regiões, onde as unidades residenciais rurais possuem condições de moradia semelhante ao encontrado nas áreas urbanas, as comunidades rurais nordestinas, em sua grande maioria, não oferecem condições de seus moradores se desenvolverem e praticarem suas atividades laborais desfrutando de uma estrutura adequada, como água potável, esgoto sanitário, comunicação, lazer, cultura e atendimento de saúde.

No momento que em já se discute os efeitos do excesso de influência das mídias eletrônicas na vida dos brasileiros, os moradores de Curral Queimado brigavam pelo direito de se comunicar por falta de internet. Sobre isso o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina (STR), Francisco Pascoal, vulgo Chicôu, pontuou que a chegada da internet é um passo muito importante para o desenvolvimento dessas comunidades” (PASCOAL, in SANTANA, 2014).

Outro problema de infraestrutura enfrentado pelos moradores de Curral Queimado diz respeito aos serviços de abastecimento de água. Atualmente a comunidade é atendida por dois sistemas de abastecimento de água (SAA), um setor da comunidade correspondente a parte antiga, conhecida atualmente apenas como Furna Grande, é abastecido com água bruta captada no canal de irrigação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC). Por sua vez, o setor da comunidade que se encontra mais próximo da rodovia é abastecido por um ramal derivado da adutora de Rajada, que é administrado pela Compesa.

Nesta disposição já se observa uma divisão da área da Comunidade de Curral Queimado em dois setores, sendo que a área mais recente, que verdadeiramente funciona como uma nova vila em tese, estaria sendo beneficiada por receber água tratada da concessionária pública, ocorre que, mesmo neste espaço, a questão não está resolvida, tendo em vista que a adutora não tem condição de fornecer a toda região água em quantidade e pressão suficientes.

Situação pior é encontrada na antiga sede do distrito, que com o surgimento de uma nova vila mais próximo da rodovia, acabou sendo relegado a um segundo plano, de sorte que, atualmente ainda é abastecido por água bruta, o que agrava em muito a situação da saúde dos moradores da comunidade, cujo único posto de saúde encontra-se abandonado com suas paredes em ruínas guardando em silêncio a história do passado, silêncio que durante os dias de semana é a principal característica de uma comunidade de final de semana.

A falta de equipamentos públicos que propiciam uma infraestrutura mínima acabou sendo decisiva para a perda de relevância da comunidade de Curral Queimado no contexto da região. Mesmo levando em conta a área territorial do distrito, outras comunidades que outrora eram menores e pouco expressivas, atualmente são mais povoadas, como é o caso de Terra Nova, devido sua localização na margem da rodovia, e Ponta da Serra, em decorrência de um projeto comunitário de irrigação existente na localidade

O desencanto ou desinteresse pelo rural tradicional e rústico é presente em vários setores rurais da região de Petrolina, em seu trabalho jornalístico o repórter Paula Theotônio (THEOTONIO, 2018) descreve a dificuldade que empresas familiares do Vale do São Francisco vêm enfrentando em transferir seus negócios para seus herdeiros. Segundo a repórter, muitos destes empresários do agronegócio da fruticultura descrevem que seus filhos apresentam um crescente desinteresse pelas atividades econômicas rurais.

Theotônio (THEOTONIO, 2017) apresenta dados fornecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) segundo os quais, cerca de 40% dos produtores rurais mudaram de atividade até o ano de 2030. Esses dados são preocupantes quando considerado que “A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) afirmou, em levantamento, que cerca de 40% dos produtores rurais têm suas famílias na atividade agropecuária há mais de 30 anos” (THEOTONIO, 2017, p. 11).

Entretanto se para o agro empresário a falta de sucessores está relacionada a problemas como “diferença de filosofia entre a experiência do país/mães e as inovações que os filhos e filhas querem aplicar no campo; o tipo de entrega ao negócio; a exigência de longas horas de trabalho por parte dos pais velhos e o desejo de melhor gestão de tempo por parte dos filhos” (THEOTONIO, 2017, p. 11) na área de sequeiro a questão é mais prática.

No caso do agricultor familiar – considerando o conceito teórico semelhante ao político (NEVES, 2002) – ou na agricultura de subsistência, o esvaziamento do meio rural é uma questão mais complexa, o êxodo rural dos agricultores mais pobres quase nunca está relacionado a fatores subjetivos e emocionais, as migrações como a identificada em Curral Queimado está muito ligada a uma marcante falta de perspectiva socioeconômica e principalmente de qualidade de vida, quando não é uma questão de sobrevivência, já que de acordo com Roni Blume, as sociedades pós-industriais, aparte os aspectos culturais, vêm diminuindo as diferenças entre o que se entende por condições de vida para o rural e para o urbano, “pois o mercado de trabalho e os espaços de lazer e desfrute da qualidade de vida passaram a ser os mesmos” (BLUME, 2014, p. 186), daí porque o esvaziamento daqueles espaços em que estas condições ainda são díspares.

Hoje quem anda no antigo povoado de Curral Queimado não procura conhecer a história por detrás das edificações em ruínas, não conseguem imaginar que aquele já foi um local próspero. Atualmente Curral Queimado é uma mera lembrança do que já foi no passado, muito pelo fato de muito lhe haver sido tirado, inclusive o nome da comunidade

que acabou sendo absorvido pela nova vila em construção próximo da rodovia. Está como Terra Nova, Pau Ferro, Barreiro e Rajada, devido a proximidade da rodovia, acabaram prosperando, de forma que a nova vila adotando o nome de Curral Queimado, ficando para a antiga vila as lembranças e o antigo nome de “Furna Grande”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das taxa de crescimento apresentada pela área urbana do município de Petrolina/PE indicar na direção de um aumento da população Rural do município (3,64%), inclusive com taxas superiores a registrada na zona Urbana (2,80%) no período de 2000 a 2010, segundo dados do censo IBGE/2010 (CONDEPE/FIDEM, 2015), o pesquisador ao visitar os grotões da região de sequeiro do município identifica uma realidade bem diferente da indicada nos dados estatísticos.

Atualmente a grande marca das regiões de sequeiro do município que possui o segundo PBI agrícola do Brasil, e que tem grande parcela da sua economia agregada a fruticultura irrigada, é o esvaziamento dos sítios e antigas fazendas, acompanhado por um processo de concentração de agricultores nas vilas e principalmente nas comunidades próximas aos PPI e as parques agroindústria da fruticultura.

Como exemplo deste movimento podem ser citados os NH do PISNC que passaram a possuir índices populacionais semelhantes a médias cidades do estado de Pernambuco, e ao mesmo tempo passaram a conviver com oportunidade de empregos nas fazendas de frutas, com a falta de infraestrutura de saneamento e saúde, mais principalmente com a elevados níveis de violência.

Na contramão deste processo está o distrito de Curral Queimado, que por não estar próximo às rodovias ou as áreas irrigadas, perdeu sua relevância econômica política e social, viu sua população migrar para outras áreas com maiores atrativos e infra estruturas sociais, e perdeu inclusive parte de sua identidade, passando a ser chamado apenas de Furna Grande, ao passo que a nova vila criada junto a rodovia adotou o nome de Curral Queimado.

Nesta marcha de busca por condições melhores de sobrevivência e trabalho, coube a antiga vila os velhos prédios, que resistem ao tempo como testemunha de um passado de glória e o coadjuvante papel de servir como moradia de repouso, descanso ou veraneio a uma nova classe média urbana que passou a ver no rural um local de lazer. Essa mudança de paradigma vem convalidar a ideia de uma vicissitude da percepção do rural atualmente, pois como ensinava Blume “não se encontra mais arraigada nas antigas concepções dicotômicas que procuram definir o rural em oposição ao urbano. Parece estar superada a ideia da associação do rural ao atraso, ao isolamento e à tradição; e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade” (BLUME, 2014, p.185).

Restando para os campesinos duas opções, ou diversificam suas habilidades laborais e passa a atender esse novo público do rural, ou abrir mão de ver a irrigação do outro lado da cerca e muda-se para as periferias urbanas nas vilas próximas ao agronegócio, abrindo mão de suas identidades e sendo submetidos a todo tipo de carência estrutural, mas vivendo e se identificando com as ilusões do urbano.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO - Agência (CONDEPE/FIDEM). **Taxa de crescimento geométrico anual da população, por situação do domicílio**. Recife: DBE, 2015.

ARAÚJO, Hélio de; SOUZA, Maria Auxiliadora de; ARAÚJO, Raimunda Dias de. **Curral Queimado: Subsídios para a história de Petrolina**. Petrolina: SEDUC, 2018.

BRASIL, Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 21 out. 2018.

BLUME, Roni; SCHNEIDER, Sergio. Sobre a delimitação do rural: Atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil. In **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume / Org. CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O Camponês e seu Corpo. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.

CRUZ, Patrícia Fernanda de Souza. **Reestruturação Urbana em Petrolina (PE): Um Olhar a partir da implantação dos novos produtos imobiliários**, Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANJA, Marcelino. **Distrito de Curral Queimado, em Petrolina, Terá internet e telefonia móvel 3G**. Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro**. Oficina Temática do Projeto RURBANO. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Revista Nova economia*, Belo horizonte: 1997. (43-81).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidade de Petrolina**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>. Acesso em: 08 out. 2018.

NETO, Manoel Antônio Coelho; ARAÚJO, Rodrigo Teixeira. **Projeto de Lei nº 0109/08-09.08.2018**. Petrolina: Câmara Municipal de Petrolina, 2018.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: Ensaio – **Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. EMBRAPA, UFS, 2002. (31-52)

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Método e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. ver. e atual. Florianópolis: UFSC. 2005.

THEOTONIO, Paula. O desafio da sucessão familiar no agronegócio do vale. **Agroun News**, Petrolina, ano IX, n. 1, p. 11, jul/ago/set. 2017.

CAPÍTULO 5

ENTRE O DIREITO A TER DIREITOS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE À POPULAÇÃO DE RUA

Data de aceite: 01/02/2021

Rosiane Pinheiro Palheta

Fundação Hospital Adriano Jorge-
Departamento de Ensino e Pesquisa,
Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Jacqueline Cavalcanti Lima

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Raquel Lira de Oliveira Targino

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Maria de Nazaré Feitosa

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Hudson André Arouca Cauper

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Lúcia Helena de Araújo Jorge

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Samuel Monteiro do Nascimento Barbosa

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Cassiano Alencar de Vasconcelos Dias Jimenez

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Alex Araújo Rodrigues

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus-
SEMSA. Manaus, Amazonas-Brasil.

Evelyn Fernanda de Oliveira, Santoro

Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação
Científica.

Lucélia Regina Pacheco de Araújo

Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação
Científica.

Larissa Carvalho Dahmer

Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação
Científica.

RESUMO: O artigo trata de uma reflexão sobre os direitos da população em situação no contexto das políticas de saúde e na experiência da Equipe de Consultório na rua, faz parte ainda de uma pesquisa realizada no contexto do Programa de apoio à Iniciação Científica da Fundação Hospital Adriano Jorge sobre os modos de sobrevivência na rua da população atendida pela Equipe de Consultório na Rua da cidade de Manaus. Como resultado, é nítido que o Estado tenta manter uma ação para a população de rua alheia às suas próprias demandas que muitas vezes não são supridas as necessidades prementes de sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: População de rua, Saúde, Direitos.

ABSTRACT: The article deals with a reflection on the rights of the population in a situation in the context of health policies and the experience of the Consultancy Team on the street, it is also part of a research carried out in the context of the Support Program for Scientific Initiation of the Hospital Adriano Jorge Foundation on the street survival modes of the population served by the Consultancy Team on the street in the city of Manaus. As a result, it is clear that the State is trying to maintain an action for the homeless people who are unaware of their own demands, which often are not meeting the pressing needs for survival.

KEYWORDS: Street population, Health, Rights.

1 | INTRODUÇÃO

As reflexões elaboradas neste capítulo são frutos da experiência da Equipe de Consultório na rua com pessoas em situação de rua na cidade de Manaus. Traz reflexões do cotidiano de trabalho com essa população e da vivência e dificuldades que estão atreladas entre o direito à saúde e as políticas de acesso e à peculiaridade dessa população, que muitas vezes, não quer tratamento e nem os serviços oferecidos. Esses dois pólos estão embricados na tarefa diária da equipe pela manutenção da saúde e os direitos individuais da população de rua que muitas vezes, não reconhece aquilo que o Estado oferece, como opção adequada para as suas necessidades humanas.

No cotidiano de trabalho com essas pessoas, há uma dimensão delicada, uma linha tênue entre condições de vida, escolhas e o cuidado oferecido pelo Estado, que muitas vezes desconhece a concretude do fenômeno, que esconde e revela tanto particularidades quanto pluralidades para uma ação mais efetiva e eficaz na conduta e na garantia dos direitos dessa população. A trajetória de exclusão social de pessoas adultas em situação de rua é resultante de uma multiplicidade de fenômenos que não se reduz à ausência de moradia, mas abrange trajetórias de vida permeadas pela violência, perdas e ausência de políticas públicas capazes de dar respostas efetivas ao problema.

O trabalho será conduzido por dois eixos de discussão: Em primeiro lugar, quais as concepções de direito estão em conflito na oferta dos serviços a população de rua? Qual o papel do CNAR na condução da política de saúde e na oferta de serviços? Como tem sido esse processo e quais os fatores que representam avanço e retrocesso na estratégia de ação do Estado? O trabalho com a população de rua tem sido um constante paradoxo pois a própria rua é um lugar de profundos contrastes. Ela carrega beleza e horror, aconchego e medo, liberdade e privação, ela têm determinado a vida e a saúde das pessoas que ocupam seus diversos espaços geográficos, ao mesmo tempo em que esses espaços tem sido modificados pela presença constante dessas pessoas. Como elas lidam com as políticas e o Estado diante do adoecimento e da necessidade de acessar os direitos e os serviços oferecidos? Quais princípios e concepções entram em conflito na gestão da política de saúde? Esse será o fio condutor que será discutido nas páginas deste trabalho.

21 O FENÔMENO POPULAÇÃO DE RUA E O DIREITO À SAÚDE

O que significa ter direitos quando falamos de população de rua? O direito a uma moradia digna? Direito a estar e permanecer na rua? Acesso às políticas e benefícios sociais? Oportunidade de emprego e renda ou apenas reprodução das condições de vida para o acesso às suas dependências psicoativas? O que tem significado direito quando se trata da população que vive nas ruas?

É inegável que o fenômeno da população de rua é multifatorial, mundial e ganha outros contornos no atual cenário de mobilidade humana provocada pela enxurrada hostil das desavenças entre países e religiões e pela supremacia ao poderio das riquezas mundiais. Esse é um quadro que tem crescido a cada ano tendo em vista o contexto global e levando em consideração a trágica situação brasileira onde as políticas estão sendo cada vez mais focalizadas e menos universalizadas.

Nesse sentido é importante compreender como essa população se insere no contexto dos direitos, uma vez que a Constituição Federal no artigo 6º estabelece como direitos fundamentais uma gama de questões que necessitam ser observadas pelo poder público, mas que, a despeito do que diz lei, no cotidiano nem sempre tais direitos são garantidos (BRASIL, 1988).

Ao se falar sobre direitos, é necessário buscar perceber o sujeito antes de qualquer situação, ou seja, é necessário olhar para o cidadão e compreender que a existência dos indivíduos precede a lei, em outras palavras, a lei existe para o sujeito e não o contrário. Pensar o direito nessa perspectiva nos leva a desenvolver outro olhar, que vai para além das diferenças que nos caracterizam, e assim, buscar estabelecer direitos pensados a partir da pluralidade do ser, daquilo que o outro e também nós mesmos necessitamos para viver e estar em sociedade (MARRA e MARRA, 2019).

O direito à vida constitui um direito primário do ser humano do qual deriva todos os demais direitos, inclusive o da saúde que enseja também outros direitos se levamos em conta seu conceito ampliado de saúde como resultado de múltiplas determinações. Nesse sentido o direito à manutenção da vida implica nas capacidades da pessoa humana em ter condições para o seu pleno desenvolvimento e isso deve incluir os diversos âmbitos como a dimensão física, biológica, mental e social que lhe são próprias.

A Carta Magna da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988- CF/88- Sancionou o direito social à saúde como direito fundamental da pessoa humana reconhecendo este como direito fundamental previsto no art. 6º, consubstanciado com outros direitos sociais fundamentais, definindo ainda os princípios norteadores que regem a política de saúde pública (arts. 196 a 200).

Nesse contexto, o direito à saúde pode ser entendido como um conjunto de deveres do Estado para com todo cidadão, que visa não apenas afastar as enfermidades mas também garantir o desenvolvimento saudável da

população. Adverte-se, entretanto, que a saúde não é apenas um direito humano fundamental, mas também um dever, isso porque o próprio texto constitucional expressa claramente tal disposição no art. 196, ao prever que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (Asbah, 2004: 10-11)

Para a população, o Sistema Único de Saúde (SUS) significou uma mudança substancial, na medida em que as parcelas pauperizadas e que estavam excluídas do direito à saúde, puderam ter acesso a estes serviços, devido ao caráter universalista da política de saúde vigente. Apesar dos problemas, esse sistema tem avançado nas propostas de melhoria da atenção e da gestão em saúde pois a assistência à saúde esteve, por muito tempo, ligada à Previdência Social, o que atrelava a população ao mercado formal de trabalho, excluindo parcelas numerosas do acesso à saúde pública, só tendo acesso ao sistema de saúde aos que estavam ligados ao sistema formal de trabalho.

Buss (2003) ao falar de promoção¹ de saúde se reporta a uma das conceituações que estão disponíveis sobre saúde, a qual consiste na ideia de que tais atividades são dirigidas à transformação do comportamento dos indivíduos, localizando-os no contexto da família e da comunidade. Nesse caso, fugiriam ao âmbito da promoção da saúde todos os fatores que estivessem fora do controle do indivíduo. Essa visão mecânica da realidade foi alterada com a carta constitucional de 1988 quando os direitos civis foram conquistados e a noção de cidadania, ampliada.

Para o autor, o que caracteriza a promoção da saúde na modernidade e que está preconizado na letra da lei “é a constatação do papel protagonizante dos determinantes gerais sobre as condições de saúde: a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, de habitação e saneamento, boas condições de trabalho, oportunidades de educação, ao longo de toda a vida, ambiente físico limpo, apoio social para as famílias e indivíduos, estilo de vida responsável e um espectro adequado de cuidados de saúde” (BOSS, 2003:19).

De forma mais específica, queremos trazer a discussão da população de rua enquanto cidadão, enquanto pertencente a uma sociedade estabelecida juridicamente e não como destinatário de uma política extremamente focalizada e pulverizada dentre as demais políticas públicas dirigidas a esta população.

Segundo Arendt (2004), a despeito das leis que regem cada País e que garantem os direitos a seus cidadãos, bem como dos acordos internacionais que visam os mesmos direitos, é fundamental que cada pessoa tenha a percepção de que temos direito a ter direitos pelo fato de todos estarmos em uma mesma categoria, a de humanos. Desta forma,

1. “Promoção de saúde define-se, tradicionalmente, de maneira bem mais ampla que prevenção, pois refere-se à medida que ‘não se dirige a uma determinada doença ou desordem, mas serve para aumentar a saúde e o bem-estar gerais’” (CZERESNIA, 2003, p.45).

cada pessoa desse planeta pode então compreender e lutar para que os direitos humanos sejam estendidos a todos, independente da nacionalidade, raça, opção política ou qualquer outra característica que nos distinga. Esta é uma premissa e uma promessa constitucional e o Estado deveria garantir esses direitos porque estão na Lei máxima que o direito é para todo e qualquer cidadão.

Historicamente, a proteção social e os direitos de cidadania no Brasil, ficaram, por muito tempo, atrelados ao mercado formal de trabalho sendo cidadãos de direito, aqueles que estavam vinculados a este mercado e contribuía com o sistema. A “cidadania regulada”² foi a marca desse meio século e uma nova institucionalidade das políticas sociais só iria aparecer na Carta de 1988 quando, pela primeira vez, instaura-se, no Brasil, um padrão público de proteção social assentado no tripé da Seguridade Social. Mas juntamente com essa perspectiva de implantação de um desenho de proteção social com alguns princípios do “*Welfare State*”, o País é assolado pelas transformações societárias que, desde o final dos anos 1960, ocorriam na Europa, e vieram a compor o difícil cenário de mais uma crise do capitalismo.

Dentre tantas crises, resta às políticas sociais o papel de pagar o preço pelas oscilações do sistema, o que desenha a questão atual sobre o papel do Estado nas políticas sociais que tem sido caracterizado pela seletividade, a focalização, descentralização, burocratização, alto grau de corrupção dentre outros problemas, o que reverbera no acesso aos serviços e programas. Segundo Lobato (2016) a restrição financeira e o alargamento dos problemas sociais lançam o desafio de universalizar as políticas ou focalizá-las.

A noção de cidadania, base política da construção do modelo constitucional, parece não ter alcançado o fundamento da solidariedade social que lhe é inerente. A noção prevalente é a do direito: direito à educação, à saúde etc., responsabilidade do Estado. Mas esse direito não está necessariamente acompanhado da noção de igualdade, expressa na prestação pública e coletiva, mas antes, no direito individual. (Lobato, 2016: 93).

Nesse sentido, Costa (2006) lembra que o sujeito de direitos não é apenas o indivíduo em condição de pobreza, na linha ou abaixo da linha da miséria, o que ganha um quarto de salário mínimo, condição para acesso a benefícios como o bolsa família dentre outros.

Falar de pessoas em situação de rua é algo extremamente complexo. Para as pessoas em geral, ora a imagem é de pessoas criminosas, ora de pedintes, ora de coitados e excluídos da sociedade. Essa questão nos leva ao questionamento: como esses indivíduos se inserem nessa categoria? Como vivem no espaço das cidades? É possível encontrar uma variedade de pessoas, famílias inteiras e grupos que ocupam os espaços públicos da cidade, geralmente considerados como “moradores de rua”.

2. Expressão desenvolvida por SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987. Consultar também: PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros” In: *Cultura e Identidade Operária*. (org.) José Sérgio Leite Lopes. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional; Marco Zero; Proed, 1987.

Para essas pessoas o espaço privado do cotidiano de vida é a rua. É neste espaço que elas constroem seu ambiente íntimo, suas atividades de reprodução de vida e de trabalho, desenvolvem suas atividades domésticas, mantêm suas relações sociais e efetivas e também enfrentam toda sorte de problemas existenciais. A rua passa a ser a casa ou extensão dela, o lar, pois é nela que trabalham, se alimentam, dormem, acordam, vivem e sobrevivem e desenvolvem suas estratégias de reprodução de vida.

A população que está em situação de rua, estabelece, entre si e com as outras pessoas, estratégias de sobrevivência no espaço público e diferente do que se possa supor, muitas vezes estar na rua é uma opção e não uma condição. Elas estão condicionadas ao espaço urbano onde se fixam ou ocupam porque a rua é considerada espaço de identidades formadas maiores que as que a casa pode oferecer.

Segundo Escorel (1999) a população em situação de rua é um fenômeno visto em várias partes do mundo, tem uma dimensão multifacetada e multidimensional, mas guarda características comuns. Uma das questões colocadas é a respeito da dimensão sociofamiliar, um dos elementos comuns à maioria desta população. Questões também como a falta de vínculo trabalhista, a precariedade das atividades produtivas, o isolamento e a solidão são situações que também caracterizam a vida dos indivíduos que estão em situação de rua. A solidão consiste em não se sentir parte do mundo e é uma das experiências mais radicais e desesperadoras que uma pessoa possa viver (ESCOREL, 1999).

A presença de pessoas em situação de rua nas cidades é um fenômeno antigo que recebe contornos e explicações conforme os contextos históricos e suas sociedades correspondentes. Nos dias atuais, essa problemática se apresenta de forma complexa no mundo, tendo em vista as constantes transformações políticas, sociais, econômicas e geográficas (SIMÕES JUNIOR, 1992). Algumas de suas causas são o processo excludente da globalização, a precariedade das relações de trabalho, o desemprego e a individualização.

Segundo LAFER, 1998, a população de rua reflete a realidade de uma parcela de trabalhadores considerados como inúteis, desnecessários, e descartáveis, na ótica do capital, que é constituído e movido pela produtividade. Sendo assim, os indivíduos vivem no limite de seus direitos e se vêem despojados de sua cidadania (LAFER, 1998, p. 150).

A literatura mostra que dentre os fatores que levam os sujeitos a essa condição social são inúmeros como o desemprego, vínculos familiares interrompidos e fragilizados; violências, dentre elas familiar; a perda da autoestima; os transtornos mentais, incluindo a dependência às drogas, lícitas e ilícitas; a criminalidade; dificuldades de acesso à educação e profissionalização; doenças incapacitantes dentre outros. Estes fatores vão de encontro diretamente ao direito à saúde que está garantido a todos os indivíduos e com os desafios da prestação de cuidados pela equipe de saúde que prevê universalidade, integralidade e equidade.

Destaca-se que muitos dos que estão em situação de rua têm conceitos diferenciados sobre o processo saúde e doença. Culturalmente, quando se pergunta sobre a saúde de alguém, é muito comum a resposta estar associada a dimensão positiva, ou seja, estar bem sempre ligado ao fato de não ter ficado doente, nem ter precisado tomar medicamentos ou por não ter procurado os serviços de saúde. Essa resposta, entretanto, não vem acompanhada da dimensão da saúde acompanhada de nossa capacidade de enfrentar os adoecimentos, buscar ajuda e entender o que está ocorrendo, como, ainda, os momentos da vida, nos quais somos capazes de pensar, sentir e assumir nossos atos e decisões.

A concepção de saúde no Brasil não se refere à ausência de doenças estritamente, mas à uma visão mais ampla do conceito, tendo como desdobramentos as condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, e acesso aos serviços de saúde.

O que acontece muito frequentemente nas políticas públicas criadas para atender os necessitados, é que elas são pensadas e aplicadas somente para os grupos que seguem os padrões socialmente aceitos e para um público com perfil criado por pessoas que desconhecem a realidade do público-alvo das propostas. Por essa razão, as políticas e programas voltados para população em situação de rua, ao longo da história, têm mostrado muita dificuldade em superar dois extremos: o assistencialismo, e a repressão que se expressa nos serviços ofertados de abrigo e de recolhimento. Um exemplo de repressão é o conjunto de ações do poder público para a população em situação de rua, apoiadas pela maioria dos cidadãos que, muitas vezes, solicitam a remoção de moradores de rua localizados perto de suas residências, em vez de solicitarem políticas que garantam direitos e oportunidades para essas pessoas.

Sposati (1995) descreve essa lógica de ações como “modelo filantrópico higiênico”, no qual a orientação do trabalho é segregar, esconder e higienizar (p.90). Como bem assinala Varanda (2004), esse é um problema social complexo e não pode ser entendido pelo preceito higienista e sanitarista, em que a pessoa em situação de rua deve ser removido para higienizar a feição das cidades. Os serviços de saúde também podem acabar reproduzindo essa lógica, pois há um enquadre institucional “medicalizante” e hegemônico na área dos serviços de saúde, que classifica essa população como usuários de drogas (VARANDA, 2004), problema que seria decorrente de ordem mental, ou psiquiátrica. A perspectiva de olhar essa população pelo viés do uso de droga pode se somar às outras formas de controle sobre esse público, como por exemplo, as propostas de internação compulsória.

Segundo o autor, a população de rua sofre restrição de acesso à saúde e educação e está submetido a condições precárias de sobrevivência e exposto a diferentes formas de violência que tornam sua saúde ainda mais vulnerável. Além disto, quanto maior o tempo de permanência sob esta situação, maior a tendência de ficarem estáticas com relação à busca por melhoria da qualidade vida e a desenvolver doenças mentais.

Nessa perspectiva, (Ayres, 2009) coloca que a categoria cuidado é expressa a partir da complexidade da sua efetivação na atenção à saúde, uma vez que esta não se dá apenas por prescrições, medicalização, ou normatizações e/ou protocolos mas pelo diferencial dos profissionais de saúde na atenção primária que é a abertura ao diálogo com os usuários do serviço, aos seus desejos, às suas histórias de vida, angústia e desafios, que são elementos constitutivos no projeto de vida deles e isso significa que existem inúmeros projetos individuais que não valem para todos e o profissional deve estar atento à estas singularidades.

Destaca-se ainda nesse caso das pessoas em situação de vulnerabilidade, que nem sempre vivem na rua, mas utilizam este espaço para reprodução de sobrevivência, de vida e de trabalho, que também fazem parte do perfil da demanda dos serviços que as políticas de saúde devem atender exigindo constante dinamização, renovação e adequação dos arranjos e das metodologias de organização do cuidado. São pessoas que historicamente, tem acesso limitado aos serviços de saúde com uma gama de entraves, dentre as quais se destaca a exigência de comprovação de residência, documentação para acesso à rede e a medicamentos, tratamentos de saúde aplicados a regras que não levam em consideração as condições de vida destes indivíduos, e com uma gama de profissionais sem perfil e/ou despreparados para o acolhimento a esse grupo.

A importância de uma assistência adequada, multiprofissional e holística proporcionando melhoria das condições de saúde e de vida dessas pessoas, de acordo com as suas realidades cotidianas compreendendo as especificidades de cada grupo ou indivíduo e a existência do projeto Consultório de Rua, trouxe a necessidade da implantação das Equipes de Consultório na Rua como uma ferramenta de cuidado em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Observando essa necessidade a Política Nacional de Atenção Básica instituiu os Consultórios na Rua (CnaR) com o objetivo de ampliar o acesso dos usuários à rede de serviços de saúde promovendo uma articulação da rede com a principal finalidade de garantir o acesso à atenção integral à saúde às pessoas em situação de rua/usuários de álcool e outras drogas.

3 | A EQUIPE X POPULAÇÃO DE RUA: COMO O CUIDADO É RECEBIDO?

Os Consultórios na Rua (CnaR) são equipes multiprofissionais que atuam de forma itinerante e fazem parte das estratégias de ação de saúde adotadas pelo Ministério da Saúde que tem como foco prioritário a abordagem e atendimento às pessoas que vivem em situação de rua. As equipes são uma forma de levar o atendimento integral à saúde às pessoas que tem dificuldades de acesso aos modelos tradicionais de serviços da rede de saúde.

Em Manaus, a equipe de CnaR é multidisciplinar formada por Assistente social, psicólogo, enfermeira e técnicos de enfermagem. De acordo com a Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011 que *define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. As eCR integram o componente atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial e desenvolvem ações de Atenção Básica, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes definidos na Política Nacional de Atenção Básica.*

Define ainda no Art. 2º que as eCR são multiprofissionais e lidam com os diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua cujas atividades devem incluir a busca ativa e o cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas. Além disso, eCR devem desempenhar suas atividades in loco, de forma itinerante, desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, quando necessário, também com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dos serviços de Urgência e Emergência e de outros pontos de atenção, de acordo com a necessidade do usuário e ainda poderão utilizar, quando necessário, as instalações das UBS do território. (Ministério da Saúde, 2011, Manual do cuidado, 2012).

Silva et AL 2015 em estudo sobre a prática do cuidado em um Consultório na Rua no Rio de Janeiro esclarecem que o CnaR, é constituído como uma estratégia para estabelecer de elos de ligação entre o serviço de saúde e a população em situação de rua, sendo o um trabalho desenvolvido diretamente na rua e uma forma de construção de vínculos que facilitem a conexão dos usuários aos serviços das unidades de saúde. As ações na rua são focadas na redução de danos, que têm como característica principal “ofertar cuidado no espaço da rua” (Silva et al, 2015:250).

É importante destacar que nem sempre esse cuidado no espaço da rua é bem recebido pela pessoa que se encontra na rua, muitas vezes exige tempo e um processo de construção de vínculo e confiança ampla para uma possível adesão a este cuidado. Esse é essencial e fundamental na realização do cuidar, ou seja, no encontro com os sujeitos na rua, os profissionais buscam abrir mais oportunidades para as subjetividades, não objetivando os sujeitos de intervenção, mas abrindo espaço para a atenção diferenciada.

Os consultórios na rua hoje se tornaram uma estratégia no campo da saúde pública com o objetivo de ampliar o acesso às pessoas em situação de rua às políticas nacionais de atenção básica e de saúde em geral tendo como ênfase as individualidades e a singularidade dos sujeitos e grupos vinculando-as em ações compartilhadas entre os diferentes setores da sociedade.

A Equipe de consultório na Rua atua de forma diferenciada à maneira tradicional das equipes de unidade de saúde. Os Consultórios de Rua são formados por equipes multiprofissionais da atenção básica e devem seguir os atributos desse ponto de atenção sendo porta de entrada preferencial, deve propiciar atenção integral e coordenar o cuidado, da população em situação de rua (PSR) *in loco*. Devido às especificidades dessa população, a estratégia de redução de danos deve ser transversal a todas as ações de saúde realizadas

pela equipe que deve organizar seu processo de trabalho prevendo momentos de reuniões de equipe da ECR e interequipes (NASF, CAPS etc.), planejamento, discussão de casos, elaboração e acompanhamento de projetos terapêuticos singulares, fundamentais para a atenção integral à saúde, a resolatividade das ações e a gestão do cuidado (Manual do Cuidado 12:43). Dessa forma, estão listadas acima, algumas atividades do cotidiano de trabalho da equipe dentre as quais destacamos a abordagem.

A abordagem com as pessoas em situação de rua pela equipe é feita de diversas formas. Em algumas ocasiões a equipe vai sozinha, em outras a equipe vai acompanhando outros serviços, pois é acionada para este fim. As abordagens são feitas de forma contínua e fazem parte do trabalho cotidiano da Equipe de Consultório na Rua. Elas são realizadas onde há pessoa em situação de rua, a qualquer tempo e em qualquer horário.

A abordagem é um instrumento importante para a construção do vínculo com as pessoas em situação de rua e toda a equipe deve estar atenta para aspectos relevantes dessa estratégia. De acordo com o Manual do cuidado a saúde junto à população em situação de rua, na abordagem inicial com o usuário:

A equipe deve priorizar uma observação e escuta qualificada, que necessariamente passam pela valorização e respeito aos diversos saberes e modos de viver dos indivíduos, possibilitando a construção de vínculos de confiança junto a essa população, que se reproduz em processos relacionais no cuidado integral à saúde. Quando se trata de população em situação de rua (PSR), a abordagem e o acolhimento são de fundamental importância para a produção do cuidado, tendo em vista que esse grupo social é historicamente marcado por um processo de exclusão dos serviços de saúde, onde a sua presença se traduz em forte incômodo tanto para os profissionais de saúde quanto para os demais usuários, ficando quase sempre renegado o seu direito à atenção integral à saúde e, quando muito, apenas é atendido nas emergências (Manual do cuidado em saúde, MS, 2012:39).

A equipe segue os procedimentos orientados pelo manual de atendimento à população de rua, entretanto, ele não expressa a realidade vivida por ambos os lados, tanto do usuário, quanto do profissional e menos ainda quanto à rede de atendimento e dos profissionais que atuam na área. A realidade vivenciada no cotidiano do atendimento a esta população é mais complexa do que se pode teorizar ou supor os manuais de orientação aos profissionais dos Consultórios na Rua espalhados pelo Brasil e suas múltiplas diversidades. O Manual esclarece que a população de rua, além de enfrentar uma barreira já conhecida para uso dos serviços de saúde, ainda tem dificuldades de caminhar na rede, identificando locais e os diversos serviços oferecidos. *“Os serviços de urgência, em sua maioria, são distantes e inacessíveis. Longas esperas podem significar perda de refeições ou acesso a abrigo”*. Dessa forma, em alguns casos a equipe acompanha o paciente em consultas para garantir o melhor atendimento.

Nessa interação, há diversos aspectos que não estão previstos como, por exemplo, o fato de muitos pacientes se recusarem a qualquer tipo de tratamento ou contato com a

família, ou ao fato de que a própria família não ter mais vínculo afetivo com ele e quando há algum vínculo, muitas pessoas preferem estar nas ruas a voltar a coabitar com suas famílias.

Em face a essa realidade, é necessário que o profissional compreenda que o ato interpessoal de cuidar exige conhecimento e o respeito da individualidade do ser, e que, portanto, é fundamental que haja uma interação eficaz com os pacientes, o que caracteriza o vínculo. Essa interação torna possível assim a promoção de saúde, de um atendimento digno capaz de contribuir para a reinserção social e redução dos fatores já muito comuns às pessoas em situação de rua.

A Política Nacional para População em Situação de Rua foi decretada no dia 23 de dezembro de 2009 por meio do decreto número 7.053, no âmbito da assistência social da federação. Esta política Conta com o apoio dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Justiça, das Cidades, da Educação, da Cultura, do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde.

Os princípios que regem a política além de igualdade e equidade, visam o respeito à dignidade da pessoa humana; direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e ainda o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Ainda no ano de 2009 foi dado mais um passo importante na área da Saúde para a população de rua com a publicação do Decreto que instituiu o Comitê Técnico de Saúde para essa população por meio da Portaria MS/GM nº 3.305, de 24 de dezembro. Esse Comitê é composto por representantes de algumas Secretarias do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz e por representantes de Entidades da Sociedade Civil organizada. Desse modo, as conquistas na área da Saúde foram obtidas com a efetiva participação da sociedade civil.

O exercício da participação e do controle social por parte da população em situação de rua ou de entidades que atuam em defesa dos seus direitos é fundamental para a efetiva melhoria das ações de atendimento à saúde.

Estes comitês intersetoriais de acompanhamento e monitoramento das ações estabelecidas pela política terão as seguintes atribuições: elaborar planos de ação para a política, acompanhar e monitorar a política, propor formas de divulgação da política, acompanhar e avaliar os Estados na sua implementação.

A especificidade da pessoa em situação de rua e a alta vulnerabilidade retrata um cenário epidemiológico preocupante. Segundo o “Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua”, publicado em 2012, as doenças frequentes nesse grupo variam desde as mais simples até as mais complexas. Os hábitos de vida influenciam na ocorrência dessas doenças, e o controle das mesmas é dificultado devido a alimentação

inadequada, a instabilidade de abrigo, bem como problemas com armazenamento de medicamento e ingestão dos mesmos em horários certos (BRASIL, 2012a).

Há muitas peculiaridades do estar na rua e as influências ambientais que influenciam diretamente a saúde e o bem estar da população. Muitos andam descalços havendo uma tendência de desencadear doenças nos pés como micoses e calosidades; a higiene pessoal inadequada pode gerar infestação de piolhos, micoses, cárie, hepatite, ascaridíase, amebíase dentre outras. A incidência de contaminação por tuberculose (TB), devido ao abandono de tratamento; a alimentação imprópria, a exposição às variações climáticas e o uso do tabaco são alguns fatores que contribuem para o aparecimento de doenças pulmonares, hipertensão e diabetes; A falta de proteção e as necessidades de consumo de entorpecentes levam à infecções sexualmente transmissíveis (IST), como sífilis, herpes, HIV que são recorrentes pois não são devidamente tratadas agravando a discriminação na rua e o risco de contaminação. (BRASIL, 2012a). Ocorre ainda a expansão do consumo de substâncias psicoativas, levando à necessidade de ações multiprofissionais efetivas e novos dispositivos de cuidado para a população mais jovem.

Outro passo importante para a ampliação da política de saúde para a população de rua, foi a publicação do Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde por meio da Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013, que define as diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do SUS cujos objetivos são: garantir o acesso da PSR às ações e aos serviços de saúde; reduzir os riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida; e melhorar os indicadores de saúde e da qualidade de vida da PSR.

O Consultório na Rua (CnaR) como programa no âmbito da saúde da PSR é considerado um serviço transversal, que produz cuidado tanto de saúde mental como da atenção primária, prioritariamente e ainda inclui a redução de danos formando o tripé condutor do trabalho das equipes.

A perspectiva da redução de danos é caracterizada como uma abordagem ao fenômeno do uso e abuso de drogas cujo objetivo não é apenas restringir o uso de drogas mas sobretudo, minimizar os danos sociais e à saúde dos usuários. O debate e prática desse tipo de intervenção foram marcados por ações no campo do direito à saúde e tem se estendido à esfera dos Direitos Humanos e ao exercício da cidadania. A prática de redução de danos centra-se na maneira crítica, na socialização política de usuários de drogas com propósitos de os usuários protagonizarem as ações e promovam o auto-cuidado.

A PORTARIA Nº 1.028, DE 1º DE JULHO DE 2005 do Ministério da Saúde Define a redução de danos como “Danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, desenvolva-se por meio de ações de saúde dirigidas a usuários ou a dependentes que não podem, não conseguem ou não

querem interromper o referido uso, tendo como objetivo reduzir os riscos associados sem, necessariamente, intervir na oferta ou no consumo”.

Queiroz afirma que a redução de danos é um conceito e uma estratégia científica, mas antes de tornar-se enquanto tal ela foi um movimento político e descreve que na Holanda na década de 70 vinha sendo estruturada uma política nacional tolerante às drogas.

As equipes dos Consultórios na Rua possuem as seguintes modalidades, conforme a Portaria 122, art. 3º:

I - Modalidade I: equipe formada, minimamente, por quatro profissionais, escolhidos dentre aqueles estabelecidos no art. 2º desta Portaria, excetuando-se o médico, sendo:

- a) dois profissionais de nível superior; e
- b) dois profissionais de nível médio;

II - Modalidade II: equipe formada, minimamente, por seis profissionais, escolhidos dentre aqueles estabelecidos no art. 2º desta Portaria, excetuando-se o médico, sendo:

- a) três profissionais de nível superior; e
- b) três profissionais de nível médio; e

III - Modalidade III: equipe da Modalidade II acrescida de um profissional médico.

Os profissionais que podem compor as eCnaR podem ser: enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, médico, agente social, técnico ou auxiliar de enfermagem, técnico em saúde bucal (BRASIL, 2012d); além do cirurgião-dentista, profissional/professor de educação física, e profissional com formação em arte e educação (incluídos na Portaria nº 1.029).

Ressalta-se que os municípios têm liberdade para definir aqueles profissionais que consideram possíveis e necessários para atuarem, de acordo com a realidade e as demandas de cada localidade.

A normativa também prevê a não necessidade de mais de dois profissionais de cada categoria em uma mesma equipe, bem como os Agentes Comunitários de Saúde podem ser agregados em todas as modalidades de eCnaR. O parâmetro adotado na portaria pressupõe o atendimento de uma população entre oitenta e mil pessoas em situação de rua, sendo que tal estatística deve ser comprovada por meio dos censos populacionais realizados por órgãos oficiais; assim, para que quaisquer municípios solicitem o credenciamento do CnaR e sejam considerados elegíveis, é necessário que cumpram a exigência da quantidade mínima de PSR no território (BRASIL, 2012d).

Dentre as atribuições comuns a todos os membros das eCnaR, estão os registros através de prontuários clínicos, possibilitando o fornecimento de informações para os sistemas de saúde, para os bancos de dados, bem como para desenvolvimento de pesquisas, sendo considerado um elemento essencial para gestão da saúde (MENDES, 2011)

Conforme a Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2012 que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, o diagnóstico deve “[...] possibilitar à equipe um olhar focado em um tripé: território, grupo social e singularidade do sujeito”, ou seja, todos esses aspectos são necessários para identificar o perfil da PSR de determinada localidade, permitindo assim a criação de estratégias mais adequadas e justas, onde devem ser levadas em conta as características do território, do espaço geográfico, os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicas, sanitários, dentre outras, fornecendo elementos que possibilitem uma visão ampla do contexto na rua.

Nas abordagens realizadas pelas eCnaR o ideal no processo de construção de vínculo é a busca contínua pelo diálogo, pela escuta qualitativa, o que exige tempo e dedicação porque o processo dessa construção nem sempre é possível nos primeiros contatos. Deve-se ter respeito às diversidades e as escolhas de cada um, evitando julgamentos e as opiniões pessoais e visões de mundo particulares.

Ressalta-se que uma mobilização conjunta, por meio da parceria intra e intersetorial com as eCnaR, é de suma importância para a efetivação do direito e acesso a saúde das pessoas em situação de rua. As diferentes políticas devem estar integradas, em busca da efetivação da cidadania e autonomia dos sujeitos. Essa integração é dificultada pela fragilização da rede e a insensibilidade frente às demandas apresentadas pela população de rua.

É fundamental que a articulação seja uma das diretrizes do trabalho da equipe e esta articulação deve ser concretizada intra e intersetorialmente de maneira que as ações estejam atreladas às unidades de saúde, aos CAPS, as Unidades de urgência e emergência, com a rede de assistência social, às organizações da sociedade civil que atendem a população de rua no intuito de garantir a continuidade do cuidado, que depende das outras políticas.

A implementação das equipes de consultório na rua também teve impacto na burocracia do atendimento à saúde como, por exemplo, a documentação para o acesso aos serviços como consultas, exames e o próprio registro no sistema além do desconhecimento da população e dos executores dos serviços oferecidos. A Portaria MS/GM nº 940, §1º, artigo 23, de 28 de abril de 2011, dispensa aos ciganos, nômades e moradores de rua a exigência de apresentar o endereço do domicílio permanente para aquisição do Cartão SUS sendo que qualquer pessoa tem o direito de ser atendido nas unidades de saúde, independentemente de apresentação de documentação, garantindo assim o acesso à população sem que haja qualquer inconveniente ou dificuldade.

Dessa forma, a implementação do CnaR desestimulou o atendimento de saúde segregado, ampliando o acesso às unidades de saúde. Embora se sabe que essa mudança esteja sendo feita de forma gradual haja vista que muitos não são acolhidos nos serviços em decorrência desse problema, há que se considerar um avanço no campo das políticas de saúde e na sua universalização.

41 CONSULTÓRIO NA RUA DE MANAUS/AM: PARTICULARIDADES E POTENCIALIDADES

A equipe de Consultório na Rua de Manaus foi criada no ano de 2015 visando, assim como nos demais Estados e Municípios, ampliar o acesso da PSR da cidade de Manaus aos serviços de saúde, desenvolvendo ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população, realizando suas atividades de forma itinerante através de ações em parceria com as Unidades de Saúde do território e com os serviços e Instituições que atuam voltados ao atendimento específico dessa população.

Em 2017 a equipe foi reconhecida pelo MS através da PORTARIA N° 2.950, de 13 de novembro de 2017 que credencia Município a receber incentivos financeiros referentes as equipes de Consultório na Rua (eCR). Foi classificada como Modalidade II, e conta em sua formação com uma equipe multiprofissional composta por uma enfermeira, uma psicóloga, uma assistente social, dois técnicos de enfermagem e um motorista que também é parte integrante da equipe. A atuação é em equipe e nenhuma ação é centrada em uma profissão específica.

Dentre os desafios continuamente vivenciados pela equipe, destaca-se a complexidade na articulação intersetorial para a garantia de uma atenção integral, a superação de preconceitos e estigmas associados tanto às pessoas que fazem uso de drogas como àquelas em situação de rua, configurando-se inclusive como um fator dificultador do acesso ao cuidado e sua continuidade e a adesão às práticas preventivas e de tratamento (característica dessa população, em grande maioria, com elevados índices de drogadição por álcool e crack, de difícil acesso, com pouquíssimo contato com a rede de saúde e com muitas questões de saúde).

A primeira ação da ECnaR foi um mapeamento dos locais visando identificar as principais situações de saúde e os principais pontos de vulnerabilidade onde a equipe deveria iniciar suas atividades. Ações periódicas sistemáticas se seguiram a sua implantação, mantendo diálogo com as equipes de Unidades Básicas de Saúde e Serviços Especializados. A garantia da continuidade do atendimento integral deve ser construída a partir das parcerias intra e interinstitucionais constituídas ao longo da execução das ações.

Percebe-se através da prática que o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos é algo, cotidianamente, priorizado pela equipe, e ainda posturas como o acolhimento, o sigilo, o respeito às singularidades e escolhas das pessoas atendidas. Nesse sentido, importante destacar que tanto a sociedade quanto as instituições do Estado ainda agem de forma a pressionar a equipe para que a população de rua seja retirada das ruas com a justificativa de preocupação com a estética e a proteção dos sujeitos que estão no entorno.

Dessa forma, são inúmeras demandas recebidas através de denúncias de populares e comunitários para atendimento de pessoas que estão em situação de rua em vários pontos

da cidade. Essas demandas não resolvem o problema da situação de rua, pois as equipes não estão atuando no sentido de “limpar” a cidade da população que ocupa seus espaços mas garantir acesso às políticas de saúde e às demais políticas públicas, sobretudo porque inexistente uma política de habitação ou de abrigamento para essas populações, ao contrário, essa realidade é justamente gerada pela ausência de acesso à moradia digna à todos, emprego, renda, alimentação dentre outros.

A abordagem inicial ao indivíduo na rua é sempre muito cautelosa, a fim de construir um vínculo sem deixar impressões equivocadas do trabalho em saúde. A equipe não coleta questões cadastrais logo no primeiro encontro, sem caracterizar formalidade e investigação, a não ser que parta de iniciativa do próprio usuário. É imprescindível destacar que a proposta de atendimento difere de outras ações na rua de cunho caritativo ou socioassistencial. Preferencialmente busca-se a identidade desses usuários autodeclarada (nome social ou apelido) respeitando a forma com que se identificam e preferências pessoais. Essa é uma forma comum à equipe para estabelecer uma relação de confiança.

A continuidade das abordagens e encontros seguintes precisa manter um tom informal e uma linguagem aproximada, procurando sempre estimular e demonstrar respeito e aceitação do outro sem imposições, de forma acolhedora.

O Acolhimento, um dos dispositivos de trabalho do CnaR é um conceito internalizado e significa mais do que receber o usuário de forma acolhedora mas parte do entendimento de que acolher é compreender a sua demanda para além da queixa apresentada, é perceber esse cidadão no seu contexto social e cultural e que nem sempre os cuidados e serviços apresentados são de interesse dele. Na abordagem inicial do usuário, a equipe prioriza uma observação e escuta qualificada, que necessariamente passam pela valorização e respeito aos diversos saberes e modos de viver dos indivíduos, possibilitando a construção de vínculos de confiança junto a essa população, que se reproduz em processos relacionais no cuidado integral à saúde.

Quando se trata de população em situação de rua (PSR), a abordagem e o acolhimento são de fundamental importância para a produção do cuidado, tendo em vista que esse grupo social é historicamente marcado por um processo de exclusão dos serviços de saúde, onde a sua presença se traduz em forte incômodo tanto para os profissionais de saúde quanto para os demais usuários, ficando quase sempre renegado o seu direito à atenção integral à saúde e, quando muito, apenas é atendido nas emergências. A equipe do Consultório na Rua deve organizar seu processo de trabalho prevendo momentos de reuniões de equipe da ECR e interequipes (NASF, CAPS etc.), realizar planejamentos, discussão de casos, elaboração e acompanhamento de projetos terapêuticos singulares, fundamentais para a atenção integral à saúde, a resolutividade das ações e a gestão do cuidado. (Manual do cuidado, 2012:39).

É a partir dessa visão interdisciplinar e ampla do conceito de saúde que a equipe pauta seu processo de trabalho, sempre procurando defender o direito das populações

de rua e dar acesso aos serviços disponíveis, sempre primando pelo bem estar e respeito aos desejos e vontade do usuário. É muito comum a equipe ser acionada para retirar a população da rua e para leva-los à sua revelia ao equipamento de saúde, entretanto, esse não é papel do CnaR que deve realizar o trabalho de forma itinerante e in loco.

A discussão de cada caso é uma rotina já que geralmente um caso se conecta a outros, em decorrência da são redes de relações e de características comuns à população de rua. Nesse contexto é feito um plano individualizado de cuidado, que Segundo Bocarddo et al. (2011) é o “projeto terapêutico singular” que deve ser construído, projetando-o como “uma estratégia de cuidado organizada por meio de ações articuladas, desenvolvidas por uma equipe multi[profissional] e definidas a partir da singularidade dos indivíduos [sob cuidado/tratamento]” sempre com o protagonismo dos próprios sujeitos envolvidos.

Observa-se através desse compartilhar diário de visões multiprofissionais técnicas e sociais que é essencial motivar a população de rua de Manaus à mudança na própria forma de ver os serviços de saúde e a importância do real empoderamento das políticas diferenciadas.

O trabalho desenvolvido equipe aponta um diferencial com relação à equidade e integralidade em saúde, que são princípios norteadores desses serviços, muitas vezes esquecidos na atenção básica por não incorporar um cuidado diferenciado para as populações vulneráveis, e pela velha integralidade ainda estar longe do ideal. Muitos serviços ainda trabalham na lógica dos encaminhamentos, com referência e contra referência, de um itinerário sem início e sem fim numa rede de saúde que não dialoga e não está interconectada. Ressalta-se que a responsabilidade pela atenção à saúde da população em situação de rua como de qualquer outro cidadão é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde, mesmo que ele não seja componente de uma equipe de Consultório na Rua (eCnaR).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social e a pobreza são problemáticas atuais da sociedade contemporânea, decorrente das grandes transformações ocorridas na sociedade brasileira, mais problemático ainda é garantir os direitos à cidadania que incluem uma vida digna e acesso as riquezas produzidas socialmente.

A partir da análise dos dados foi possível compreender as inúmeras estratégias e dificuldades na quais as pessoas em situação de rua têm que enfrentar no seu dia a dia para sobreviver, são pessoas que se encontram expostas a condições de vida precárias sem acesso aos direitos básicos, à dignidade a pessoas humana. Promover a saúde da população de rua é uma tarefa complexa pois o caminho entre o direito a ter direitos e a burocracia do sistema, leva a distorções que fazem toda a diferença em nível micro que é a ampliação do acesso e usufruto dos direitos conquistados.

Constatou-se que pouco se fala a respeito na arena política e, embora o fato de o Estado vir gradativamente reconhecendo a importância desse problema com a publicação de leis e políticas de atenção a este público, ainda há uma distância significativa para garantir direitos de cidadania a estas pessoas. Estamos na contra mão, do lado avesso, buscando insistentemente a curva necessária.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, S. C., ABREU, D. P., e FARIAS, A. A. (2015). **Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença.** Revista Colombiana de Psicologia, 24(1), 129-143. doi:10.15446/rcp.v24n1.40659.

ARENDT, Hannah. As origens do Totalitarismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

DA MATTA, Roberto. (1981), Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Zahar.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O direito na pós-modernidade. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html> Acesso em: 28 set. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Org.). **As múltiplas formas de exclusão social.** Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004, 247p.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.** Revista Virtual Textos & Contextos, n. 4, dez. 2005.

A CASA & A RUA ESPAÇO, CIDADANIA, MULHER E MORTE NO BRASIL. 5ª edição, Rio de Janeiro – 1997.

SCOREL, S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999

FRANGELA, Simone. **Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** 1ª edição. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

Guarshi Et al. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 20-30, abr. 2007.

LARANJEIRA, R; MADRUGAS, C; PINSKI, I; CAETANO, R; MITSUHIRO, S e CASTELLO, G. II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) – 2012. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de álcool e outras drogas (INPAD), UNIFESP, São Paulo: 2014.

MARRA, R, B. e MARRA, C, S. O direito a ter direitos: entre Kant e Arendt. Revista do Curso de Direito da UNIABEU, V. 12, N. 1, Janeiro – Junho 2019.

QUEIROZ, M.I. (1988) Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON (org.) Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice.

QUINTAO, P. R. **O sujeito (oculto) e a cidade**: a arte de Wodiczko. São Paulo, v. 31, n. 46, jun.2008, vol.31, Disponível em: <http://pepsic.bvpspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-1062008000100020&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-3106.

RODRIGUES, L, R e CALLERO, J, R. O direito fundamental à saúde para a população em situação de rua de Salvador. Revista Juris Poiesis ano 18, nº 18, jan-dez.2015.

Sen, Amartya Desenvolvimento como liberdade — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

SILVA, F, P; FRAZÃO, I, S.; LINHARES, F. M. P. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, 2014

VARANDA, W. e ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=es&nrm=iso.

CAPÍTULO 6

ESTUDO HISTÓRICO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS MORADORES

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Elza Francisca Corrêa Cunha

Universidade Federal de Sergipe,
Departamento de Psicologia
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/7775634890610207>

Neilson Santos Meneses

Universidade Federal de Sergipe,
Departamento de Geografia
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/8945553911440422>

Carmelita Rikelly Santos de Souza

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/7323070398476463>

Isabela dos Santos

Psicóloga, graduada pela Universidade Federal
de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe

RESUMO: Este estudo descreveu parte da história de uma comunidade de baixa renda, privilegiando os contextos socioestrutural e histórico. Para tal, foram entrevistados nove moradores a partir de um roteiro semiestruturado. As respostas surgidas foram interpretadas pela Análise do Discurso. Emergiram quatro categorias: “Precarização estrutural”, nesta, os participantes apontaram que das antigas palafitas surgiram pequenas casas de baixa

qualidade estrutural e as ruas mostram esgoto a céu aberto. Na segunda categoria Demandas sociais foi assinalado a ausência de projetos voltados especialmente para as crianças e os jovens. Na categoria Lideranças comunitárias foi denunciada a desilusão com os líderes locais e a carência de uma direção política confiável. Na categoria Codinome da comunidade, foi relacionado o apelido da comunidade com a violência e com o tráfico retratados no filme *Cidade de Deus*. Acredita-se que a memória estruturada coletivamente possibilite que se firme laços capazes de perdurar por gerações e esse conhecimento histórico do percurso da comunidade pode favorecer a mobilização política dos moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Levantamento sociohistórico, comunidade de baixa renda, psicologia comunitária.

HISTORICAL STUDY OF A POPULAR HOUSING SET FROM THE MEMORIES OF RESIDENTS

ABSTRACT: The aim of this study was to describe the history of a low-income community, focusing on socio-structural and historical contexts. Nine residents were interviewed based on a semi-structured script. The answers that emerged were interpreted by Discourse Analysis. Four categories emerged: Structural precariousness (from the old stilts, small houses of low structural quality and streets with low infrastructure emerged); Social demands (lack of projects aimed especially at children and young people); Community leadership (disillusionment with leaders and collective lack of reliable leadership);

Codename of the community (nickname related to the violence and trafficking portrayed in the film *City of God*). It is believed that the construction of the collective and historical memory of the community's journey may favor the political mobilization of residents.

KEYWORDS: Socio-historical survey, low-income community, community psychology.

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo refere-se a um projeto de extensão universitária desenvolvido junto aos moradores/as de uma comunidade de baixa renda em Aracaju/SE. O projeto foi coordenado pela líder do grupo de pesquisa *Desenvolvimento, Saúde e Políticas Coletivas, do departamento de Psicologia*, da Universidade Federal de Sergipe. Em sua primeira versão parte do conteúdo deste capítulo foi apresentado no X Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade em 2016.

O contexto e conhecimento da comunidade expõe um conjunto de significações compartilhadas pelos moradores, que refletem determinantes históricos e culturais tendo repercussões sobre as atividades desenvolvidas nesse ambiente, além de motivar os moradores a se tornarem agentes ativos, capazes de definir, questionar e buscar soluções para a própria realidade (PINHEIRO; BARROS; COLAÇO, 2012). Acredita-se que de posse do conhecimento histórico e da realidade da comunidade, abre-se a possibilidade de aperfeiçoamento da autorreflexão, podendo levar ao desenvolvimento de uma consciência crítica (MIRANDA, 2012), que influencia transformações no lugar onde os moradores vivem.

Os trabalhos de Psicologia Comunitária privilegiam os grupos e buscam colaborar para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos (FREITAS, 1996). Esses estudos são realizados a partir de entrevistas com indivíduos que acompanharam as principais mudanças ocorridas no meio físico e social da sua comunidade, o que possibilita relacionar as falas individuais com a memória coletiva local, a qual é rica em sentido e no fluxo de relações interpessoais, que são estabelecidas ao longo do tempo através da convivência entre os moradores (COSTA, 2014; PINHEIRO et. al., 2012; GONÇALVES; PORTUGAL, 2012).

Nesse contexto, os especialistas da Psicologia Social Comunitária afirmam a importância de todos os envolvidos na área, especialmente os participantes dos projetos conhecerem a comunidade nos aspectos históricos, as dificuldades e potencialidades locais, a partir do olhar dos próprios moradores, a fim de que esses últimos, de posse dessas informações, possam tornar-se protagonistas da construção social e cultural de sua comunidade.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A comunidade como categoria sociológica, começou a se destacar como campo de estudo da sociedade, através de observações em diversos campos científicos. No início do século XX, surgiram na Sociologia muitos estudos sobre a comunidade dentro de dois sentidos, de um lado configurando-a como espaço empírico de pesquisa em contraposição às situações laborais dos experimentos e de outro lado destacaram-se os estudos microssociais em contraposição às análises estruturais (SAWAIA, 1996). Segundo a referida autora, a comunidade entrou na Psicologia no seio de um corpo teórico orientado pelo condutivismo e pelo método experimental, com o objetivo de integrar indivíduos e grupos a partir de transformações de atitudes, inspirado nos estudos psicossociais sobre grupo. Inicialmente, o referido conceito foi introduzido na área clínica, com o intuito de humanizar o atendimento aos doentes mentais. O trabalho nas comunidades tinha o objetivo de desenvolver potencialidades individuais, grupais e coletivas, para integrar a população aos programas oficiais de modernização e para prevenir doenças, ou seja, a intenção era educativa e preventiva (SAWAIA, 1996).

Ser membro de uma comunidade, para Hobsbawm (1997), é situar-se em relação ao passado individual (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. Assim, cabe aos estudiosos, “analisar a natureza, desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”, tendo em vista que o passado é o padrão para o presente, teoricamente cada geração copia e reproduz os costumes dos grupos que fazem parte (HOBSBAWM, 1997, p.17). A memória social, como representação coletiva, é fruto das imagens produzidas acerca do passado e das maneiras pelas quais essas imagens são transmitidas e recebidas. É por meio do exercício da memória que um grupo qualquer pode refletir sobre sua trajetória, sobre suas transformações, alargando no tempo e no espaço a sua compreensão sobre si mesmo. De acordo com Chagas (2019) a memória não é alguma coisa que esteja no passado. Ainda que possa se referir a um determinado passado. A memória tem presença no presente, portanto é no aqui e no agora que a memória se coloca. É uma potência do presente, portanto, a memória não é alguma coisa do passado se não estando no presente produz conexão com o que já passou, também podemos perceber na memória desejos de projeção para o futuro, tem desejo de permanência, de se colocar adiante.

A Psicologia Comunitária remonta a uma época, na qual ocorria uma crise da psicologia social e na psiquiatria social e preventiva. Nesse momento, existia uma desproporção entre a abordagem experimentalista norte-americana e a realidade existente em comunidades mais pobres, necessitando de metodologia que correspondesse aos problemas encontrados em países subdesenvolvidos. Desse modo, fez-se necessária uma

mudança de direção da psicologia social, que se comprometeu em verificar a realidade e assim desenvolveu uma nova metodologia de trabalho (ARENDDT, 1997).

De acordo com Lane (1996) o termo “psicologia comunitária” surgiu nos Estados Unidos, referindo-se a profissionais que trabalhavam com populações desfavorecidas, porém, os trabalhos possuíam um caráter assistencialista, sem análise crítica, gerando poucos resultados. Dessa maneira, a base para consolidação e fundamentação da psicologia social comunitária surgiu num cenário de desilitização da psicologia, em que ocorria preocupação com as questões sociais e com as formas de desigualdade que consequentemente dava margem ao autoritarismo (CARDOSO, 2012).

Bomfim (1994) destaca que na década de 1980, no Brasil, ocorreram grandes discussões a cerca da prática e metodologia usada pela psicologia. Nessa época surgiu uma união entre os trabalhos desenvolvidos nas situações sociais mais gritantes (favelas, meninos de rua, os sem-terras, a questão da mulher e do idoso) e os movimentos sociais com as práticas psicossociais em grupo, organizações, instituições e comunidades.

Os psicólogos comunitários passaram a construir uma nova visão do psicólogo, tendo como objetivo principal “a compreensão, a conceptualização e a intervenção rigorosa nos processos, através dos quais, as comunidades pudessem melhorar o estado psicológico geral dos indivíduos que nela vivem” (ORNELAS, 1997, p. 377).

Lane (1996) aponta que cabe ao psicólogo comunitário, por meio de ações organizadas e pautadas pela cooperação, possibilitar aos grupos a refletir sobre sua condição histórica, bem como auxiliá-los a exercer o autocontrole das situações da vida comunitária. Com isso, a técnica de grupo permite um conhecimento mais aprofundado das relações dos sujeitos com o meio sociocultural e das influências desse meio na subjetividade dos mesmos. Freitas (1996) afirma que a psicologia comunitária, apoiando-se nas formulações teóricas da psicologia social, prioriza a atuação junto a grupos. Logo, para viabilizar o advento de consciências críticas e de identidades que se guiem por concepções éticas solidárias se tem a necessidade dos moradores das comunidades se apropriarem da história e das possibilidades de transformação do lugar onde vivem. A respeito do trabalho comunitário, Pinheiro et. al. (2012, p. 195), afirmam:

A atuação junto aos grupos comunitários revela significações que são construídas e compartilhadas entre os moradores, trazendo consigo referências ao entorno, às histórias de vida, às condições socioeconômicas locais, à sociabilidade e ao convívio, às possibilidades de luta e transformação da realidade, às dificuldades enfrentadas cotidianamente, dentre outros aspectos.

3 | MÉTODO

A comunidade objeto do projeto faz parte de um dos diversos conjuntos habitacionais existentes em Aracaju/SE. O bairro onde se situa a comunidade constitui uma área onde as ações antropogênicas têm sido a principal causa de degradação e desaparecimento gradual de seus manguezais. A intensificação da urbanização nessa região deu-se a partir de 1976, quando foi concedido o direito de posse e uso da área, pela marinha, à comunidade mencionada, junto ao governo federal (ANDRADE et al, 2005).

A amostra foi composta por nove moradores, residentes da mencionada comunidade. Os critérios de participação da entrevista foram: ser adulto e representante de uma das famílias moradoras do local, além de residir na comunidade há mais de oito anos.

Como instrumento foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado cujo objetivo foi levantar informações sobre a história socioestrutural da comunidade. Abordou-se o ambiente, a vizinhança, principais problemas desde o início da comunidade (habitações de palafitas 1970), os desdobramentos do processo de urbanização, possíveis lideranças e apelido da comunidade.

Os moradores foram contatados nas suas residências, tendo sido explicado o objetivo da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi devidamente assinado pelos participantes. Foram realizadas nove entrevistas, entre janeiro a junho de 2015.

A análise dos dados coletados foi qualitativa. As entrevistas foram gravadas via aparelho celular e transcritas na íntegra. As informações foram interpretadas pela análise do Discurso de Rocha-Coutinho (1994). As informações foram categorizadas por temas, descritas, exemplificadas com as falas surgidas e analisadas em face dos dados da literatura.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das informações trazidas pelas entrevistas, relacionadas ao levantamento da história e das condições socioestruturais da comunidade, emergiram quatro categorias de análise: *precarização estrutural*, *demandas sociais*, *lideranças comunitárias* e *origem do apelido da comunidade Cidade de Deus*, analisadas a seguir:

Na categoria *Precarização Estrutural* – os discursos remontaram ao período em que os participantes habitavam sobre as palafitas, no manguezal, que foi substituído pelo conjunto habitacional, construído pelo Estado, onde atualmente residem. Foram lembradas a baixa infraestrutura das casas de alvenaria e das ruas, as mudanças ocorridas nos processos de urbanização e saneamento do referido conjunto habitacional. O contexto esboçado nas falas foi demarcado pela escassez dos serviços públicos necessários a população, contexto este, que por sinal se mantém até a atualidade:

Era uma casinha, mas só que era em cima dos paus, num era no chão. Vendo a hora que a maré enche e que a maré seca, passando as fezes por debaixo do seu barraco. Numa era igual uma casa, num tinha saneamento básico, [não] tinha energia, água. A gente tinha que ir por baixo da ponte pra pegar numa torneirinha. Quando chovia forte molhava, porque a água passava pelas brechas das telhas. Era tudo gambiarra, aquela bagaceira (P4).

Aff, era horrível! Era tudo feio, água, lama, água não, né? essa maré aqui. Maré podre, barraco de um lado, barraco de outro, tudo horrível. Antes era mais pior por causa da higienização, por causa da favela, né? Porque criava cavalo e era aquela moscaria, e tinha animais jogado doente, e vaso no rio, tudo sujo! Hoje melhorou por causa de ser calçadas, ruas. As casas num é barraco mais, já é de broco (P5).

A gente vivia na humildade, lama, era lixo, maré enchia, maré secava. Na mudança, casas com quatro, cinco filhos, ganhou casa com um filho só [um quarto]. Casas de condições, era pra ter dois quartos, três. Ele fez um quarto só. Quem tinha terreno grande, ficou com pequeno. O meu mesmo era grande, fiquei com esse pequeno. As condições das casas, o governo não botou umas portas que prestem, não fez um contra piso que preste, as pias mais vagabundas do mundo! (P2).

No Brasil os Estados têm sido protagonista no processo de construção de conjuntos habitacionais destinados às populações de baixa renda com o investimento em políticas econômicas. Campos (2006) afirma que essa é uma política desigual do capital, que se utiliza do “lema do Estado de Bem Estar” para impulsionar a renda dos setores imobiliários. Isso pode ser visto, no recente processo de urbanização brasileira, muito presente no bairro e na comunidade onde foi realizado este estudo, com visível contraste entre diferentes padrões habitacionais. Segundo os discursos dos moradores, na época das palafitas, as condições de vida eram precárias, porém a necessidade de moradia os forçou a ocuparem a despeito da insalubridade do lugar. Alguns autores veem relação entre as variáveis ocupação e condições precárias de infraestrutura, refletindo a exclusão social das famílias que são obrigadas a habitar esses ambientes. Moraes, Guia e Paula (2006), acentuam o direito social da moradia afirmado na Constituição Federativa do Brasil, que além sinaliza a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas esferas governamentais federais, estaduais e municipais.

O processo de urbanização da referida comunidade ocorreu através de um programa habitacional do governo, que de fato, trouxe melhorias, como a inclusão do saneamento básico e dos serviços de água encanada e energia. No entanto, apesar das melhorias, os participantes denunciaram diversos aspectos negativos, a exemplo da má qualidade na construção das casas, o número de cômodos, que além de não atender as demandas familiares, têm dimensões muito reduzidas e sem circulação do ar. O saneamento básico sempre foi muito precário e a rede de esgotos estoura constantemente e os detritos ficam a céu aberto.

Diante do quadro exposto pelos participantes, ressalta-se a necessidade de estudos e projetos que busquem refletir as ações e omissões do poder público no que diz respeito às comunidades, como as ações e serviços públicos dialogam com as realidades locais, quais as limitações e demandas que continuaram invisibilizadas e ainda quais direitos sociais são violados.

Em relação às *Demandas Sociais* da Comunidade, as falas assinalaram os aspectos de urgência social, desde a época da palafita até a atualidade. Foram destacadas: a segurança, a saúde, a implementação de programas educativos e cursos profissionalizantes, especialmente para jovens e crianças, bem como a presença do conselho tutelar. Segue abaixo algumas falas:

A gente não tem segurança, não tem saúde aqui. Porque você vai ali pra o posto, se você for doente é capaz de morrer. Também se tiver um Conselho Tutelar passando ai, rodando devagarzinho, eles vão ver muita coisa errada aqui. É criança correndo pelo meio da rua, os carros passam avexados (P2).

Aqui dentro da comunidade, mais policiais. Se ficasse os policiais toda hora de olho não tinha essa situação não. Acho que o principal aqui era mais policiamento (P4).

No lugar desse museu [do Mangue]. Eu prefiria um negoço de esportes para as crianças no final de semana pra tirar da rua. Ter quadra, de jogar bola, um negoço de curso de dançar pra estimular o corpo, essas coisas, exercício (P5).

Precisa de uma reformazinha nessa praça, uma bomba [de água] (P8).

Eu acho que mais segurança. Cursos também. Era bom se tivesse um programa pra usar esses jovens pra alguma coisa que eles se interessasse, dança...Tem em muitas favelas, que tira muitos jovens [da rua], uns oito por cento, já era alguma coisa. Aqui não tem (P3).

As falas apontam que o bairro, onde se situa a mencionada comunidade, não atende as demandas sociais das famílias. Maricato (2015, p. 22-23) afirma que o mundo está se urbanizando crescentemente e nas cidades, a moradia, a energia, ou seja, as demandas sociais não têm solução individual. Os investimentos no crescimento urbano, no Brasil, buscam moldar o ambiente urbano de acordo com interesses que reproduzem a obtenção de lucros “a cidade é mercadoria”. Como no mundo globalizado, a comparação entre as populações do bairro em questão expressam desigualdades e idiosincrasias “nos processos de trabalho, na estética, nos produtos, nos hábitos, nos valores, na cultura, na subjetividade individual e social, na ocupação do território, na produção do ambiente construído e na relação com a natureza” (MARICATO, 2015 p. 69).

Peres, Bodstein, Ramos e Marcondes (2005) observaram junto aos moradores da comunidade e lideranças da comunidade de Manguinhos (RJ), uma forte demanda relacionada às atividades de esporte, cultura e lazer, apesar das dificuldades e das carências de saneamento e a infraestrutura. Segundo os autores, a importância das iniciativas sociais está relacionada à aquisição de valores morais capazes de modificar a percepção-de crianças e jovens sobre a “vida”, afastando-os da violência e do crime, corroborando parte do que os participantes do nosso estudo apontaram.

Ao se referirem às *lideranças comunitárias* locais e que estiveram ou ainda estão (ou não) à frente dos principais problemas enfrentados pela comunidade, os participantes enunciaram:

Dizem que tinha [lideranças], mas a gente nunca viu a cara. Nunca foi feito reunião. Quem quiser, que se virasse. Hoje, tem reunião quando é pra fazer uma festa, que eles estão precisando da população, quando é um negócio de pesca, assim. Mas sobre as casas aqui, nunca cheguei ver isso. Dizer que eu já vi, eu estou mentindo (P2)

Não sei, estou por fora. Tem gente que luta pela comunidade, luta e a gente vê projetos. Aqui eu não vejo projeto nenhum ir pra frente. Vem a verba, mas depois acaba, se tivesse um projeto de jovens, com dança, artesanato (P3).

Se tem eu tô por fora. Nunca fui não pra reunião de morador. Nunca me disseram nada. Se aqui tivesse um líder dos moradores, de associação dos moradores, eu acredito que o próprio líder já tinha se juntado com os moradores pra tentar resolver as questões dos esgotos. Ninguém nunca se mobilizou pra nada (P4).

Os participantes, no geral, denunciaram a ausência de lideranças e a necessidade de pessoas que assumam os projetos em prol da comunidade. Segundo Lourenço e Trevizan (2001), o líder pode ser considerado aquele que tem a capacidade de influenciar o grupo, exercendo persuasão sobre uma coletividade. Para estes autores a liderança é entendida como um processo grupal com a finalidade de alcançar uma meta.

Para Nepomuceno, Brito e Góis (2009), a participação comunitária dos líderes locais aparece repleta de sentidos que leva a pensar em experiências pessoais vividas em um contexto histórico-cultural, onde as atividades socialmente significativas aparecem envoltas por lutas para concretizar sonhos de uma comunidade melhor, por sentimentos de viver o que é comum e pela construção de projetos de vida numa perspectiva solidária. O que contradiz uma perspectiva mais individualista, em que é pensado na resolução apenas dos próprios problemas, como foi destacado por uma das moradoras, que a liderança utilizou os recursos da associação para seu próprio benefício, desconsiderando os problemas da população do local “Uma aí, enfiou o dinheiro no bolso e a gente ficou à mingua”.

Segundo Góis (2005), citado por Nepomuceno et. al. (2009), a participação social implica que a pessoa influenciada pelas condições sociais, que lhe afetam material e

ou existencialmente, decide participar de atividades coletivas onde vive. Logo, destaca-se a importância da potencialização da participação, que se dá quando é constituída por elementos ligados aos motivos comunitários e pessoais, a uma ação cooperativa e uma transformação solidária da realidade (NEPOMUCENO et. al., 2009 apud GÓIS, 2005).

Para Peres et. al., (2005) os representantes e líderes locais devem atuar como agentes de transformação, indicando possíveis caminhos e alternativas, procurando transformar não só trajetórias individuais, mas projetos que beneficiem as comunidades de maneira geral, reforçando o chamado capital social e as organizações sociais presentes.

Por fim, a categoria *Apelido da Comunidade Cidade de Deus* diz respeito aos significados atribuídos, às principais ideias ou influências que originaram o nome pelo qual a comunidade é conhecida:

Porque aqui é que tem mais traficante, tem em todo lugar, mas aqui é que tem mais, nessa parte aqui (P9).

As pessoas não gostam daqui porque chama *Cidade de Deus*, porque não é boa. Eu digo então, se não é boa, porque colocar deus no meio, quem já viu isso né? Sempre vejo o povo falando (P1).

Muita malandragem, é por isso que tem esses nome (P3).

Era que aqui era tanta da palafita, como a *Cidade de Deus*, que nem a polícia entrava. Os traficantes cercavam e a polícia não entrava. Só que as casas fizeram tudo do mesmo jeitinho. Parece que foi Deus mesmo. Ai só que continuou Cidade de Deus (P4).

Esse nome foi a polícia que botou, foi quando gerou esse conjuntinho aqui. Num tem aquele filme? Ficou o mesmo formato, aí pra localizar. Veio os moradores da favela pra cá e ainda continuou o tráfico, aí a polícia botou *Cidade de Deus*. Aí a polícia veio matando, outros foram presos, foi matando até que acabou (P5).

Maia (2007) destaca que contar a história dos habitantes de uma comunidade é também revelar como surgiu o lugar, bem como traçar a evolução da violência e do tráfico de drogas nesse ambiente. Dessa forma, a narração da memória pode permitir a partilha de lembranças, mesmo as individuais, mas que são representativas de uma experiência coletiva, colaborando para a transmissão de uma tradição, podendo produzir também sentidos que reforçam preconceitos arraigados no imaginário da sociedade.

Moscovici (2003) afirma que os grupos sociais, desenvolvem um conhecimento baseado no senso comum, chamado de universo consensual, onde a construção partilhada e coletiva de representações está vinculada às interações dos indivíduos nas conversas face a face e por outros meios de divulgação. Nas representações atribuídas ao apelido da comunidade, destacam-se o preconceito derivado do tráfico de drogas e à violência,

aspectos atribuídos às comunidades faveladas, independente do conhecimento de quem são as pessoas que constituem o universo local.

A maioria dos entrevistados atribuiu a origem do apelido da comunidade ao olhar do outro, como da polícia e moradores de outros bairros. Além disso, referiram-se ao filme *Cidade de Deus*, que através de diferentes olhares, assemelha-se a realidade da comunidade. Franqueira (2012), observando as representações sociais do filme *Cidade de Deus*, a partir da visão de dois grupos, um grupo composto por moradores de bairros de classe média e alta e outro composto por moradores de bairros periféricos, foi destacada uma associação entre a pobreza, a violência e o tráfico de drogas diretamente com a comunidade em questão. Os resultados apontaram que esses aspectos participam do núcleo central da representação de Cidade de Deus para os dois grupos analisados. De acordo com Paiva (2011) a visão hegemônica de mundo, no mencionado filme, é representada pela redução da diversidade cultural da comunidade ao grupo de criminosos e bandidos que por razões de segurança do restante da sociedade, deve ser afastada da convivência com os outros, mantendo o mundo comunitário a parte. Essas características de violência estão marcadas nas falas dos moradores sobre a fama da comunidade:

Por causa justamente dos problemas. O povinho da cracolândia, que nem dizem lá fora. Aqui era muito roubo, muita droga, muita morte aqui... A maioria foi embora, a maioria saiu desse meio, mas muitos continuam. A fama fica, você sabe. Fama é fama. Teve uma vez mesmo, que amanheceu três mortos em uma porta aqui (P2).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os relatos dos moradores, este estudo buscou construir um levantamento da história socioestrutural de uma comunidade de baixa renda localizada em um bairro de classe média de uma capital nordestina. Além disso, possibilitou conhecer parte da realidade vivida pelos moradores e compreender algumas transformações que ocorreram nesse ambiente ao longo dos anos.

Os depoimentos apontaram quatro categorias: a *precarização estrutural* destacou a escassez de serviços oferecidos aos residentes da comunidade e a *precarização*, que mesmo com os melhoramentos realizados, ainda continua sendo uma realidade local. Neste sentido, os participantes afirmaram que no processo de urbanização, no saneamento básico, foi utilizado material de baixa qualidade, com pouca duração, assim como o tamanho reduzido de cômodos que superlotam as casas.

Na categoria *demandas sociais*, ficou claro a carência na comunidade de programas para crianças e jovens como os educativos, cursos profissionalizantes, serviços de segurança, saúde e lazer.

No que se refere às *lideranças comunitárias* foi denunciado a ausência desses agentes sociais e o apoio às lutas que eles poderiam prestar em favor do coletivo. Foi

sinalizada a necessidade do surgimento de líderes atuantes, que assumam a luta em prol da população do local.

Quanto ao *apelido da comunidade Cidade de Deus*, dentre as representações atribuídas, encontrou-se a relação com o tráfico de drogas e à violência. O apelido foi iniciado por alguns policiais ao identificarem a comunidade e a cristalização foi devido ao preconceito dos demais moradores do bairro.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Ronald J. J. Psicologia comunitária: teoria e metodologia. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 10, n. 1, Porto Alegre, 1997.

ALMEIDA, F. C. de. **Manguezais aracaJuanos: convivendo com a devastação**. Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, Recife, 2010.

BOMFIM, Elisabeth. M. Psicologia social, psicologia do esporte e psicologia jurídica. In: Conselho Federal de Psicologia. In: **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 203, 204, 215, 219; 1994.

CAMPOS, Antonio Carlos. **A construção da cidade segregada: o papel do Estado na urbanização de Aracaju**. In: ARAÚJO, Hélio Mário de et al. (org). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. Departamento de Geografia da UFS, São Cristóvão, 2006.

CARDOSO, Géssica S. A práxis do Psicólogo Comunitário: Desafios e Possibilidades. **PSICOLOGADO**, publicado em 14 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-comunitaria/a-praxis-do-psicologo-comunitario-desafios-e-possibilidades>.

COSTA, Marcelo H. História dos Antigos: Memórias de moradores do Terreirão. **Polêmica**, v. 13, n. 4, out/dez, 2014.

MACHADO, Ewerton Vieira. **Aracaju: paisagens & fetiches, abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente**. Acesso em: 26 out. 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111314> > .

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

MELO, Sabrina S.; VIEIRA, Micaelle O.; BARROS, Débora M. M. Educação em direitos humanos e promoção da saúde na comunidade. **Revista Ciência em Extensão**, v. 9, n. 3, p. 105-114, 2013.

FRANQUEIRA, Bruno D. Cidade de Deus e as Representações Sociais de lugar violento. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**.– Ouro Preto – MG, 2012.

FREITAS, Maria F. Q. Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v. 8, n. 1, jan/jun, 63-82, 1996.

GONÇALVES, Mariana A.; PORTUGAL, F. T. Alguns apontamentos sobre a trajetória da psicologia social comunitária no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**, 32 (num. esp.), p. 138-153, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1998. Acesso em: 26 out. 2020. Disponível em: < <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/114/109/>. >.

LANE, Sílvia T. M. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 27 p, 1996.

LOURENÇO, Maria R.; TREVIZAN, Maria A. Líderes da enfermagem brasileira – sua visão sobre a temática da liderança e sua percepção a respeito da relação liderança & enfermagem. **Revista Latino-am Enfermagem**, v. 9, n. 3, p. 14-9, maio, 2001.

MAIA, Aline S. C. Cidade de Deus em foco – Análise de representações de jovens da periferia. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-Compós, v. 10, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/206/207>.

MIRANDA, Alex B. S. Uma Reflexão Sobre a Psicologia Social Comunitária. **PSICOLOGADO**, publicado em: 22 de Dezembro de 2012. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-comunitaria/uma-reflexao-sobre-a-psicologia-social-comunitaria>.

MORAIS, Maria P.; GUIA, George A.; PAULA, Rubem. Monitorando o direito à moradia no Brasil (1992-2004). **Boletim de Políticas Sociais**, Brasília, DF, n. 12, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

MOSCOVICI, S. (1982). The coming era of social representations. IN: CODOL, J. & LEYENS, J (orgs.). Cognitive approaches of social behavior. Haia: M. Nijhoff.

NEPOMUCENO, Léo B.; BRITO, Alex V.; GÓIS, Cezar W. L. Dialogando com lideranças comunitárias sobre participação: um estudo sócio-psicológico. **SANARE**, Sobral, v. 8, n. 1, p. 74-85, 2009.

ORNELAS, José. Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise Psicológica**, v. 3, n. XV, p. 375-388, 1997.

PAIS, Jose Machado. **Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana**. Análise social, vol. XXII, n. 90, p. 7-57, 1986. Acesso em: 26 out. 2020. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223483009Y6mRF5kx1Ge77VO8.pdf>. >

PAIVA, Lara L. O. **O eu e o outro na representação fílmica da favela: uma análise de 5X Favela: Agora por Nós Mesmos e Cidade de Deus**. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-niversidade Federal de Goiás, 2011, 149 f.

PERES, Fabio F.; BODSTEIN, Regina; RAMOS, Célia L.; MARCONDES, Willer B. Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 757-769, 2005.

PINHEIRO, Francisco P. H. A.; BARROS, João P. P.; COLAÇO, Veriana F. R. Psicologia Comunitária e Técnicas para o Trabalho com Grupos: Contribuições a Partir da Teoria Histórico-Cultural. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 2, p. 193-199, abr.:jun., 2012.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAWAÍÁ, Bader B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina H. F. (org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**, 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VILAR, José Welligton Carvalho. **Problemas socioambientais da periferia de Aracaju**. In: ARAÚJO, Hélio Mário de et al. (org). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. Departamento de Geografia da UFS, São Cristóvão, 2006.

TORTURA NA INFÂNCIA: ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO

Data de aceite: 01/02/2021

Franciéle Marabotti Costa Leite

Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) e Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF).

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Saúde Coletiva (UFES). Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

Letícia Peisino Buleriano

Enfermagem (UFES). Departamento de enfermagem da Universidade Federal Espírito Santo (UFES).

Luíza Eduarda Portes Ribeiro

Enfermagem (UFES). Departamento de enfermagem da Universidade Federal Espírito Santo (UFES).

Fábio Lúcio Tavares

Professor do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal Espírito Santo (UFES).

Edleusa Gomes Ferreira Cupertino

Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Espírito Santo (SESA/ES).

Odelle Mourão Alves

Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM).

RESUMO: Introdução: A violência é um grave problema de saúde pública, que ocorre, muitas vezes, no seio familiar. Uma das formas mais bárbaras de violência é a tortura, que se torna ainda mais cruel quando infligida contra crianças devido à sua vulnerabilidade. **Objetivo:** Identificar a frequência de violência do tipo tortura contra crianças e descrever as características da vítima, do agressor e do agravo, a partir dos casos notificados entre 2011-2018 no Espírito Santo.

Método: Estudo descritivo que incluiu todos os casos notificados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram calculadas frequências brutas e relativas das variáveis e seus intervalos de confiança de 95% com o software Stata 14.1. **Resultados:** A frequência de tortura foi 1,3% (IC95%: 0,9-1,7). A maioria foi cometida contra meninas, não brancas, da zona urbana e sem deficiências/transtornos. Em relação à faixa etária, o grupo de 3 a 9 anos foi o mais vitimizado. Quanto ao agressor a maioria são homens e com vínculo paternal/maternal. Na maioria das vezes havia um envolvido e ocorreu mais frequentemente no ambiente doméstico, sendo um evento de repetição em 61,5% das notificações. O encaminhamento dos casos ocorreu em quase a totalidade. **Conclusão:** A tortura é uma das formas mais cruéis de violência, sendo praticada principalmente por aquelas pessoas que deveriam fornecer carinho e proteção. Diante disso, torna-se essencial a intervenção do setor saúde na quebra do ciclo de violência e na promoção da saúde e da cultura de paz.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, Maus-Tratos Infantis, Violência Doméstica, Tortura.

TORTURE IN CHILDHOOD: ANALYSIS OF CASES NOTIFIED IN ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT: Introduction: Violence is a serious public health problem, which often occurs within the family. One of the most barbaric forms of violence is torture, which becomes even more cruel when inflicted on children because of their vulnerability. **Objective:** To identify the frequency of torture against children and describe the characteristics of the victim, the aggressor and the injury, based on the cases reported between 2011-2018 in Espírito Santo. **Method:** Descriptive study that included all notified cases registered in the Notifiable Diseases Information System. Crude and relative frequencies of the variables and their 95% confidence intervals were calculated with the software Stata 14.1. **Results:** The frequency of torture was 1.3% (95% IC: 0.9-1.7). Most were committed against girls, non-white, from the urban area and without disabilities/disorders. Regarding the age group, the group of 3 to 9 years was the most victimized. As for the aggressor, the majority are men and have a paternal/maternal bond. Most of the time there was one involved and it occurred more frequently in the domestic environment, with a repetition event in 61.5% of the notifications. Almost all cases were referred. **Conclusion:** Torture is one of the most cruel forms of violence, being practiced mainly by those people who should provide care and protection. In view of this, it is essential to intervene in the health sector in breaking the cycle of violence and in promoting health and a culture of peace.

KEYWORDS: Violence, Child Abuse, Domestic Violence, Torture.

1 | INTRODUÇÃO

Considerada como um grave problema de saúde pública, tanto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto pelo Ministério da Saúde brasileiro, a violência vem tomando proporções globais assustadoras nas últimas décadas, sobretudo aquelas ocorridas no seio familiar, vitimando crianças e adolescentes naquele espaço que por pressuposição deveria garantir segurança, proteção e apoio para o crescimento e desenvolvimento infantil adequados^{1,2}.

A violência contra crianças e adolescentes é qualquer ato ou omissão dos pais, parentes, responsáveis, instituições e em última instância da sociedade em geral, que resulte em danos físico, emocional, sexual e moral, sendo classificada, a partir do modelo proposto pela OMS, em três grandes categorias e dividida em tipos de violência mais específicos^{3,4}.

Assim, a violência infanto-juvenil pode ser autoprovocada, quando praticada contra a si mesmo; interpessoal se praticada por indivíduos ou grupos e coletiva, quando perpetrada por organizações maiores como estados, grupos armados, milícias e grupos terroristas; podendo ser de natureza física, sexual e psicológica, incluindo também a negligência e o abandono⁴.

No contexto da tipificação das violências a tortura se destaca pela barbárie que comporta. É o ato pelo qual fortes dores ou sofrimentos, sejam físicos ou mentais, são

intencionalmente infligidos a alguém sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de força ou grave ameaça, para se obter informação, declaração ou confissão da vítima, bem como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo⁵.

Apesar de toda a brutalidade associada a esse fenômeno, a tortura vem sendo detectada como uma das formas mais cruéis de materialização do ato violento, em particular se considerar a problemática dos maus-tratos infantis e o grau de vulnerabilidade e desamparo de suas vítimas. Se é uma terrível realidade o fato de que humanos provocam tortura contra os próprios humanos, ainda é mais difícil compreender quando tal atrocidade é perpetrada contra crianças e adolescentes⁶.

Ainda que exista pouca documentação sistemática sobre o assunto e os dados estatísticos são poucos confiáveis e muito subestimados é possível afirmar que, por serem consideradas presas fáceis, muitas crianças no mundo sofrem crueldades diariamente, tanto por serem vítimas diretas quanto por presenciarem cenas de tortura de familiares⁶.

No ano de 2000, a Anistia Internacional publicou o que pode ser considerado o primeiro relatório da problemática da tortura infantil no mundo, revelando que muitas crianças vêm sendo submetidas às violências e abusos indescritíveis. De acordo com o documento, crianças são torturadas quando apanhadas em guerras e conflitos políticos; muitas sofrem nas mãos da polícia e pelas forças de segurança em áreas de confrontos militares; algumas são vítimas acidentais da carnificina de guerra, outras são deliberadamente fuziladas por forças armadas e um número inestimável são espancadas e abusadas pelos próprios adultos que deveriam protegê-las em suas comunidades⁷.

O Brasil carece de estudos sobre tortura infantil, pois apesar de muitos dados internacionais apontarem o problema como um fenômeno global^{4,6,7,8}, ainda se verifica uma lacuna sobre a realidade brasileira, posto que muitos autores^{2,9,10,11} que vêm se dedicando a análise das violências contra crianças e adolescentes o fazem de forma generalizada, não focando sobre a temática da tortura de modo a pouco se conhecer sobre esse tipo atroz de violência que assola as crianças.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo identificar a frequência de violência do tipo tortura contra crianças e descrever as características da vítima, do agressor e do agravo, a partir dos casos notificados entre 2011 e 2018 no estado do Espírito Santo.

2 | MÉTODOS

Estudo de caráter descritivo com análise de todos os casos notificados de violência do tipo tortura perpetrados contra crianças (0 a 9 anos) no Espírito Santo durante o período de 2011 a 2018. Os dados são aqueles gerados nos atendimentos realizados nos serviços de saúde e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

O estado do Espírito Santo está localizado na região sudeste do Brasil, estando dividido em 78 municípios, distribuídos em quatro regiões de saúde. Possui uma população

infantil de 509.336 crianças, o que representa 14,5% do total de 4.018.650 habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é considerado alto (0,740), possuindo também uma renda média com valor acima do salário mínimo (R\$1.477,00)¹².

O banco foi fornecido pelo setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) do Espírito Santo. A notificação da violência se dá por meio do preenchimento da Ficha de Notificação/Investigação de Violência Interpessoal e Autoprovocada. A partir de 2011 essa notificação passou a ser compulsória, o que justifica o período selecionado para o estudo. Destaca-se que, antes da análise dos dados, foi realizado o processo de qualificação do banco para a correção de possíveis erros e inconsistências das variáveis, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde¹³.

O desfecho analisado foi à violência do tipo tortura (não/sim). As variáveis independentes serviram para caracterizar a vítima, o agressor e a agressão. Com relação às características da vítima foram incluídos: sexo (masculino/feminino); faixa etária (0 a 2 anos/3 a 5 anos/6 a 9 anos); raça/etnia (branca/não branca – pretos, pardos, amarelos e indígenas); presença de deficiências/transtornos (não/sim); e zona de residência (urbana/rural). As características do agressor analisadas foram: sexo (masculino/feminino/ambos os sexos); vínculo com a vítima (pai/padrasto/mãe/madrasta/ambos os pais/conhecido/desconhecido). Já com relação à agressão foram verificados: número de envolvidos (um/dois ou mais); ocorrência na residência (não/sim); zona de ocorrência (urbana/rural); violência de repetição (não/sim); e realização de encaminhamento para outros serviços (não/ sim). Para aquelas variáveis que tinham casos ignorados estes também foram apresentados.

Os dados foram analisados no software Stata 14.1 através da estimativa das frequências brutas e relativas e seus respectivos intervalos de confiança de 95%.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o parecer número 2.819.597. Foram respeitadas as normas e diretrizes da Resolução número 499/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

3 | RESULTADOS

Os resultados demonstram que foram notificados entre os anos de 2011 e 2018, 39 casos de violência contra a criança do tipo tortura, apresentando uma frequência de 1,3% (IC95%: 0,9-1,7).

Quanto à caracterização dos casos, percebe-se que a maioria das vítimas é do sexo feminino (N=21; P=53,8%), de raça não branca (N= 28; P= 71,8%), residentes da zona urbana (N= 30; P= 76,9%) e não apresentam deficiências/transtornos (N= 35; P= 89,7%). Em relação à faixa etária nota-se que o grupo de 3 a 9 anos representa, aproximadamente, 72,0% das vítimas (Tabela 1).

Variáveis	N	%	IC 95%
Sexo			
Masculino	18	46,2	30,7-62,4
Feminino	21	53,8	37,7-69,3
Faixa etária			
0 a 2 anos	11	28,2	15,9-44,9
3 a 5 anos	14	35,9	22,0-52,6
6 a 9 anos	14	35,9	22,0-52,6
Raça/Etnia			
Branca	09	23,1	12,1-39,5
Não branca	28	71,8	55,1-84,1
Ignorado	02	5,1	1,2-19,3
Deficiências/Transtornos			
Não	35	89,7	74,8-96,3
Sim	03	7,7	2,4-22,2
Ignorado	01	2,6	0,3-17,4
Zona de residência			
Urbana	30	76,9	60,5-87,9
Rural	09	23,1	12,1-39,5

Tabela 1. Caracterização das notificações de violência do tipo tortura de acordo com os dados da vítima. Espírito Santo, 2011-2018.

As características do agressor e da agressão podem ser observadas na Tabela 2. Verifica-se que a maior parte é do sexo masculino (N= 17; P=43,6%). No que tange ao vínculo da criança com o agressor, percebe-se que pai/padrasto/mãe/madrasta/ambos os pais são os principais perpetradores da tortura (N= 31; P= 79,5%). Em 74,0% havia um único envolvido.

A tortura também ocorreu mais frequentemente no ambiente doméstico (N= 30; P= 76,9%), na zona urbana (N= 25; P= 64,1%), sendo esse evento de repetição em 61,5% (IC95%: 44,9-75,9) das notificações. Em quase a totalidade dos casos (94,9%) houve encaminhamento para outros serviços da rede de atenção (Tabela 2).

Variáveis	N	%	IC 95%
Sexo do agressor			
Masculino	17	43,6	28,5-60,0
Feminino	13	33,3	19,9-50,1
Ambos	07	18,0	8,5-34,0
Ignorado	02	5,1	1,2-19,3

Vínculo com a vítima			
Pai /Padrasto/Mãe/Madrasta/Ambos os pais	31	79,5	63,2-89,7
Conhecido	04	10,3	3,7-25,2
Desconhecido	03	7,7	2,4-22,2
Ignorado	01	2,5	0,3-17,4
Número de envolvidos			
Um	29	74,4	57,8-86,0
Dois ou mais	06	15,4	6,8-31,1
Ignorado	04	10,2	3,7-25,2
Ocorreu na residência			
Não	07	18,0	8,5-34,0
Sim	30	76,9	60,5-87,9
Ignorado	02	5,1	1,2-19,3
Zona de ocorrência			
Urbana	25	64,1	47,4-78,0
Rural	12	30,8	17,9-47,5
Ignorado	02	5,1	1,2-19,3
Violência de repetição			
Não	05	12,8	5,2-28,2
Sim	24	61,5	44,9-75,9
Ignorado	10	25,6	14,0-42,3
Encaminhamento			
Não	02	5,1	1,2-19,3
Sim	37	94,9	80,7-98,8

Tabela 2. – Caracterização das notificações de violência do tipo tortura de acordo com dados do agressor e da agressão. Espírito Santo, 2011-2018.

4 | DISCUSSÃO

A presente pesquisa identificou 39 casos (1,3% - IC95%: 0,9-1,7) de violência do tipo tortura perpetrada contra crianças entre os anos de 2011 e 2018. Dados do SINAN do estado da Bahia demonstraram¹⁴ 64 notificações de tortura entre os anos de 2008 e 2012, totalizando uma prevalência de 2,6%, maior do que a encontrada no presente estudo, assim como casos notificados no Brasil em 2011, que totalizaram uma prevalência de 2,3% (N=337)¹⁵. Ainda, vale destacar estudo¹⁶ que aponta uma considerável diminuição nos casos de notificações de tortura ao longo dos anos na capital do Pará, indo de 161 (10,9%) registros no ano de 2009 para 66 (2,4%) no ano de 2011, redução de quase 60% no número de notificações no período.

Nesse contexto, é importante destacar a dificuldade dos profissionais na realização das notificações da violência, sobretudo daquelas relacionadas à tortura entre crianças.

Poucos estudos são encontrados sobre a tortura de forma exclusiva no caso de crianças e adolescentes. Pérez-Sales¹⁷ em seu estudo aborda sobre as dificuldades de conceituação deste tipo de violência, podendo causar fatores de confusão com outras formas de violência e acabar influenciando na qualidade das notificações. Somado a isso, o isolamento da vítima no contexto da tortura é muito frequente, o que a distancia dos serviços de saúde, devendo os profissionais estarem atentos a sintomas ou atitudes suspeitas que possam identificar situações violentas¹⁸. De qualquer forma, a capacitação dos profissionais e o incentivo em programas de vigilância em saúde são extremamente importantes para a qualificação dos dados¹⁹.

Considerando as características da vítima, a maioria era do sexo feminino (N=21; P=53,8%). Pesquisa feita nos Estados Unidos também encontrou maior prevalência de tortura entre meninas, totalizando 61% dos casos registrados¹⁶. Nota-se, que independentemente das formas de violência, a maior parte das vítimas são do gênero feminino. Estudo²⁰ brasileiro realizado no ano de 2017, abrangendo todo país, revela que a violência intrafamiliar envolvendo indivíduos na faixa etária de 0 a 9 anos também aponta maior prevalência entre o sexo feminino (74,4%). No Brasil, em 2011, as meninas apresentaram maior frequência dos registros de violência, seja globalmente (54,3%) ou em análise por grupos etários¹⁷ ($p < 0,001$). As relações de gênero impostas historicamente e culturalmente estimulam a subordinação da mulher, que pode ser identificada desde a infância e torná-la mais vulnerável à violência^{17, 21}.

As crianças de 3 a 9 anos corresponderam a 72,0% das vítimas. Dados semelhantes são apresentados por Rates¹⁷ onde crianças de 6 a 9 anos apresentaram maior prevalência de tortura, totalizando 49,8% das notificações. O Mapa da Violência de 2012²² indica maior frequência de tortura entre crianças, na faixa etária de 5 a 9 anos (2,0%), no Espírito Santo, seguido pela faixa etária das vítimas menores de 1 ano (1,1%). A dependência da criança por seu cuidador pode aumentar sua vulnerabilidade²³, e à medida que ocorre o crescimento e o desenvolvimento, as formas de violência tendem a se agravar, ficando ainda mais frequentes na adolescência²⁰.

No que se refere à raça/etnia, foi encontrado que as crianças não brancas compreenderam 71,8% (N=28) de todas as notificações de tortura. No Brasil, em 2010, 39,0% das crianças vítimas de violência eram brancas, 32,1% eram pardas e 6,0% eram pretas²⁴. Todavia, importante refletir que questões históricas e culturais de desfavorecimento da população negra aumentam o risco de exposição a diversas formas de violência independentemente da idade, podendo ser, até mesmo a cor, um fator desencadeante para a execução da violência²⁵.

Em relação à zona de ocorrência do evento, a maior parte ocorreu na região urbana (N=30; P= 76,9%). Dados específicos sobre a zona de ocorrência da violência contra a criança ainda não são amplamente discutidos, entretanto, a ocorrência de casos em ambientes urbanos pode estar relacionada pelo local de residência da vítima, considerando

que a maior parte da população brasileira (84,3%) vive em ambientes urbanos²⁶. É notória a maior ocorrência de eventos violentos contra crianças em ambientes domésticos onde, em 2011, 73,6% das notificações registraram a residência da vítima como o local de acontecimento¹⁷. Considerando a tortura, o isolamento da vítima é comum: estudo mostrou que 89,0% eram mantidas isoladas em casa por seus agressores¹⁶.

Em 7,7% das notificações as crianças foram identificadas como tendo algum tipo de deficiência ou transtorno. Dados do Brasil (2010) mostram que apenas 3,8% das vítimas de violência de 1 a 9 anos possuíam algum tipo de transtorno ou deficiência, entretanto, em 26,7% das fichas, este campo estava sem informação²². Este dado é apontado como um dos que possui menor completude de informações de toda a ficha de notificação, o que pode comprometer as informações²⁷. Destaca-se que crianças com deficiência podem ter mais limitações, tornando-as com maior incapacidade de defesa pessoal frente a situações violentas. Além disso, por necessitarem de profissionais treinados para realização de seu atendimento, podem não ter acolhimento efetivo em serviços de saúde²³.

Em relação ao gênero dos agressores, um estudo²⁸ realizado em São Paulo apontou que a maioria dos agressores são homens (53,6%), dado que se assemelha ao presente estudo. Vale refletir que as relações de gênero são construídas ao longo da vida. Desde a infância, meninos e meninas possuem papéis pré-estabelecidos seja no âmbito familiar ou social; dessa forma ao chegar à idade adulta os homens podem justificar a prática de violência devido às dificuldades de cumprirem seu papel pré-determinado, como prover o sustento da família. Ainda, pode-se observar uma diferença de gênero na ocorrência do episódio violento, pois enquanto a violência praticada por mulheres possui um caráter educativo, na violência praticada por homens há um caráter punitivo²⁹.

No que tange ao vínculo da criança com o perpetrador, percebe-se que pessoas com vínculo paterno e/ou materno são os principais torturadores (N= 31; P= 79,5%), e, que mais frequentemente esse evento acontece no ambiente doméstico (N= 30; P= 76,9%). Tais achados vão ao encontro de estudo realizado no Rio Grande do Sul³⁰. Importante ainda refletir que a ocorrência da violência na residência deve-se ao fato de ser o local em que as crianças passam a maior parte do tempo, por conseguinte um espaço mais prevalente para ocorrência desse agravo. Além disso, vale destacar que o contexto de violência dentro de casa contrapõe a ideia de que o lar seja um local completamente seguro para o desenvolvimento de uma criança³¹.

Em 74,0% dos casos notificados havia um único envolvido. Do mesmo modo, em estudo²⁵ realizado com dados do SINAN de 2009 a 2016, em 73% dos casos havia apenas um agressor envolvido. Os achados do presente estudo apontam a violência vivenciada como um evento de repetição em 61,5% (IC95%: 44,9-75,9) das notificações. Estudo realizado em Manaus apontou que em 27,6% dos casos a violência contra crianças foi reincidente. Todavia, importante destacar que nesse mesmo estudo em aproximadamente

40% das fichas houve problemas no preenchimento e a variável estava ignorada/em branco de forma que a reincidência pode ter sido ainda maior²⁵.

Outro dado relevante foi que em quase a totalidade dos casos (94,9%) houve encaminhamento para outros serviços da rede de atenção, percentual superior ao apontado por estudo¹⁷ realizado em todo o Brasil que revelou que 83,8% dos casos houve encaminhamento das vítimas para outros serviços no setor saúde (ambulatório/internação). De acordo com o Ministério da Saúde³², em casos de violência na infância (0 a 9 anos) é obrigatório o encaminhamento para o Conselho Tutelar ou às autoridades competentes. Entretanto, nota-se que não há encaminhamento em todos os casos de violência, fator preocupante, considerando que a violência doméstica pode acarretar prejuízos no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças e as sequelas podem persistir durante a fase adulta. Ainda, as consequências da violência podem variar conforme a exposição e gravidade dos episódios, bem como a presença ou não de uma rede de apoio que pode atenuar os impactos³³.

5 | CONCLUSÃO

Não há como afirmar que as notificações de tortura se referem ao excesso de violência física ou se realmente estão ligadas ao conceito trabalhado pelo Ministério da Saúde, de que tortura são agressões causadas, pelo uso da força física “para se obter informação, declaração ou confissão da vítima”, haja vista, que até violência praticada contra crianças muito pequenas são notificadas como tortura. Mas entende-se que a tortura feita por um adulto em criança pode ser para atingir outro adulto, como a mãe, mas não há essa segurança nos dados da ficha.

Esse fato, não desmerece em nada os apontamentos desse estudo, visto que a notificação tem a função primária de disparar uma linha de cuidados às possíveis vítimas, sejam elas de qualquer faixa etária e indiferente de qualquer tipo da violência apurada.

Conclui-se que, longe de ser um local de proteção e cuidado, o lar pode ser sim, um local de tortura para as crianças, assim como os pais e responsáveis podem deixar de serem os protetores para serem torturadores de crianças.

Baseado em que mais da metade dos casos notificados já ocorreram outras vezes, esse estudo aponta a urgente necessidade de cada vez mais os aparelhos de estado, sobretudo aqueles em que as crianças tenham acesso com mais frequência, como a escola e os serviços de saúde, estejam qualificados e suas equipes capacitadas e sensibilizadas a notificarem, além de atentas para identificar prematuramente os sinais e sintomas evidenciando possibilidades de um corte na violência, em prol da promoção da saúde e da cultura de paz.

Muitas vezes, as crianças só podem contar com essa intervenção para que suas vidas sejam salvas de situações agravantes à saúde que podem até mesmo evoluir para o óbito.

REFERÊNCIAS

1. Carlson C, Namy S, Pala NA, Wainberg ML, Michau L, Nakuti J et al. Violence against children and intimate partner violence against women: overlap and common contributing factors among caregiver-adolescent dyads. *BMC Public Health*, 2020; 20:124. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12889-019-8115-0>
2. Antunes JT, Machado ÍE, Malta DC. Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros. *Rev Bras Epidemiol*, 2020; 23(Suppl1):e200003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000200401&lng=pt.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência: Orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
4. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JÁ, Zwi AB, Lozano R. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization; 2002.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada*. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.
6. Otter JJ, Smit Y, Cruz LB, Özkalpıcı Ö, Oral R. Documentation of torture and cruel, inhuman or degrading treatment of children: a review of existing guidelines and tools. *Forensic Science International*. 2013; 224: 27-32.
7. Amnesty International Publications. *Hidden Scandal, Secret Shame. Torture and Ill-Treatment of Children*. London: Amnesty; 2000. Available from: <https://www.amnesty.org/download/Documents/132000/act400382000en.pdf>
8. Hill M, Everson ML. Indicators likely to contribute to clinical and functional improvement among survivors of politically sanctioned torture. *Torture*, 2019; 29(3): 5-26. Available from: <https://tidsskrift.dk/torture-journal/article/view/115202/166227>
9. Marques ES, Moraes CL, Hasselmann MH, Deslandes SF, Reichenheim ME. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cad Saúde Pública*. 2020; 36(4): e00074420. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000400505&lng=pt.
10. Silva SBJ, Conceição HN, Câmara JT, Machado RS, Oliveira MR, Moura DES, et al. Perfil das notificações de violência contra crianças e adolescentes. *Rev enferm UFPE* 2020; 14:e244171. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.244171>.
11. Silva MS; Milbrath VM; Santos BA; Bazzan JS; Gabatz RIB; Freitag VL. Assistência de enfermagem à criança/adolescente vítima de violência: revisão integrativa. *Rev Pesqui (Univ Fed Estado Rio J)*. 2020; 12: 114-122.
12. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama: Espírito Santo*. [Internet]. 2010 [citado 2020 Ago 23]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>

13. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.983, de 11 de novembro de 2019. Institui o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS, por meio da alteração das Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União. 13 nov 2019; Seção 1:99.
14. Barreto CSLA, Araújo RPC, Martins Júnior DF. Violência contra crianças segundo registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, Bahia, Brasil - 2008 a 2012. R Ci Med Biol, 2012; 11(2): 140-148. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/6674/4567>
15. Rates SMM, Melo EM, Mascarenhas MDM, Malta DC. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. Ciênc Saúde Colet 2015; 20(3):655-665. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2015.v20n3/655-665/pt>
16. Veloso MMX, Magalhães CMC, Dell'Aglio DD, Cabral IR, Gomes MM. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. Ciênc Saúde Colet, 2013; 18(5): 1263-1272. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n5/1263-1272/pt>
17. Pérez-Sales P. Documentation of torture in children and young adults: Time to reflect. Torture, 2019; 29(1). Available from: <https://irct.org/assets/uploads/Torture%20Volume%2029-1%20complete5-3-16.pdf>
18. Knox BL, Starling SP, Feldman KW, Kellogg ND, Frasier LD, Tiapula SL. Child Torture as a Form of Child Abuse. Journ Child Adol Trauma, 2014. Available from: <https://www.rimaregas.com/wp-content/uploads/2018/01/Knox-Torture-as-a-Form-of-Child-Abuse-article.pdf>
19. Rates SMM, Melo EM, Mascarenhas MDM, Malta DC. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. Ciênc Saúde Colet. 2015; 20(3): 655-665.
20. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada. 3 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.
21. Gawryszewski VP, Valencich DMO, Carnevalle CV, Marcopito LF. Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. AMB Rev Assoc Med Bras, 2012; 58(6):659-665. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ramb/v58n6/v58n6a09.pdf>
22. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: Cebela; 2012.
23. Oliveira NF, Moraes CL, Junger WL, Reichenheim ME. Notificação da violência contra crianças e adolescentes em Manaus. Epidemiol Serv Saúde 2020; 29(1): 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n1/2237-9622-ress-29-01-e2018438.pdf>
24. Assis SG, Avanci JQ, Pesce RP, Pires TO, Gomes DL. Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. Ciênc Saúde Colet 2012; 17(9): 2305-2317. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n9/a12v17n9.pdf>
25. UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Criança. Direitos negados: A violência contra a criança e adolescente no Brasil. 2 ed. Brasília: UNICEF, 2006.

26. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: população residente por sexo - Brasil, 2010. (10º Recenseamento Geral do Brasil) [Internet]. 2010 [citado 2020 Ago 23]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>
27. Oliveira NF, Moraes CL, Junger WL, Reichenheim ME. Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016. *Epidemiol Serv Saúde* 2020; 29(1): 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n1/2237-9622-ress-29-01-e2018438.pdf>
28. Farias MS, Souza CS, Carneseca EC, Passos ADC, Vieira EM. Caracterização das notificações de violência em crianças no município de Ribeirão Preto, São Paulo, no período 2006-2008. *Epidemiol Serv Saúde*. 2016; 25(4): 799-806.
29. Ferreira FM. Família, gênero e violência doméstica na infância. *Caderno Espaço Feminino (Uberlândia-MG)*, 2013; 26(1). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/17965>.
30. Cezar PK, Arpini DM, Goetz ER. Registros de notificação compulsória de violência envolvendo crianças e adolescentes. *Psicol Cienc Prof* 2017; 37(2): 432-445.
31. Nunes AJ, Sales MCV. Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciênc Saúde Colet* 2020; 21(3): 871-880.
32. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências*. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.
33. Barros ACMW, Deslandes SF, Bastos OM. Violência familiar, a criança e o adolescente com deficiências. *Cad Saúde Pública* 2016; 32(6): 1-7. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v32n6/1678-4464-csp-32-06-e00090415.pdf>

CAPÍTULO 8

CAMINHOS PARA COMBATER A MASCULINIDADE TÓXICA NO ESPAÇO ESCOLAR

Data de aceite: 01/02/2021

Kaique Alves de Sousa

Universidade do Estado de Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/2878245240238876>
<https://orcid.org/0000-0003-2877-3833>

Evilen Godoi

CEJA Professor Milton Marques Curvo
<http://lattes.cnpq.br/7980563800481548>
<https://orcid.org/0000-0001-5536-3704>

Maria Aparecida da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso
<https://lattes.cnpq.br/7208270937987074>
<https://orcid.org/0000-0001-8178-2929>

RESUMO: O presente trabalho é o resultado parcial de um estudo exploratório que nos convocou a compreender a partir da revisão bibliográfica, a relevância do trabalho do professor a partir do reconhecimento das diferenças e pluralidades que compõem os espaços escolares, considerando que existe uma urgência em promover uma política educacional que contemplem a inclusão aos grupos LGBT+, acordado com os dispositivos legais que tratam da igualdade de acesso e de direitos e, inclusive com as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais propostas pelas políticas educacionais do Estado de Mato Grosso. A presente discussão também evidencia, a partir de grandes pensadores contemporâneos, que o patriarcalismo pelo qual se formou a sociedade brasileira, se constitui nas práticas

violentas contra essas comunidades e que o espaço escolar é um caminho possível para o enfrentamento a essas violências.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Escolar, Patriarcalismo, Diversidade de Gênero, Professor.

ABSTRACT: The present work is the partial result of an exploratory study that brought us to understanding by means of the literature review the relevance of the teacher's work from the recognition of the differences and pluralities that make up the school spaces, considering that there is an urgency to promote an educational policy that contemplates inclusion to groups (LGBT+) agreed with the legal provisions that deal with equal access and rights and , including the Educational Diversity Curriculum Guidelines proposed by the educational policies of the State of Mato Grosso. This discussion also shows, from great contemporary thinkers, that the patriarcalism by which Brazilian society was formed constitutes violent practices against these communities and that the school space is a possible way to confront this violence.

KEYWORDS: School Environment, Patriarcalism, Gender Diversity, Educator.

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 no seu art. 3º IV, e no art. 5º estabelece o direito à igualdade, tendo como objetivo fundamental do Estado, promover o bem de todos, sem preconceito de sexo, assim como a igualdade

de todos perante a lei, para garantir o princípio da dignidade humana diante dessas práticas, onde as mulheres, as comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT+¹), são as que estão mais expostas as mais variadas formas de violências, devido às condições históricas de uma sociedade patriarcal, que produzem formas de discriminações e práticas sociais que permitem o ataque a sua integridade, saúde, desenvolvimento, vida, autonomia e também as suas liberdades.

Nessa perspectiva, incidir sobre uma forte estrutura de bases historicamente patriarcal e elitista, é o que se propõe refletir neste texto e colocar em questão o papel de professores, cujo itinerário de lutas se apresenta com particularidades muito expressas no movimento feminista². Por mais complexa e delicada, problematizar sobre essa temática é uma demanda no sentido de oportunizar um processo de ensino e/ou aprendizagem para a diversidade.

Ao reconhecer a importância do movimento feminista e da comunidade LGBT+ no espaço escolar, objetivamos neste trabalho, apresentar uma reflexão acerca da temática e possibilidades de combater as práticas de machismos ainda enraizadas nas escolas do estado de Mato Grosso. Para tanto, questiona-se, qual o papel de professor/a na tarefa de promover uma educação para a diversidade, em específico no combate de práticas machistas ainda permeadas no cotidiano das escolas? Como trabalhar as Questões de Gênero e Sexualidade em sala de aula?

2 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa exploratória, o presente texto traz uma revisão bibliográfica, que segundo Gil (2002) tem como objetivo proporcionar familiaridade com a temática, buscando tornar o tema mais evidente e até mesmo construir hipótese, e para tanto apresentamos as elucidações teóricas de pesquisadoras e pesquisadores sobre as questões de gênero e sexualidade na educação que são contempladas por Louro (2014), Beauvoir (1949), Butler (1990), Foucault (1997), dentre outras. Além disso, pretende-se lançar olhares sobre os caminhos elucidados nas Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais (MATO GROSSO, 2012) produzido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil enquanto país que possui leis que orientam a prática da ação ética, como outorga o Art. 5^a da Constituição Brasileira de 1988 que, “todos são iguais perante a lei,

1. A sigla LGBT tem passado por alterações/inclusões, mediante estudos e acordos do próprio movimento. Há literaturas que utilizam a sigla com a inclusão de pessoas intersexuais, assexual e/ou população Queer (LGBTQIA+)

2. Movimento que surgiu “em meados do século XVIII, quando as conquistas da Revolução Francesa, que tinha como lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade, não contemplavam a mulher. Suas reivindicações ao longo da Revolução eram por, principalmente, direitos civis e cidadania política.” (BRASIL, p. 2012)

sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança”. Já a educação, como fomento desta prática da cidadania direcionada pela constituição orienta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 em seu Art.02, deverá ser “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (MATO GROSSO, 1996). Entretanto, dados do Atlas da violência 2019 denunciam que a violência de gênero³ teve um aumento considerável no país, reflexo do machismo que se perpetua historicamente.

Nesse sentido, a escola que é responsável pelos processos formativos e de orientação do ser humano para sua vida social, se vê no compromisso de refletir sobre seu currículo e suas práticas pedagógicas, pois enquanto instituição social tem o dever de trabalhar no enfrentamento à violência e, portanto, também da violência de gênero³ promovida através da masculinidade tóxica.

A escola como espaço do pluralismo de ideias segundo Muller (1995) é também um ambiente de relações entre diferentes, onde existem distintas perspectivas de mundo, e, por conseguinte, repercutem em conflitos. Entretanto, segundo Chauí (2009 p.53) este é justamente característica da democracia, da liberdade do ser. Conforme Tiellet & Corsetti (2011, p.224) “supor um mundo sem conflito seria querer um mundo sem a existência humana, mas pode-se desejar um mundo sem violência”, o que propõe justamente as orientações curriculares.

O machismo, apesar de muitas vezes estar mascarado e silencioso tem muitas consequências, “existem ações e comportamentos utilizados que não agridem, não deixam marcas, e nem por isso devem ser desconsiderados, tratados como menos grave ou desqualifica-los como violência” (TIELLET; CORSETTI, 2011, p.227), visto que, existem práticas escolares que de fato não são agressões físicas, não deixam lesões aparentes, mas ferem a moral, os valores, coagem, constrangem e inibem a liberdade do outro, desse modo, o machismo visto desta perspectiva pode ser considerado uma microviolência.⁴

Jean-Paul Sartre, importante filósofo contemporâneo ao refletir sobre esta temática da liberdade dentro de uma corrente existencialista⁵ escreve (1987) que a existência precede a essência, afirmando que o sujeito é liberdade. O pensador critica a ideia de que existe predeterminação inata na essência humana, e que somente as escolhas particulares e subjetivas do indivíduo podem construí-lo. Nessa perspectiva existencialista, Simone de

3. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela, por meio do Atlas de violência no Brasil (2019, p. 35) por exemplo, que houve “crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior.”

4. “caracteriza-se pelo não uso da força, mas pela produção de ações repetitivas ou não, executadas por um indivíduo ou grupo, expressas em pequenas perversões: beliscões, empurrões, insultos, apelidos, gestos obscenos em atitudes de desrespeito, agressões verbais, gozações, implicâncias, provocações, ameaças, intimidações, palavras racistas e desprezo; podem fazer uso do barulho, da sujeira, da impolidez, com o fim de constranger, humilhar e deixar a vítima acuada sem possibilidade de reação”. (TIELLET, CORSETTI, 2011, p. 227)

5. O homem nada mais é do que aquilo que ele faz a si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo” (SARTRE, 1987, p. 6).

Beauvoir escreve “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”⁶ (2016, p.11) que a ideia de gênero não pode ser justificada com inatismo⁷, mas que esta é construída pela moral, cultura e relações sociais.

Já na perspectiva historiográfica, segundo Foucault (1988), a questão de gênero e sexualidade foi estabelecida a partir de preceitos ideológicos da igreja católica, que por exemplo, na Europa do século XII reduziu o corpo a mero objeto de reprodução/pecado. Posteriormente, no século XVII, este pensamento cristão entrou em contradição, devido às exigências da sociedade capitalista mudaram-se normas de conduta para atender à necessidade de lucro da sociedade burguesa. Assim, a “sexualidade”, sempre fora acompanhada de um discurso destinado a dizer a “verdade” (1997, p.11)

Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa.

Nesse sentido a sexualidade está ligada às noções de corpo e até mesmo à expressão de gênero, o que por sua vez sofreu fortes embates, principalmente numa sociedade pós século XVII. Mostra que todos os elementos negativos ligados ao sexo, como proibição, têm função numa técnica de poder. Foucault, posteriormente, trata as sexualidades como socialmente construídas. Sendo assim, podemos usar de suas reflexões para compreender a essência do corpo na construção identitária do ser jovem em sala de aula e suas representações/discursos, já que, conforme Foucault (1997, p. 145 - 146), “é pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade [...], à totalidade de seu corpo [...], à sua identidade.”

A questão de gênero proporciona um amplo debate, que perpassa pelo processo de identificação (ou construção identitária) de mulheres e homens, cisgênero ou transgênero. Ao pensar a questão de gênero, podemos afirmar segundo Butler (1990, p. 7) que:

O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a „natureza sexuada” ou o „sexo natural” é produzido e estabelecido como uma forma “pré-discursiva” anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age.

Butler (1990, p. 25) ilustra a ideia de que, “não há identidade de gênero atrás da expressão de gênero; esta identidade é performaticamente constituída pela expressão que

6. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.” (BEAUVOIR, 2016, p.11)

7. O inatismo afirma que nascemos trazendo em nossa inteligência não só princípios racionais, mas também algumas ideias verdadeiras, que por isso, são ideias inatas.” (CHAUI,1997, p.69)

deveria ser o seu resultado”. Portanto o gênero é responsável pela concepção do sexo, permitindo a desconstrução da pseudo ideia de que o sexo é biologicamente constituído.

Lançar olhares para o entendimento de categorias como, gênero, sexualidade e a, aqui centrada, expressão de gênero, inicia emaranhados de possibilidades para pensar, como combater a subversão das formas de expressão da masculinidade tóxica⁸. Acredita-se que ao compreender este, promove-se ao mesmo tempo abertura para o diagnóstico de práticas machistas. Para Castro (2018, p. 03)

Precisamos urgentemente problematizar os pressupostos que corroboram a tese de que haveria uma expressão de gênero fixa para cada sexo e que essa expressão de gênero reflete uma „subjetividade”, uma identidade, também fixa, ou masculina, ou feminina. Presentes desde cedo na criação e educação de crianças e jovens, esses pressupostos hoje, mais do que nunca, geram mais violência e desordem. Precisamos falar sobre formas de combater modelos de masculinidades tóxicas, pois estas não são só prejudiciais às mulheres, elas prejudicam os próprios homens.

O combate das práticas machistas e sexistas devem ser constantes e cotidianas, devido à árdua tarefa de desarticular o cenário de opressão e violência que advém historicamente do “cotidiano”, para o “interior” da escola. Segundo as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais (MATO GROSSO, 2012, p. 32), “ao educar para a afirmação dos direitos sexuais e de gênero como direitos humanos espera-se desconstruir as concepções e desigualdades impostas secularmente, baseadas no modelo patriarcal, machista e sexista”, dito de outro modo, prepara o educando para uma vida de fato democrática, livre, das diferenças e liberdades.

As questões de gênero e sexualidade estão fortemente presentes no cotidiano escolar com toda sua complexidade, principalmente nas relações de poder e na construção identitária, de conhecimento e saberes. De modo que, existe um desafio de articular práticas pedagógicas ao trabalhar esta temática em sala de aula, e que inclusive existem orientações elaboradas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) sobre o tema e propostas de ações combativas e de conscientização.

As Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais propostas pelo Estado de Mato Grosso são estruturadas pelos seguintes eixos temáticos: educação para as relações de gênero e diversidade sexual, orientações curriculares de educação ambiental, orientações para educação das relações étnico-raciais, orientações curriculares para educação do campo, orientações curriculares para educação escolar quilombola, orientações curriculares para a educação de jovens e adultos, orientações curriculares para educação escolar indígena. Atentaremos aqui, para as discussões promovidas pelo eixo que aborda as relações de gênero e diversidade sexual.

8. a expressão que representa exercício do poder arbitrário dos homens sobre as mulheres. Mas, apesar de serem de fato as grandes prejudicadas, pois impedidas de desenvolver o uso da razão e exercitar o poder plenamente, o machismo também causa uma série de prejuízos aos homens.” (CASTRO, P. 76).

O texto do eixo em questão traz uma breve contextualização da relevância e atuação do movimento feminista na inserção da temática gênero e diversidade sexual no currículo escolar. O manual orienta para a importante inclusão das questões de gênero e sexualidade não apenas nos currículos como também nos projetos políticos pedagógicos das escolas (PPP). “[...] incluir a questão de gênero no PPP e no currículo é trabalhar para que educadores/as e estudantes incluam em suas práticas diárias, tanto no âmbito escolar como na sociedade de um modo geral, atitudes e comportamentos críticos perante situações de desigualdade entre homens e mulheres” (MATO GROSSO, 2012, p. 16).

Entretanto, estar em sala de aula é lidar com as diferenças e conflitos e muitas vezes no que se refere às orientações curriculares propostas constata-se que existe um abismo que as separam das reais práticas em sala de aula, não devemos desconsiderar a relevância de um currículo que legitima a luta constante de movimentos sociais e que possam promover caminhos para a transformação das práticas educativas. Paulo Freire (1996), prega que é um dever do ofício docente.

[...] o respeito à autonomia e à dignidade de cada um/a é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

A ausência de formação sobre as questões de gênero e sexualidade para profissionais da educação, podem contribuir para a permanência de discursos e práticas preconceituosas e discriminatórias. Sendo as orientações curriculares uma relevante ferramenta que possibilita a superação e desconstrução de paradigmas enraizados na dicotomia de gênero e padrões heteronormativos (aqueles estabelecidos, social e historicamente onde a heterossexualidade será a orientação sexual em que a sociedade havia imposto como moralmente correta).

Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) podem ser utilizados no processo educativo para a diversidade. Nele, o tema transversal apresenta, “orientação Sexual na escola é entendida como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o estudante, ele próprio escolha seu caminho.” (BRASIL, 1997, p. 299). O documento já passou por algumas transformações, bem como pesquisas no âmbito dos programas de pós-graduações das universidades públicas de Mato Grosso, que apresentam desafios e possibilidades.

Segundo as orientações curriculares não se deve fazer filas separando meninas e meninos, tão pouco outras separações mediante sexo biológico, orientação sexual, expressão ou identidade de gênero. Deve-se promover a participação de estudantes, em todas as atividades recreativas e de educação física. Evitar expressões como “você parece uma menina” e “você é bagunceiro como um menino”, pois reforçam estereótipos de gênero. Bem como, proporcionar debates acerca de piadas e “brincadeiras” desrespeitosas, constrangedoras e preconceituosas. Não se deve restringir o uso de cores como modelo

preestabelecido, como azul de menino e rosa de menina. Atentar-se para o não uso de músicas e filmes que possam conter discursos discriminatórios, considerando as identidades. Mediante as orientações curriculares (2012, p. 47)

Cabe ao educado/a criar a melhor metodologia de trabalho, condizente com a maturidade da/o estudante, pois se deve distinguir o que pode ser dito de imediato e o que deve ser trabalhado de maneira mais processual, em atividades específicas, seja através de projeto ou não.

Práticas tradicionais ou contemporâneas exigem um processo de racionalização, sobretudo, observar a realidade de cada grupo que ambienta o espaço escolar. Datas comemorativas são importantes para (des) construir saberes, todavia é fundamental que as homenagens não estejam refletidas pelas antigas práticas machistas e discriminatórias.

Sendo assim, a partir das discussões levantadas e as propostas educacionais, entende-se que há uma multiplicidade de caminhos para combater a masculinidade tóxica no âmbito educacional, cada instituição de ensino atendendo suas demandas e realidades deve observar como criar um espaço cada vez mais justo, democrático e de igualdade, primeiramente no Projeto Político Pedagógico, e em segundo momento procurar executar estas pensando em novas propostas para *práxis* no ambiente escolar e dos sujeitos que o compõe.

4 | CONCLUSÃO

A partir das propostas educacionais relatadas, do espaço escolar como diversidade, e, portanto, espaço de conflitos, das constantes ideologias incutidas de que gênero é inato, do patriarcalismo e das suas consequências como microviolência, pode-se inferir: primeiramente que o culto ideológico a um inatismo ligado à gênero é deveras dogmático e tóxico (microviolência), além de que esta masculinidade tóxica/machismo pode se proliferar em outras ações de violência, naturalizando esse tipo de comportamento, inclusive no meio escolar que é tão importante ao educando.

Já em segundo lugar, constatou-se que existem propostas e práticas pedagógicas, inclusive orientações curriculares que sustentam uma base sólida para ao menos se pensar em estratégias a problemas de gênero dentro da escola, mas que muitas vezes carecem de divulgação e estudo pela equipe pedagógica, fomentando cada vez mais estes e outros tipos de violência sendo elas praticadas ou sofridas pelos estudantes em todos os níveis.

Ainda assim, por mais difuso que sejam as propostas de pensar a temática e a *práxis* de fato, os professores/as como agentes públicos e de promoção da cidadania dentro da escola precisam refletir sobre seu atuar não apenas como professor, mas como cidadão. É necessário que se promovam discussões entre comunidade escolar na tentativa de combater as práticas machistas, presentes no cotidiano social. Assim, abrem-se possibilidades que estudantes/família/profissionais da educação possam perceber suas

visões de mundo e ações sociais no que tange suas expressões de gênero. Perceber que a masculinidade e feminilidade não são intrínsecas à identidade de gênero, tão pouco com o afeto.

Ao entender que as desigualdades de gênero e a violência por orientação sexual e identidade de gênero foram historicamente construídas, a historiografia/literatura tem auxiliado na denúncia e descolonização hierárquica da masculinidade tóxica, da LGBTfobia. De modo que, como propõe a corrente existencialista, e como muita audácia aqui ao parafrasear Beauvoir (2016) conclui-se que *não se nasce machista, torna-se machista*, e, por conseguinte, tornar-se é devir, é *vir a ser* eterno, ou seja, passível também de desconstrução.

Deste modo, para que esta masculinidade como ideologia machista, e, portanto, tóxica ser extinguida deverá ser repensada pela escola, posto que é neste espaço que se constrói alteridade, democracia, respeito, possibilidades de convivência com o outro e desenvolvimento da empatia. É a partir da educação que as novas gerações poderão se libertar dos reflexos condicionados e dos espaços violentos pelos quais seus pais, avós, familiares, colegas e sociedade sofreram, reproduziram e naturalizaram todas essas práticas, que tornou o mundo um lugar muito perverso para os diferentes. Para tanto, há um longo e importante caminho que o pensamento ético deve trilhar até a educação proposta por Muller de não-violência, da cooperação extinguindo competição, da liberdade em detrimento à vigilância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. 1996.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Pluralidade Cultural**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero: o feminismo e a subversão da identidade**. New York: Routledge, 1990.

CATRO, Suzana de. **O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas**. Aprender – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista Ano XII n. 20 p. 75-82, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. / Marilena Chauí**. 2.ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência**. Teoria & Debate, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, n. 39, p 32-41, out/nov/dez. de 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: vontade de saber (Vol. 1). Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FBSP/ IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. ISBN 978-85-67450-14-8. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 18/01/2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. / Guacira Lopes Louro. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995

MATO GROSSO. **Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso**. Orientações Curriculares: diversidades educacionais. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

SARTRE. Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. A imaginação: Questão de método. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Rita Cor-reira Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. 3. Ed. São Paulo : Nova Cultural, 1987.

TIELLET, Maria Horto Salles. CORSETTI, Berenice. **Conflitos e violência em escolas públicas estaduais numa região de fronteira, Cáceres/MT**: a percepção dos professores. 2011. Disponível em: <http://www.serieestudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/81> Acesso em: 22/01/2020.

CAPÍTULO 9

NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Mariana Hasen

Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Escuela de Trabajo Social.
<https://bit.ly/32j1KeD>

RESUMEN: Esta reflexión, sobre la supervisión como estrategia pedagógica, se ancla a partir del material reseñado en una experiencia de supervisión académica en el marco de la materia Práctica Profesional III correspondiente a la Lic. en Trabajo Social de la Universidad Nacional de Rosario y del material teórico seleccionado en distintos Seminarios realizados en torno a la supervisión como estrategia reflexiva y de cuidado de los profesionales. Pretende destacar elementos relevantes para la conceptualización y práctica de la supervisión en el marco de la formación profesional, entendiéndola como herramienta necesaria para el enlace teórico- práctico de la experiencia interventiva. La supervisión académica se constituye en un espacio de reflexión crítica y de cuidado indispensable en el camino de la intervención social. La dimensión institucional, las relaciones, lo personal, atraviesan y constituyen el espacio de la supervisión dotándolo de sentido. La relación que se entabla entre el supervisado y el supervisor, los posicionamientos del mismo en esa relación y las técnicas puestas en juego, son

pilares para lograr de la supervisión un espacio donde acontezca “el aprender a aprender”.

PALABRAS CLAVE: Supervisión académica, docente supervisor, lo institucional, lo relacional, lo personal.

NOTES ON ACADEMIC SUPERVISION IN SOCIAL WORK

ABSTRACT: This research deals with the role of supervision as a pedagogical strategy. It is based on the analyzed material taken from an academic supervision environment within the framework of the subject Práctica Profesional III (Professional Practice III), which corresponds to the Bachelor's Degree of Social Work from the National University of Rosario. This work is also based on the theoretical material selected from different seminars on supervision acting as a reflection strategy and regarding professional care as well. Its aim is to highlight some relevant aspects in order to conceptualize and put supervision into practice as part of professional training. Supervision has to be considered as an essential tool for the link between theory and practice within the interventions. Academic supervision is established in a place of critical thinking and care that is key in the path to social intervention. Institutional, relational and personal matters influence and comprise the supervision space, giving it meaning. The relationship established between the supervised person and the supervisor, his or her stance towards said relationship and the techniques at play are the cornerstones to achieve a place based on supervision, where the concept “learning how to learn” can take place.

KEYWORDS: Academic Supervision, Supervising teacher, Institutional matters, Relational matters, Personal matters.

1 | INTRODUCCIÓN

Los nuevos contextos de realidad nos obligan hoy a reeditar viejas- nuevas discusiones en torno a nuestro andar profesional inmersos en los aconteceres barriales, institucionales, locales, nacionales. Nuevos contextos de incertidumbres que producen inseguridades, temores y desesperanzas atraviesan las historias materiales y subjetivas de la población con la cual trabajamos y las nuestras propias. Condiciones de trabajo, violencias urbanas y relacionales, precariedades, des-subjetivaciones, desencantos; interpelan nuestra profesión y las herramientas que ponemos en juego en la formación de los futuros profesionales del Trabajo Social. Hoy, más que nunca, toman valor la narrativa, el pensamiento crítico, la construcción de ciudadanía, la promoción del tomar parte en la construcción de realidad.

Esta reflexión, sobre la supervisión como estrategia pedagógica, se ancla a partir del material reseñado en una experiencia de supervisión académica en el marco de la materia Práctica Profesional III correspondiente a la Lic. en Trabajo Social de la UNR y del material teórico seleccionado en distintos Seminarios realizados en torno a la supervisión como estrategia reflexiva y de cuidado de los profesionales. Pretende destacar elementos relevantes para la conceptualización y práctica de la supervisión en el marco de la formación profesional, entendiendola como herramienta necesaria para el enlace teórico- práctico de la experiencia interventiva. La supervisión académica se constituye en un espacio de reflexión crítica y de cuidado indispensable en el camino de la intervención social. La dimensión institucional, las relaciones, lo personal, atraviesan y constituyen el espacio de la supervisión dotándolo de sentido. La relación que se entabla entre el supervisado y el supervisor, los posicionamientos del mismo en esa relación y las técnicas puestas en juego, son pilares para lograr de la supervisión un espacio donde acontezca “el aprender a aprender”. Esta actitud permanente sería una herramienta privilegiada para lograr un proceso de mejoramiento continuo de los procesos de intervención y un camino en la búsqueda de construcción de mayores niveles de autonomía del estudiante, teniendo como horizonte su futuro desempeño profesional.

2 | LA SUPERVISIÓN COMO ESTRATEGIA PEDAGÓGICA

Como mencioné anteriormente, este trabajo asume el desafío de reflexionar sobre un particular ejercicio de la supervisión: el espacio de supervisión enmarcado en el proceso formativo de los estudiantes de la Lic en Trabajo Social. Asumo este desafío a sabiendas que, éste, es un campo que requiere de la profundización de su reflexión y de

su ejercicio. Más aún cuando, en nuestro ámbito, la supervisión profesional es incipiente como práctica del colectivo profesional. Esto torna aún más relevante que los futuros profesionales puedan entender y vincularse a su hacer profesional desde una perspectiva crítica, reflexiva, dinámica y plena de una actitud de disposición al crecimiento permanente, donde el diálogo entre el hacer, la teoría y la subjetividad se encuentren en permanente retroalimentación, en pos de procesos de emancipación personales, grupales y societarios.

En los objetivos de la Cátedra Práctica Profesional III (correspondiente al quinto año de la Lic. en Trabajo Social) de la cual soy parte, la supervisión es descripta como un espacio privilegiado de aprendizaje y encuentro entre el estudiante y el docente, en el cual se propicia la reflexión, una actitud de interpelación y vigilancia de los propios procedimientos y de la coherencia entre los posicionamientos enunciados y las acciones propuestas y desarrolladas, a la luz de la teoría.

El proceso de supervisión, dentro de la propuesta de la cátedra, se centra en la reflexión en torno a las actividades realizadas por los estudiantes en territorio y al análisis de las mismas, en diálogo con los conceptos teóricos trabajados en los espacios áulicos, la recuperación de las lecturas realizadas durante todos los años de la formación y a la producción escrita de este proceso.

El encuentro de supervisión es quincenal, ya que semanalmente se intercalan espacios áulicos y encuentros de supervisión.

Se intenta que los espacios de supervisión sean grupales, ya que, consideramos que éste permite el intercambio, la reflexión enriquecida por el compañero, por su experiencia y manera de entender el proceso de intervención. Grupales en cuanto de grupo, ya que cada uno de ellos se referencia a un espacio de práctica institucional particular. Por lo tanto, todos los actores del grupo están implicados en el mismo proceso de intervención.

A diferencia de los dispositivos planteados en torno a procesos de trabajo de supervisión profesional solicitados (ya sea por las instituciones contratantes, o por trabajadores), en este caso, la propuesta surge como herramienta pedagógica desde la cátedra. Los estudiantes “no tienen opción”; es parte de su formación y deben cumplir con ella, al igual que con la presencia en los espacios áulicos y con la carga horaria en territorio propuesta desde el programa de formación. Esta obligatoriedad signa la relación, pero a mi entender no la sobredetermina.

Requerirá un esfuerzo del docente supervisor lograr el reconocimiento por parte de los estudiantes de la utilidad de contar con este espacio particularizado de reflexión crítica sobre su espacio de práctica profesional, sobre su accionar, sobre el entorno institucional y sobre lo que la intervención y el contacto con los sujetos y con las políticas les provoca en sus sentires. Como también reconocer la necesidad de su protagonismo para llenarlo de sentido.

Llevo adelante espacios de supervisión a estudiantes desde hace quince años, puedo decir que a lo largo de estos años siempre en la evaluación final del proceso, los

estudiantes destacan la importancia de haber contado con el espacio de supervisión como herramienta que les permitió reflexionar, crecer profesionalmente, interpelarse, posicionarse y sentirse contenidos, escuchados y cuidados.

En relación al abordaje de la supervisión grupal acuerdo con las consideraciones de Carmina Puig Cruells:

[...] la tarea de supervisar se basa en las experiencias vividas por los miembros del grupo y en el marco de la supervisión se garantiza un marco de trabajo que favorezca la exploración, el análisis, la búsqueda de sentido y la reflexión crítica. Se basa en la comprensión colectiva del grupo y su capacidad de desarrollarla. (Puig Cruells, 2009: 121)

La tarea de reflexión sobre lo actuado se complementa con sugerencias de lectura a los estudiantes de acuerdo al devenir del proceso grupal y de intervención.

Acuerdo con la definición de supervisión sostenida por la autora antes citada, donde se la entiende como:

[...]un proceso que puede desarrollarse tanto en el ejercicio profesional como en la formación académica o continuada y que tiene como objetivo revisar el quehacer profesional y los sentimientos que acompañan la actividad, así como contrastar los marcos teóricos y conceptuales con la práctica cotidiana” (op. Cit.: 82)

Posicionada desde este lugar destaco los siguientes elementos como indispensables, a mi entender, en el horizonte de la supervisión académica:

- Reflexión en torno a su quehacer en los espacios de prácticas, rescatando el desafío al cual nos enfrentamos los trabajadores de lo social, al enfrentarnos a las complejidades de la realidad abordada,
- Reflexión en relación a lo que éstas complejidades provocan en los sentires propios , de los compañeros y de los demás actores presentes, motivadas ante el dolor y sus manifestaciones en las historias de las personas con las cuales trabajamos
- Las relaciones dentro del grupo y con los demás actores presentes en el espacio de práctica
- La dimensión institucional, sus reglas de juego explícitas e implícitas, los discursos, conflictos, alianzas, demandas de la población y mandatos hacia la profesión
- Lugar de la profesión- y de los estudiantes – en este entramado institucional
- Características del campo de lo social en el cual se inserta la institución y las problemáticas más destacadas del mismo
- Definición de estrategias en función de ese análisis realizado

A la luz de los conceptos propuestos, podría señalar, que el desarrollo de la supervisión debe contar con objetivos técnicos–institucionales a la vez que con objetivos relacionales. Por supuesto, en determinados momentos del proceso, desarrollando más un aspecto que otro para luego volver al anterior; en diálogo ambos entre sí y con la teoría, como marco sugerente de reflexiones. Para ello es necesario poner en juego las voces de otros actores presentes en el campo, al igual que voces “teórico-conceptuales” que “nos tiren pistas” para pensar nuestros espacios, nuestras estrategias, nuestros devenires e incertidumbres. Estas reflexiones propician una mirada con cierta distancia, en los estudiantes, e incentivan un ejercicio que será fundamental en su vida profesional.

El análisis institucional, las técnicas, las estrategias, los roles, los discursos y las relaciones de los distintos actores del campo, son parte del abordaje en la supervisión, en busca de una nueva mirada de lo aparentemente conocido y sabido. Por lo tanto la inclusión de los siguientes ejes de trabajo resulta relevante para complejizar el análisis:

- la concepción de sujeto propia y de los demás actores,
- las políticas del sector y la agenda pública,
- las demandas a la profesión,
- los derechos en juego de la población, aspecto éste de suma relevancia a promover para el futuro desempeño profesional de los supervisados.

La concepción de sujeto no podría quedar fuera del análisis ya que la misma motiva la opción de una modalidad de intervención e influye en los posicionamientos y estrategias propias y grupales.

Pensar las políticas sociales nos remite a que trabajamos con problemas sociales que impactan en lo microsocioal y en un sistema protecciona al del cual somos parte o al cual podemos facilitar su ingreso.

En este ejercicio es posible palpar como la supervisión se constituye en espacio privilegiado para el ida y vuelta entre lo macro socioal y lo microsocioal. El problema socioal se singulariza en el barrio y se resingulariza en lo personal. En este movimiento, la práctica le hace preguntas al conocimiento.

Es parte del proceso de supervisión trabajar el cierre del mismo y de la práctica en terreno. Por lo cual se dedica un espacio importante para el diseño del cierre de la intervención y del proceso reflexivo. Se propone para el mismo la elaboración por parte del grupo de un proyecto de devolución a la institución en la cual se realizó la práctica profesional. Se direcciona en el sentido que tenga una dimensión estratégica en su concepción, es decir, de acuerdo a los objetivos propuestos, los obstáculos y facilitadores y las relaciones de poder presentes. A partir de lo reflexionado y actuado a lo largo del proceso, con la consigna de dejar un aporte reflexivo y/o documenta al a la institución. Para ello será necesario recuperar lo realizado, la explicitación de un inicio, un transcurrir fundado y un

cierre, cuidando las relaciones y a los sujetos con los cuales se trabajó. Planificando este momento de trabajo sin dejarlo al azar sino como una instancia de intervención reflexiva final.

31 EL DESAFÍO DE LA CONSTRUCCIÓN DEL ROL DE SUPERVISOR ACADÉMICO

Entiendo que en la construcción del rol del docente supervisor se deben tomar marcos, herramientas y reflexiones de los estudios y experiencias sobre supervisiones a profesionales pero no puede dejar de significarse este ejercicio en la particularidad en que se desarrolla.

Considero que el principal objetivo de la supervisión en el ámbito formativo de la profesión es el *aprender a aprender*, esta actitud permanente sería una herramienta privilegiada para lograr un proceso de mejoramiento permanente de los procesos de intervención y un camino en la búsqueda de construcción de mayores niveles de autonomía del estudiante. Para ello es importante sostener una *actitud de validación de la persona del supervisado*, de su experiencia, de sus saberes, reflexiones, dudas y temores, a partir de este reconocimiento construir las reflexiones que aporten nuevas miradas en pos de mejorar el desempeño. Este encuentro de miradas entre el mundo del supervisado y el del supervisor debe motivar el desarrollo de la propia posición del supervisado, buscando alternativas y *construyendo* estrategias. Al mismo tiempo, esta reflexión compartida sobre la intervención, su marco conceptual y sus consecuencias subjetivas se constituye en un espacio enriquecedor y de crecimiento para el docente supervisor

Otro de los objetivos es *redefinir caminos en la intervención* a partir de analizar el escenario actual y aquellos que podrían surgir a partir de un ejercicio de proyección, para luego optar estratégicamente por una alternativa de acción, siempre sujeta a revisión. Será importante en este punto acompañar al supervisado en la aceptación de las tensiones producidas por nuevos conocimientos y los cambios que estos podrían producir en los ordenamientos establecidos y en la redefinición de estrategias, como en el reacomodamiento de relaciones y representaciones; prestando especial atención a sus sentimientos y actitudes durante este proceso.

En mi experiencia, con los estudiantes, ha sido relevante trabajar acuerdos de funcionamiento, privacidad y sentido del espacio de supervisión. En las producciones escritas en relación a la supervisión se plantea la necesidad de explicitar acuerdos de confidencialidad que den marco y seguridad y promuevan confianza hacia el supervisor y en caso de ser grupal entre los participantes que comparten el espacio.

Al igual que en el ejercicio con profesionales, la relación debe construirse en un clima de confianza, respeto por las experiencias relatadas y por las intervenciones desarrolladas, ya que el objetivo no es evaluar si las mismas fueron correctas o no, sancionando o

desarrollando prejuicios o rivalidades, sino trabajar, y así explicitarlo claramente con los estudiantes, sobre su relato de las acciones o sobre el relato de lo relatado por otros que ellos recuperan.

Si bien en la supervisión académica nunca lo explicité como acuerdo de confidencialidad, en este sentido se han trabajado diversos aspectos y caracterizaciones en cuanto a instituciones y prácticas profesionales que se han planteado como propias de este espacio con fines reflexivos, de ninguna manera enmarcados en la valoración de las prácticas profesionales juzgando si están “bien o mal” sino como disparadores de reflexión. También, se han trabajado acuerdos de cumplimiento de producciones escritas que luego serían tomados como insumos en el próximo encuentro. Hago especial hincapié en que el trabajo en el espacio de supervisión se trabaja con lo que ellos traen al mismo.

En el trabajo con los estudiantes están en juego modos de entender cómo ser trabajador social, como vivirlo y sentirlo. Si bien, no es el tema central, éste atraviesa con su presencia lo trabajado durante el proceso de supervisión.

Entiendo el espacio como una oportunidad de *promover una búsqueda situada y concreta de nuevos conocimientos, de nuevos puntos de partida*; una construcción en base a certezas e interrogantes. En donde valores, saberes, lecturas, acciones, sentimientos, sensaciones, gestos, ideología son parte de un motor de intervenciones.

Es relevante estar dispuestos a la búsqueda conjunta de respuestas, de alternativas, con *interrogantes abiertos*, promoviendo un movimiento en el otro. Esto fue trabajado en los espacios de supervisión académica a través de desglosar y analizar los componentes dinámicos que conforman las situaciones, la textualidad del barrio, de la casa, de las voces de sus habitantes, sus gestos y silencios.

En el proceso de búsqueda conjunta de respuestas fue relevante la utilización de herramientas, indagaciones teóricas y documentales, para intentar trabajar superando el sentido común como único orientador de las intervenciones, haciendo el ejercicio de salir de cómo comprendemos la vida nosotros para entender cómo la comprende el otro.

Entre las particularidades de la supervisión académica podemos mencionar que este espacio se constituye como un lugar propicio para que supervisor y supervisados puedan poner en juego saberes, pensamientos, dudas, reflexiones. Se impulsa que sea un ámbito propicio para incorporar disposiciones y habilidades que permitan superar el sentido común, como obstáculo epistemológico, para construir una forma de pensamiento científico. Objetivando y reflexionando sobre prácticas y discursos y, propiciando el distanciamiento que permita convertir en objeto de la mirada analítica la propia práctica y el propio decir. Es en este espacio, además, donde se logrará, analizando singularidades, la conexión entre los elementos teóricos, metodológicos y operativos. También el lugar para la puesta en escena de conflictos grupales o con la institución. Actúa como una mediación para incentivar la búsqueda de claridad en las posiciones, en la fundamentación de las mismas y en su forma de expresión-comunicación. Se propicia una actitud investigativa a los fines

de poder construir argumentaciones que den cuenta de “qué ocurre”, “qué pretendo” y “para qué”. Como también, poder preguntarse sobre con quienes emprenderé el camino, qué posibles obstáculos encontraré, que ocurrió en el andar, qué debemos modificar, cuándo debemos retirarnos.

Resumiendo, en esta particularidad de supervisión existe un aspecto de *guía en la experiencia y de trasmisión de saberes*. Esto es esperado y solicitado por los estudiantes. Esperan encontrar un profesional en quien reconocer trayectoria en la reflexión del hacer profesional y un lugar donde “poder decir lo que no puedo decir en otro lugar”, lo cual provoca alivio y acontecimiento.

Al reflexionar sobre mi rol de docente supervisora, a la luz de lo trabajado, rescato en forma especial aquello que tiene que ver con el *establecimiento de un vínculo* con los supervisados. En mi experiencia éste ha sido un aspecto sumamente relevante y facilitador de procesos. La confianza, la contención de dudas, temores, enojos, satisfacciones fueron puntapiés indispensables para promover miradas sobre lo vivido y trabajado, promoviendo profesionalidad. Tomo a continuación este párrafo de la tesis antes citada de Carmina Puig Cruells pues la considero muy ilustrativa de lo que he vivenciado en mi práctica como supervisora:

[...] acerca de la relación en la supervisión quiero destacar algunos aspectos: es creadora de un vínculo entre el supervisado y el supervisor; es un medio para la comprensión de los problemas, comportamientos y sentimientos; constituye un marco idóneo para el proceso de reflexión y supervisión; posibilita apoyo personal, motivación, estímulo y seguridad; permite ofrecer ayuda a partir de la propia relación establecida; no necesita recursos externos a ella; ofrece un proceso de intercambio comunicativo; y es un recurso interpersonal de gran alcance para el supervisor”. (op. Cit.:134)

Es importante recalcar que los encuentros de supervisión son propuestos fuera del territorio de intervención, esto permite no estar investido de las tramas locales. Al supervisor le permite una distancia que le brinda mayor objetividad en la escucha del relato y por otro lado a los supervisados les permite estar más relajados y no sentirse observados o evaluados por los actores involucrados en la intervención. A este marco se suma la claridad sobre en qué horarios, qué tiempos de duración y modalidad de trabajo se llevará adelante. Complementa este compromiso que el encuentro se concrete en tiempo y forma.

Es relevante tener presente como supervisor la *narrativa expuesta*, donde se juega como es comprendido y explicado por quien relata su accionar y el acontecer. Será importante acompañar el decir de los supervisados con *flexibilidad y apertura en la escucha* a sus planteos, maneras de entender las situaciones y sus propuestas en el análisis de las distintas situaciones planteadas. Entiendo la escucha no sólo como un oír, sino como contextualizar el relato en contenidos de tiempo y espacio.

Un aspecto importante a sumar a la mirada de los estudiantes es el necesario trabajo con otros, colegas, otros profesionales y demás actores presentes en el campo de

intervención. La *interdisciplina como herramienta* de abordaje de lo complejo se convierte en un elemento más en el cuidado de quienes intervenimos en los social, a través de compartir reflexiones, responsabilidades, objetivos ,dudas y desafíos. La *intersectorialidad* como el trabajo en red suma a esta concepción la dimensión organizacional de nuestra práctica profesional.

En este arduo y complejo proceso de relaciones, reflexiones, tomas de posición y puesta en escena de sentires se configura el objetivo del aprender a aprender. Esto, a partir de redefinir caminos en la intervención, analizando el escenario actual y aquellos que podrían surgir a partir de un ejercicio de proyección, para luego optar estratégicamente por una alternativa de acción, siempre sujeta a revisión.

Es ésta tarea, la de la supervisión, un gran desafío a la creación, a la invención, donde es necesario un permanente esfuerzo de atención y de visualización. Escuchar, interpretar, preguntar, interpelar, traer presente conceptos, ejemplos, definiciones, todo ello en danza y en fina combinación, aceptando al otro, diferente, en otro momento de la vida personal y profesional, descubriendo caminos, preguntando. Es un estar, sabiendo hacia donde queremos guiar en la formación pero a la expectativa de no saber que “vendrá” en cada supervisión. En nuestro trabajo debemos aprender a tolerar y trabajar en la ambigüedad y la incertidumbre. En el trabajo de supervisión esto está presente en cada encuentro. Requiere de flexibilidad, apertura de pensamiento, tolerancia y actitud de aprendizaje permanente por parte de los supervisores.

Nuevamente tomo una cita de la tesis doctoral, que me resulta una guía significativa en mi labor cotidiana de docente supervisora:

[...] Escuchar activamente y esperar, no imponer limitaciones ni excesiva direccionalidad, respetar el manejo del encuentro y del tiempo que hacen los supervisados, tomar en serio los sentimientos, los mitos y las fantasías de los supervisados aproximarse a su mundo cultural, obviamente sin compartirlo”. (op. Cit.: 129)

En mi experiencia de supervisora utilizo diversas técnicas en las cuales, la información y el relato escrito u oral están muy presentes. Ocurre, a veces, que es necesario motivar las palabras, la expresión clara de las ideas o bien enriquecer alternativas. Para ello propongo escuchar el relato de compañeros de otros centros de práctica, de campos similares o distintos, pero con similitudes en grupos etéreos o en tipo de instituciones. También se propician procesos acotados de investigación en terreno a partir de encuestas o entrevistas que permitan profundizar el análisis, sistematizar información y pensar propuestas de estrategias. Es un desafío acompañar al estudiante en la selección de lo significativo, en la clarificación de los objetivos, estimulando la confianza en sí mismo y la construcción de su propio criterio de intervención, en diálogo con los demás actores del campo en el cual interviene. Los temores y expectativas juegan un rol importante en este proceso de descubrimiento, en donde debemos acompañar escuchando, promoviendo y seleccionando información tanto personal como contextual.

Como mencioné anteriormente, trabajo con los estudiantes la importancia de su relato como insumo para la existencia de la supervisión. Promover la narrativa de sus experiencias les permite tomar distancia y poder pensar los obstáculos como descripciones y no como culpas o cargas personales de los distintos actores. Les permite separar las personas de los sucesos y facilita para el supervisor introducir elementos del contexto, de la totalidad y conceptualizaciones que permitan construir nuevas miradas. Pensar las situaciones les permite pensarse a sí mismos en esa dinámica y redefinirse en la búsqueda de qué pretenden lograr, qué pueden concretizar y qué desean como estudiantes y como futuros profesionales de lo social. En este punto, trabajar desde pasar de lo específico a lo general, adoptar un pensamiento narrativo y disponer de un esquema de relato son elementos clarificadores de posiciones y pensamientos.

Mi trabajo como supervisora me interpela permanentemente en mi trabajo como trabajadora social ya que, a la luz de lo trabajado teóricamente y en los procesos de supervisión con los estudiantes, pongo en juego mi ser profesional, mis posicionamientos y realizo una autocrítica de mi desempeño. Esto me facilita un ejercicio de vigilancia de mi propio actuar.

El tránsito por la experiencia de supervisar me deja una sensación similar a lo que nos ocurre cuando nos vamos de viaje a otra ciudad o a otro país y el conocimiento del otro, con sus características, sus modos de vivir, de pensar y de entender, nos permiten por su sola existencia conocernos más a nosotros mismos, reconocernos como parte de un todo con similitudes y diferencias y, así, volver renovados, sabiendo un poco más quienes somos, con quienes caminamos y que queremos para ese andar y para el futuro.

Constituirse como docente supervisor es un camino apasionante y un desafío continuo y cotidiano que se construye con otros, aprendiendo, interpeándose en el accionar profesional y docente. Asumiendo el desafío de contribuir a la promoción de pensamiento crítico, de la construcción de una realidad social promotora de ciudadanía y de mayores niveles de profesionalidad en la intervención.

REFERENCIAS

CARBALLEDA, Alfredo. **“Escuchar Las Prácticas, la supervisión como proceso de análisis de la Intervención en lo social”**. Buenos Aires. Editorial Espacio, 2017

PUIG CRUELLS, Carmina. **“La supervisión en la acción social. Una oportunidad para el bienestar de los profesionales”**. Tarragona. Publicaciones Urv, 2015

PUIG CRUELLS, Carmina. **“La Supervisión de la Intervención Social. Profesionales cuidados, para poder cuidar”**. Tesis doctoral. Tarragona 2009 (consultado noviembre 13 de 2012). Página actualizada a noviembre 2020 Disponible en: <http://www.tesisenred.net/handle/10803/8438>

PUIG CRUELLS, Carmina “**El rol docente del tutor de prácticas y el acontecimiento al estudiante**” (2004). Página actualizada a noviembre 2020, disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=860559>

Programa Practica Profesional III, Lic en trabajo Social UNR 2014. Página actualizada a noviembre 2020 disponible en: <https://fcpolit.unr.edu.ar/course/practica-profesional-iii/>

SOBRE A ORGANIZADORA

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Coletiva 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25

B

Bioética 26, 27, 28, 29, 30, 31

C

Comunidade 16, 22, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 49, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 91, 96

D

Direito 7, 12, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 76, 90, 92

Diversidade 74, 90, 91, 94, 95, 96

Docente 95, 99, 101, 104, 106, 107, 108, 109

E

Emergencial 1, 2, 6, 8, 10, 19

Escola / Escolar / Escolas 8, 11, 21, 40, 41, 86, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 33, 35, 40, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 60, 63, 68, 69, 70, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 98

Esvaziamento Rural 32

G

Gênero 5, 56, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

I

Infantil 79, 80, 81, 88

Irrigação 32, 33, 37, 41, 42, 44

L

Lugar 1, 6, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 24, 25, 47, 66, 68, 70, 71, 73, 75, 96, 97, 102, 105, 106

M

Movimentos Sociais 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 25, 68, 95

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 87

Política 3, 4, 11, 12, 14, 16, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 37, 39, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 61, 63, 65, 70, 75, 90, 91, 93, 99, 110

População em Situação de Rua 4, 8, 9, 11, 12, 27, 28, 29, 30, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64

Proteção 1, 3, 8, 22

Proteção Social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 50

Psicologia 63, 65, 66, 67, 68, 75, 76, 77

R

Resíduos 13, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24

S

Saúde 1, 2, 5, 6, 8, 10, 12, 18, 19, 23, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 110

Sequeiro 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 43

Serviço Social 11, 99, 110

Supervisão 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

T

Tortura 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

V

Violência 24, 43, 47, 52, 65, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 110

Vulnerabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 53, 56, 60, 63, 78, 80



Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021